



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



RENATHA CÂNDIDA DA CRUZ

**A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA:
DE GRANDE BOLSÃO DE POBREZA À NOVA CLASSE
TRABALHADORA**

GOIÂNIA

2015

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do(a) autor(a): Renatha Cândida da Cruz

Título do trabalho: A Região Noroeste de Goiânia: de grande bolsão de pobreza à nova classe trabalhadora

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento. Imagens coladas não serão aceitas.

RENATHA CÂNDIDA DA CRUZ

**A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA:
DE GRANDE BOLSÃO DE POBREZA À NOVA CLASSE
TRABALHADORA**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pesquisa e Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Goiás, para a obtenção de título de
Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica
Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. João Batista de
Deus

GOIÂNIA,

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Cândida da Cruz, Renatha

A Região Noroeste [manuscrito] : de grande bolsão de pobreza à nova classe média / Renatha Cândida da Cruz. - 2015.

CVLXVI, 166 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) , Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2015.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Região Noroeste de Goiânia.. 2. Nova classe média. 3. Nova classe trabalhadora. 4. Dinâmica socioespacial. . I. Batista de Deus, João , orient. II. Título.

RENATHA CÂNDIDA DA CRUZ

**A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA:
DE GRANDE BOLSÃO DE POBREZA À NOVA CLASSE
TRABALHADORA**

Dissertação defendida e aprovada em _____, pela Banca
Examinadora constituída pelos professores:

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Batista de Deus
Presidente da Banca

Prof. Dr. Aristides Moysés
Examinador Externo

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Examinador Interno

Às minhas filhas, Carolina e Camila, e ao meu esposo Rodrigo, que me deram força em todos os momentos da escrita desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre me incentivou a concluir meus estudos.

À minha mãe, Ivanete, que, em toda minha trajetória, ensinou que os estudos eram importantes e lutou para minha conclusão mesmo com todas as adversidades. Ao meu pai, *in memoriam*, Hélio, pelo seu exemplo de simplicidade, trabalho e superação, que me estimulou a seguir seus passos e nunca desistir. Aos meus irmãos Paulo Rogério e Rafael Vítor, com quem sempre posso contar.

À minha avó Dona Neita, tias, primos, sogros, cunhadas e cunhado, a quem devo imenso respeito e estima pela história de luta e superação individual e diária.

Ao meu querido Rodrigo Carvalho, meu companheiro, amigo e parceiro de todos os momentos, a quem agradeço e de quem me desculpo pelos momentos de presente ausência que não o impediram de estar ao meu lado, com uma palavra de conforto e estímulo a concluir meus objetivos e compartilhar a emoção a dois. Por igual motivo, agradeço às minhas filhas, Carolina e Camila, e ao meu entedeado Henrique pelo imenso carinho.

Agradeço ao meu Professor e Orientador João Batista de Deus, que me acompanha desde a graduação com paciência, respeito, compreensão e inigualável educação. A todos os meus colegas de pós-graduação, que, em cada conversa, me sugeriam caminhos e obras que me auxiliaram nas reflexões dessa dissertação. Em especial, agradeço à colega Juheina Lacerda por suas contribuições nos mapas deste trabalho.

Aos meus amigos que diariamente deram suas contribuições, em revisões, sugestões de metodologias, indicações de fontes, traduções ou mesmo debates, que sempre acrescentaram a este trabalho. Em especial, agradeço à Camila Rosa, à Kênia Alvarenga, à Karla Nonato e ao Gilson Reis por suas revisões e traduções, ao Eurípedes Viana, ao Ezequiel Martins, ao Rodrigo Pereira, ao Roger dos Anjos e à Rubia Nara pelas contribuições com livros, textos e sugestões. Agradeço também aos meus diretores Alexandre Pereira e Índia (Elândia Martins), que me apoiaram em todos os momentos durante este trabalho.

A todos os professores do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), em especial os professores Eguimar Felício e Celene Cunha, pelas contribuições durante a qualificação.

RESUMO

As mudanças socioeconômicas observadas no país nas últimas década vêm sendo tema de estudos e pesquisas nos últimos anos e fizeram surgir diferentes nomenclaturas. A nova classe média é uma delas. De acordo com os estudos, com o aumento da renda das famílias brasileiras, muitas delas se ingressaram na classe média, em uma faixa entre R\$ 291 e R\$ 1.054 *per capita*. Outros estudos dão conta de que, muito além da renda, a relação de outros fatores necessita ser levada em consideração, como o trabalho e a escolaridade, por exemplo, e assim se mostra mais adequado atribuir ao grupo o nome de nova classe trabalhadora. Nesse sentido, a presente dissertação teve por objetivo entender a dinâmica socioespacial da Região Noroeste de Goiânia no ano de 2010, para identificar se os elementos definidores da nova classe média e da nova classe trabalhadora se aplicavam ao recorte espacial. Adotamos como metodologia o levantamento bibliográfico e estatístico acerca da Região Noroeste e das temáticas norteadoras do trabalho, seguimos com a elaboração de gráficos, tabelas e mapas que subsidiaram nossas considerações e discussões. Nesta pesquisa, evidenciamos que a Região Noroeste de Goiânia apresenta, em 2010, uma dinâmica bastante diferente de sua gênese ocorrida em 1979, com a luta coletiva pelo solo urbano. Para compreender esse processo, elaboramos uma cronologia e a cada etapa foi atribuído o nome de um bairro da região a saber: Esperança (de 1979 a 1981), Finsocial (de 1982 a 1987), Vitória (de 1988 a 2001) e Triunfo (de 2002 a 2010), além da fase intermediária, que chamamos de Tremendão (de 1979 a 2010). Com base nas análises, constatamos que a população da Região Noroeste é uma representação da nova classe trabalhadora, justificada pela baixa escolaridade, as longas jornadas de trabalho, embora com intensas modificações na renda e no padrão de consumo.

Palavras-chave: Dinâmica socioespacial. Nova classe média. Nova classe trabalhadora. Região Noroeste de Goiânia.

Abstract

The socioeconomic changes observed in the country in the past decades have been studied and researched in recent years and have given different classifications. The "New Middle Class" is a new term. According to the studies, with the increase of income of the Brazilian families, many of them got into the middle class, in a range between R\$ 291,00 and R\$ 1054,00 per capita. Other studies realize that, far beyond the income, the connexion of other factors need to be considered, such as work and education, for example, and so it appears more appropriate to give to the group the name of the "New Working Class". In this sense, this dissertation aimed to understand the socio-spatial dynamics of Goiania's Northwest Region in 2010, to identify whether the defining elements of the "New Middle Class" and the "New Working Class" could be applied to the delimited area. We adopted the methodology bibliographical and statistical on the NorthWest Region and the guiding themes of work, followed by the preparation of charts, tables and maps that supported our considerations and discussions. In this study, we showed that the Northwest Region of Goiânia has, in 2010, a dynamic quite different from its genesis occurred in 1979 with the collective struggle for urban land. To understand this process, we developed a timeline and each step was assigned the name of a neighborhood in the region namely: Esperança (1979-1981), Finsocial (1982-1987), Vitória (1988-2001) and Triunfo (2002-2010), besides of the intermediate phase, which we call Tremendão (1979-2010). Based on the analysis, we found that the population of the Northwest Region is a representation of the "New Working Class", justified by the low education, long work hours, although with enormous changes in income and consumption pattern.

Keywords: socio-spatial dynamics. New middle class. New working class. Goiania's Northwest Region.

LISTA DE SIGLAS

AMMA - Agência do Meio Ambiente do Município de Goiânia
APA - Área de Proteção Ambiental
BNH - Banco Nacional da Habitação
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAIS - Centros de Atenção Integrada à Saúde
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CIAMS - Centro Integrado de Assistência Municipal à Saúde
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares
COHAB - Companhia de Habitação de Goiás
Compur - Conselho Municipal de Política Urbana
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Creci - Conselho Regional de Corretores de Imóveis
FGV - Fundação Getúlio Vargas
HUGOL - Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
OIT - Organização Internacional do Trabalho
Osceia - Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo
PAC - Programa de Aceleração de Crescimento
PAIF - Proteção Integral às Famílias
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Prodespar - Programa de Desenvolvimento Social e Participativo
SAE /PR - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Saneago- Companhia de Saneamento de Goiás S/A
Seplam - Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia
SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
SUS - Sistema Único de Saúde
UABSF - Unidade de Atenção Básica à Saúde da Família
UFG - Universidade Federal de Goiás
UMAS - Unidade Municipal de Assistência Social
UPC - Unidade Padrão de Capital
UTP - Unidade Territorial de Planejamento
VAPT-VUPT - Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
ZHIS - Zona Habitacional de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casas da elite goianiense na década de 1930.....	35
Figura 2: Casas populares em Goiânia na década de 1930.....	36
Figura 3: Ocupação Esplanada dos Anicuns, 1980.....	42
Figura 4: Ocupação Vila Cosmo, 1980.....	42
Figura 5: Ocupação no Parque Areião, 1980.....	42
Figura 6: Ocupação no Jardim Goiás, 1984.....	43
Figura 7: Organização da União das Invasões, 1982.....	46
Figura 8: Barracos de lona na ocupação do Jardim Nova Esperança em julho de 1979.....	62
Figura 9: Construção de casas de alvenaria na ocupação do Jardim Nova Esperança em 1980.....	63
Figura 10: Construção da Escola Municipal na ocupação do Jardim Nova Esperança, 1981.....	63
Figura 11: Explicando a UPC, 1982.....	65
Figura 12: Planta de casa de um quarto, sala e cozinha com área de 25,26 m ² adotada na Vila Mutirão, 1983.....	73
Figura 13: Planta de casa com dois quartos, sala e cozinha com 35,25 m ² , planejada e adotada na Vila Mutirão, 1983.....	73
Figura 14: Material utilizado na construção das casas na Vila Mutirão, 1983.....	73
Figura 15: Casa construída na Vila Mutirão, 1983.....	73

Figura 16: Sequência de fotos com as etapas de construção das casas da Vila Mutirão, 1984.....	74
Figura 17: Situação de alguns Parques da Região Noroeste, 2013.....	100
Figura 18: Parque Fonte Nova, 2010.....	101
Figura 19: Parque Jardim Curitiba, 2010.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Áreas de ponderação de Goiânia, por quantidade de divisões, domicílios e população, 2010.....	22
Tabela 2: Bosques e Parques da Região Noroeste, 2015.....	99
Tabela 3: Número de passageiros mensal e média diária das linhas no Terminal Recanto do Bosque- Fevereiro/2011.....	102
Tabela 4: Feiras Livres - Região Noroeste, 2009.....	102
Tabela 5: Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação localizadas na Região Noroeste de Goiânia, 2011.....	104
Tabela 6: Escolas da Rede Estadual de Educação localizadas na Região Noroeste de Goiânia, 2012.....	104
Tabela 7: Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, Região Noroeste, 2012.....	105
Tabela 8: Centros de Referências de Assistência Social - CRAS - Região Noroeste de Goiânia, 2012.....	106
Tabela 9: Unidades Municipais de Assistência Social - UMAS - Região Noroeste, 2012.....	107
Tabela 10: Projovem Adolescente Região Noroeste de Goiânia, 2012.....	107

Tabela 11: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Região Noroeste, 2012.....	108
Tabela 12: Entidades Assistenciais Região Noroeste de Goiânia, 2012.....	108
Tabela 13: Lista de Núcleos do Programa Segundo Tempo Região Noroeste de Goiânia, 2012.....	109
Tabela 14: Unidades de Saúde do Distrito Sanitário Noroeste, 2012.....	110
Tabela 15: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por grandes grupos no trabalho principal, Região Noroeste, 2010.....	140
Tabela 16: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por seção de atividade do trabalho principal, Região Noroeste, 2010.....	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: População residente em Goiânia provenientes de migração por lugar de nascimento nas décadas de 1970, 1980 e 1990.....	33
Mapa 2: Mancha urbana e loteamentos implantados na década de 1930, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.....	53
Mapa 3: Goiânia: ocupação e localização da Região Noroeste - 1979 a 1987.....	77
Mapa 4: Processo de conurbação entre os municípios de Goiânia e Goianira, 2000 e 2010.....	87
Mapa 5: Padrões de ocupação dos bairros de Goianira e a Região Noroeste Goiânia, 2004.....	87
Mapa 6: Goiânia: localização da Região Noroeste e dos Bairros Seleccionados.....	89
Mapa 7: Goiânia: bairros seleccionados por áreas de ponderação da Região Noroeste, 2014.....	94
Mapa 8: População residente na Região Noroeste de Goiânia por áreas de ponderação e faixa etária, 2010.....	95
Mapa 9: Região Noroeste de Goiânia: total de pessoas não naturais e tempo	96

ininterrupto de residência por área de ponderação, 2010.....	
Mapa 10: Região Noroeste de Goiânia: rede de drenagem e altimetria, 2014.....	96
Mapa 11: Região Noroeste de Goiânia: domicílios particulares permanentes por tipo de paredes externas de alvenaria, 2010.....	98
Mapa 12: Região Noroeste de Goiânia: grau de instrução das pessoas com 10 anos ou mais de idade por área de ponderação, 2010.....	126
Mapa 13: Região Noroeste de Goiânia: estado civil das pessoas com 10 anos ou mais de idade por área de ponderação, 2010.....	133
Mapa 14: Região Noroeste de Goiânia: pessoas ocupadas no trabalho principal por categoria de emprego e áreas de ponderação, 2010.....	134
Mapa 15: Região Noroeste de Goiânia: pessoas ocupadas por carga horária de trabalho semanal – 2010.....	137
Mapa 16: Região Noroeste de Goiânia: pessoas ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente por áreas de ponderação – 2010.....	142
Mapa 17: Região Noroeste de Goiânia: domicílios particulares permanentes por áreas de ponderação e classes de rendimento per capita – 2010.....	145
Mapa 18: Região Noroeste de Goiânia: domicílios particulares permanentes por áreas de ponderação e classes de rendimento per capita (continuação) – 2010.....	149
Mapa 19: Região Noroeste de Goiânia: bens duráveis existentes nos domicílios por áreas de ponderação – 2010.....	151
Mapa 20: Região Noroeste de Goiânia: bens duráveis existentes nos domicílios por áreas de ponderação (continuação) – 2010.....	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor por metro quadrado de casas em condomínio horizontal em Goiânia por regiões, novembro 2010.....	83
Gráfico 2: População Residente de Goiânia por agrupamento das áreas de ponderação, 2010.....	93
Gráfico 3: Domicílios Particulares Permanentes por número de cômodos da	127

Região Noroeste de Goiânia, 2010.....	
Gráfico 4: Domicílios Particulares Permanentes por número de dormitório, Região Noroeste de Goiânia, 2010.....	127
Gráfico 5: Moradores em domicílios particulares permanentes por número de moradores por dormitório, Região Noroeste, 2010.....	128
Gráfico 6: População residente por frequência em escola ou creche, Região Noroeste de Goiânia, 2010.....	129
Gráfico 7: População residente total e que frequentavam escola ou creche por grupo de idade, Região Noroeste de Goiânia, 2010.....	130
Gráfico 8: Pessoas Residente por curso que frequentavam na Região Noroeste, 2010.....	131
Gráfico 9: Pessoas com 10 anos ou mais de idade por nível de instrução, Região Noroeste de Goiânia, 2010.....	132
Gráfico 10: População residente por rede de ensino que frequentavam, Região Noroeste, 2010.....	135
Gráfico 11: Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Região Noroeste de Goiânia, 2010	138
Gráfico 12: Pessoas com 10 anos de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, Região Noroeste de Goiânia, 2010	139
Gráfico 13: Pessoas com 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência, Região Noroeste de Goiânia, 2010	139
Gráfico 14: Pessoas ocupadas na semana de referência por local do exercício do trabalho principal, Região Noroeste de Goiânia, 2010	143
Gráfico 15: Pessoas ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente por tempo de deslocamento, Região Noroeste de Goiânia, 2010.	144
Gráfico 16: Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, Região Noroeste de Goiânia e Goiânia, 2010	147
Gráfico 17: Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, Região Noroeste e Goiânia, 2010.....	147

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	19
Capítulo 1 As contradições do/no espaço urbano de Goiânia.....	25
1.1 Sobre o espaço urbano.....	26
1.2 Os fluxos migratórios e a dinâmica socioespacial em Goiânia.....	32
1.3 As ocupações urbanas em Goiânia.....	39
1.4 A dinâmica do espaço urbano goianiense.....	46
Capítulo 2 Da Esperança e o Triunfo: o processo de formação da Região Noroeste de Goiânia.....	55
2.1 O processo de formação da Região Noroeste: considerações introdutórias.....	56
2.2 Fase gestacional: os antecedentes, de 1933 a 1978.....	56
2.3 Esperança: a fase embrionária, de 1979 a 1981.....	59
2.4 Finsocial: a fase das intervenções estatais, de 1982 a 1987.....	67
2.5 Vitória: a fase de ampliação do espaço, de 1988 a 2001.....	78
2.6 Triunfo: a fase mais recente das mudanças socioeconômicas, 2002 a 2010.....	81
2.7 Tremendão: a fase intermediária, de 1979 a 2010.....	90
2.8 A Região Noroeste: suas características e dinâmicas em 2010.....	92
Capítulo 3 Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Reflexões e diagnóstico da Região Noroeste em 2010.....	111
3.1 Nova classe média: Descortinando o Conceito.....	112
3.2 Nova classe média: a fábula e a perversidade.....	115
Capítulo 4 Região Noroeste: uma representação da nova classe trabalhadora de Goiânia	124
4.1 As condições dos domicílios da Região Noroeste em 2010.....	125
4.2 Aspectos demográficos e de escolaridade da população da Região Noroeste em 2010	128
4.3 A questão do trabalho na Região Noroeste de Goiânia.....	136
4.4 A renda e o consumo: catalisadores da discussão.....	146

Considerações Finais.....	154
Referências Bibliográficas.....	157

Considerações Iniciais

Como em outras cidades, em Goiânia se observou um grande crescimento populacional, sobretudo de grandes grupos de pessoas de baixa renda que procuravam um lugar onde fosse possível uma melhoria nas condições de vida e trabalho. A consequência imediata foi o aumento das ocupações de terras por grupos que não conseguiam suportar o impacto do alto o custo de vida aliado aos baixos salários, aos altos aluguéis e à ausência de moradia digna. Assim, surge, em 1979, a noroeste do centro da capital goianiense, a ocupação Jardim Nova Esperança como uma tentativa de assegurar o direito à moradia.

A luta pela terra exigiu do Estado uma ação imediata e enérgica para resolver o problema da moradia. Muitas famílias montaram suas barracas numa fazenda chamada “Caveiras” e, após um embate direto do grupo de ocupantes com a polícia, o resultado foi o parcelamento dessa fazenda. Posteriormente, mais ocupações surgiram, como é o caso do Jardim Boa Sorte (1981), que, após intensa repressão, não perdurou, e o Jardim Boa Vista (1982), ambos remanejados para a atual Vila Finsocial. Nas décadas que se sucederam, na Região Noroeste houve a ampliação do espaço ocupado, seguindo a lógica dos loteamentos sem regularização por parte do Poder Público. No contexto mais recente, há loteamentos aprovados pela Prefeitura além de um grande número de conjuntos residenciais fechados.

A partir de 2002, iniciou-se no país um estudo sobre o que foi chamado de "nova classe média", visto que um grande número de pessoas apresentava uma melhoria na renda familiar, deixando a pobreza extrema e a consequente preocupação com a fome e passando a apresentar um diferenciado padrão de consumo e comportamento social. Instituições como Fundação Getúlio Vargas (FGV) atribuem essa mudança a diferentes fatores, mas, principalmente, às políticas nacionais de assistência social, aumento da renda e dos postos de trabalho formais, além da ampliação do acesso aos cursos técnicos, tecnológicos e superiores, observados a partir do ano mencionado. Essas e outras ações possibilitaram o aumento considerável na renda das famílias brasileiras e, nesse caso em particular, também das famílias da Região Noroeste da cidade de Goiânia.

A presente dissertação consiste em um estudo sobre as dimensões sociais e históricas acerca da segregação na capital goianiense com enfoque na Região Noroeste. Remete à discussão das relações entre as classes sociais na cidade, a questão da moradia e

os movimentos sociais urbanos. A escolha do tema da pesquisa se deve à origem da pesquisadora, nascida, criada e residente na Região Noroeste. Esse contato permitiu perceber as configurações socioespaciais em diferentes contextos históricos, mas destacamos que esse relacionamento cotidiano não nos fez conhecer a totalidade. Durante a revisão bibliográfica, os trabalhos de campo e a análise das diferentes fontes acerca da temática que balizaram nossas considerações nos fizeram conhecer outro universo. O olhar emotivo e o olhar geográfico nem sempre se imbricaram, mas nos fizeram refletir. Este trabalho é fruto de uma reflexão, sobretudo, geográfica.

Essa investigação iniciou-se em 2005, com a monografia intitulada “Região Noroeste de Goiânia: um resgate do lugar”, que buscava compreender a espacialidade da Região, a infraestrutura básica e as instituições públicas ligadas à educação, à saúde, ao saneamento básico, dentre outros. Foram estudadas a escolaridade e as condições de moradia na Região. Os resultados nos permitiram identificar que os bairros da região careciam de uma gama de infraestrutura e já apresentavam características distintas, sem desvincular-se de sua gênese. Diante do tema escolhido, o presente trabalho se propõe a entender a dinâmica socioespacial da Região Noroeste de Goiânia no ano de 2010, para identificar se os elementos definidores da chamada nova classe média se aplicam e por que adotamos o termo nova classe trabalhadora. São objetivos específicos da pesquisa:

- Traçar um panorama atual da Região Noroeste de Goiânia, no que se refere aos aspectos sociais, econômicos e de acesso a serviços públicos;
- Conhecer a gênese da Região Noroeste de Goiânia e a segregação socioespacial em seu percurso histórico;
- Elencar e problematizar as condições socioeconômicas que permitiram relacionar a população da Região com o grupo emergente, chamado de nova classe média e a justificativa pela adoção do termo nova classe trabalhadora.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em dois momentos. O primeiro deu-se anteriormente à qualificação e baseou-se na revisão da literatura, sobretudo acerca de temas ligados à cidade, segregação e ao espaço urbano de Goiânia, seguida de um levantamento da literatura sobre a Região Noroeste. Fizemos um levantamento de

pesquisas de mestrado e doutorado que discutissem algum bairro da Região, visto a dificuldade de encontrar materiais sistematizados acerca do recorte espacial. Procuramos também jornais de grande circulação e informativos sobre a luta coletiva pela moradia. Realizamos, ainda, um levantamento dos planos diretores que auxiliassem na compreensão da temática estudada. Em seguida, realizou-se o levantamento de dados censitários e da malha digital, que nos permitiu a espacialização dos dados.

Em visita à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Goiânia (Seplam), foram solicitados dados organizados por regiões administrativas, que subsidiassem a análise comparativa da segregação. O órgão nos disponibilizou um documento que listava os bairros de Goiânia e sua respectiva região administrativa. Ainda, na primeira etapa de posse da regionalização da capital, faltava uma alternativa para continuar nosso estudo. A primeira alternativa foi utilizar dados por Áreas de Ponderação² e, após agrupar essas áreas, obter a região. Essa opção se tornou inviável, visto que os dados por essa metodologia foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 2010 não nos garantiam a comparação com os dados de 2000, que consistiam no recorte temporal da primeira etapa. A segunda alternativa foi utilizar dados por Setor Censitário³ e, posteriormente, agrupar as 63 Unidades Territoriais de Planejamento⁴ (UTP) para obter a regionalização de Goiânia. Essa opção se tornou mais viável dada a disponibilidade de dados de 2000 a 2010.

Uma vez que os dados obtidos são encontrados em 63 UTP, utilizamos a regionalização estabelecida pela Lei Complementar No. 183, de 19/12/2008 e derivados de estudos da Secretaria de Planejamento de Goiânia, disponibilizados pela Diretoria de Informações Urbanas e Geoprocessamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e organizamos esses dados em regiões:

² “Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.” (IBGE, 2010, p.62).

³ “O setor censitário é a unidade territorial criada de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta.” (IBGE, 2010, p. 7)

⁴ “As UTP correspondem, cada qual, a um bairro ou a um conjunto de bairros delimitados por barreiras físicas, tais como: sistema viário, córregos e rios que separam porções do espaço urbano que guardam grau significativo de homogeneidade.” (PROVIN et. al, 2012, p. 4)

Central: UTP Aeroporto, UTP Aeroviários, UTP Bairro Feliz, UTP Campinas, UTP Central, UTP Cidade Jardim, UTP Coimbra, UTP Crimeia Leste, UTP Leste Universitário, UTP Marechal Rondon, UTP Negrão de Lima, UTP Norte Ferroviário, UTP Vila Nova.

Leste: UTP Autódromo ou Parque Lozandes, UTP CEASA/Aldeia do Vale, UTP Jardim Novo Mundo, UTP Parque das Laranjeiras e Jardim da Luz, UTP Riviera/Água Branca, UTP Santo Hilário, UTP Vila Pedroso.

Noroeste: UTP Cândida de Moraes/Maria Dilce, UTP Finsocial, UTP Jardim Primavera (Área Urbana Isolada), UTP Mutirão e Curitiba, UTP São Domingos.

Norte: UTP Aeroporto Internacional Santa Genoveva, UTP Campus Universitário/Conjunto Itatiaia, UTP Goiânia II, UTP Jaó, UTP Jardim Balneário Meia Ponte/Mansões Goianas, UTP Jardim Guanabara, UTP Santa Genoveva, UTP Urias Magalhães, UTP Vila Jardim São Judas Tadeu/Jardim Pompeia.

Oeste: UTP Capuava, UTP Chácaras São Joaquim, UTP Jardim Petrópolis, UTP João Braz, UTP Parque Bom Jesus, UTP Vera Cruz, UTP Vila Regina/Parque Industrial Paulista/Santos Dumont, UTP Vila Rizzo.

Sudoeste: UTP Baliza-Itaipu, UTP Caravelas, UTP Celina Park/Recreio dos Funcionários, UTP Jardim Atlântico, UTP Jardim Europa, UTP Novo Horizonte/Faiçalville, UTP Parque Oeste Industrial, UTP Parque Santa Rita, UTP Sudoeste.

Sul: UTP Alto da Glória e Redenção, UTP Bueno, UTP Jardim América, UTP Jardim Goiás, UTP Marista, UTP Nova Suíça, UTP Oeste, UTP Parque Amazônia, UTP Pedro Ludovico/Bela Vista/Jardins das Esmeraldas, UTP Santo Antônio, UTP Sul.

Após a qualificação e de posse das contribuições da banca e do orientador, o trabalho passou por intensas modificações, principalmente, no sentido de ampliar sua temática para além da segregação e discutir um tema extremamente recente tal como a nova classe média e nova classe trabalhadora, o que consistiu em um desafio à nossa análise. Surgiu a necessidade de ampliar a revisão bibliográfica para possibilitar a

discussão da dinâmica socioespacial da Região Noroeste de Goiânia e identificar os parâmetros de identificação da nova classe.

Seguiu-se a etapa de novo levantamento de dados censitários e da malha digital que facultassem a espacialização dos dados, com base nos quais foram elaboradas novas tabelas, gráficos e mapas. A próxima etapa consistiu na análise da literatura, das demais fontes documentais e dos dados censitários. A última etapa consistiu na elaboração do material dissertativo, revisão e defesa. Como dissemos, a metodologia na primeira etapa com dados por setores censitários não conseguiu subsidiar as discussões pós-qualificação. Para compreender as nuances desse novo universo, examinamos um conjunto de variáveis para propiciar compreensão da situação do grupo em questão. Num primeiro momento, os dados foram um impasse na realização das análises, pois, em setores censitários, as variáveis divulgadas pelo IBGE permitiriam somente a construção de um panorama da quantidade de população por grupos de idade.

Já os resultados gerais por áreas de ponderação corroboraram para a construção de tabelas com um bom nível de detalhamento e confiabilidade dos dados para então realizar nosso diagnóstico. Em Goiânia, as 43 áreas de ponderação foram agrupadas, perfazendo sete regiões administrativas abaixo distribuídas, tabela 1:

Tabela 1: Áreas de ponderação de Goiânia, por quantidade de divisões, domicílios e população em 2010.					
Área	Qtd. De Divisões	Qtd. De domicílios	Média de domicílios	Total de população	Média de população
Centro	7	79.238	11.317,7	221.464	31.637,7
Leste	6	52.863	8.810,5	172.940	28.823,3
Noroeste	5	50.071	10.014,2	164.385	32.877
Norte	5	45.370	9.074	146.173	29.234,6
Oeste	5	47.457	9.491,4	153.122	30.624,4
Sudoeste	7	69.031	9.861,5	221.992	31.713,1
Sul	8	78.889	9.861,1	221.925	27.740,6

Fonte: IBGE 2010. Dados organizados pela autora desta dissertação.

Os dados apresentados neste trabalho foram reunidos das áreas de ponderação determinadas pelo IBGE como Noroeste 1, Noroeste 2, Noroeste 3, Noroeste 4 e Noroeste 5. Foram agrupados na tentativa de alcançar a escala regional e apresentados em forma de percentuais por domicílios ou total de população, metodologia também utilizada em alguns dados disponibilizados pela Seplam no Anuário Estatístico de 2012. Em dezembro de 2014, numa última tentativa de compreender e definir os dados a serem utilizados na análise, recorremos à contribuição do professor Marley Saraiva, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás, que nos auxiliou a entender os microdados⁵ do censo, com a utilização de um programa chamado SPSS⁶ e nos alertou sobre a demanda de tempo para "descodificar" os dados e estudar estatística básica, a fim de lidar com a infinidade de variáveis que são ofertadas. Com a complexidade dos dados e dos prazos do programa, optamos por adotar os dados por área de ponderação.

O texto da dissertação está dividido em quatro capítulos. No primeiro discutimos sobre o espaço urbano, as ocupações urbanas e a dinâmica populacional em Goiânia. No segundo capítulo, descortinamos a luta coletiva pelo solo urbano, as resistências e as precárias condições de vida nos primeiros bairros e os momentos da ocupação na Região Noroeste. Continuamos com uma apresentação dos equipamentos sociais (saúde, educação, parques e transporte) da Região. No terceiro capítulo, iniciamos as discussões acerca do conceito do termo "nova classe média", fazendo uma reflexão sobre a fábula e a perversidade que o cerca e justificando o uso do termo "nova classe trabalhadora". No quarto capítulo apresentamos as condições dos domicílios, aspectos demográficos, escolaridade, a questão do trabalho, deslocamento casa-trabalho, além de problematizar acerca da renda e do consumo da Região Noroeste em 2010. Nas considerações finais, discutimos o resultado obtido na triangulação dos dados, ou seja, analisamos como a Região Noroeste deixa de ser "grande bolsão de pobreza" para ser considerada uma nova classe trabalhadora.

⁵ “Os microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo estatístico com vistas à não individualização das informações.” (IBGE, 2010, p. 01)

⁶ SPSS é um *software* destinado a subsidiar análises estatísticas para as ciências sociais. Antes chamado de *Statistical Package for the Social Sciences*, a empresa que detém a marca SPSS não sugere significado para a sigla.

Capítulo 1

As contradições do/no espaço urbano de Goiânia

1.1 Sobre o espaço urbano

O adensamento populacional observado no país nas últimas décadas intensificou os conflitos sociais no ambiente urbano, sobretudo nos grandes centros onde percebemos uma concentração não só das infraestruturas, dos serviços, mas também da renda. Para Carlos (1997, p. 32), “o espaço urbano é um palco de tensões e conflitos mediante as relações de poder.” Para a autora, as relações de poder se manifestam, dentre outros motivos, pela ação de três poderes: o poder do capital com ação segregatória desde a constituição da cidade, o poder político efetivado na forma de apropriação e das leis norteadoras da organização do espaço e do plano da sociedade onde se dá a dinâmica da vida no cotidiano. Raffestin (1993, p. 58) destaca que o “poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. No espaço urbano, podemos inferir que o poder tem relação com os interesses de um grupo ou classe social e que a maneira com que esses grupos se apropriam do espaço urbano. Para Weber (2000, p. 33), “o poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.”

Corrêa (2005) define os agentes produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção, os agentes imobiliários, os proprietários fundiários, o Estado e os grupos excluídos. Os proprietários dos meios de produção são grandes produtores do espaço, devido ao seu potencial econômico. São deles as maiores ações de especulação fundiária que influenciarão o preço do solo urbano. Os proprietários fundiários são aqueles que obtêm renda mediante o uso das terras ou propriedades. Os promotores imobiliários são aqueles que fazem a incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel. O Estado é outro agente, mas também legislador na organização do espaço urbano. Ele é o responsável pela regulação do uso do solo, pela implantação da infraestrutura, pela taxaçaõ e investimento público, dentre outras ações. O fato, porém, é que geralmente regula para as classes detentoras do poder econômico e político, que nem sempre são distintos.

Sua ação [do Estado] é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 2005, p.26)

Além de agir como gestor do espaço urbano, mesmo não sendo o único:

Cabe ao Estado, dentro da lógica do sistema capitalista, garantir a reprodução do capital, gerenciando conflitos que possam interferir na realização do ciclo do capital, seja produzindo infra-estrutura, seja controlando salários de modo a mantê-los baixos, etc. Não cabe ao Estado capitalista eliminar as contradições do sistema, mas amenizá-las, mistificá-las, impondo à vida da sociedade as necessidades da dinâmica de acumulação. (CARLOS, 1997, p. 85)

Já os grupos sociais excluídos são aqueles que têm pouca possibilidade de acesso à moradia ou mesmo de pagar aluguel e, por vezes, apropriam-se de espaços inadequados como forma de resistência ou de necessidade. Esses agentes possuem interesses diferenciados e o jogo de poder entre eles gera conflitos. Alguns deles pressionam o Estado para que atenda aos seus interesses e de outros que são muitas vezes excluídos das decisões acerca de seu próprio espaço. O valor do solo e seu uso são dependentes das demandas que surgem na cidade. A localização dos recursos disponibilizados ou que têm possibilidade de se instalar depende das classes sociais envolvidas no processo e, assim, os valores são e estão em referência com o valor de troca e nem sempre ao valor de uso. Segundo Carlos:

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é expressão do seu valor. O valor de uso é o sustentáculo conceitual de tratamento geográfico dos problemas de uso do solo. (CARLOS, 1997, p. 47)

Há a periferia com bairros de pessoas de baixa renda, mas há também os bairros de pessoas de alta renda que, fugindo da agitação dos centros urbanos, preferem residir em áreas mais afastadas, como destaca Carlos (1997, p. 48):

Assim, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, sejam as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos e com mais possibilidades de lazer.

Contudo, há que se destacar que esses bairros de alta renda, mesmo distantes das demais regiões da cidade, são providos de infraestrutura e de circulação propícia ao rápido deslocamento. Além disso, mesmo não havendo outras infraestruturas de bens e serviços instaladas previamente, elas são mais rapidamente construídas para atender a essa nova demanda. Como dissemos, os proprietários dos meios de produção ou mesmo das terras que possuem influência pressionam o Estado na implantação de infraestrutura e crédito para as áreas onde residem ou possuem alguma intenção imobiliária. Esses bairros, mesmo distantes do centro, não possuem o mesmo tratamento depreciativo dado às periferias populares. Para Corrêa (2005, p. 18):

Criam-se assim bairros seletivos em setores de amenidades: como a palavra ‘periferia’ tem sentido pejorativo, estes bairros fisicamente periféricos não são mais percebidos como estando localizados na periferia urbana, pois afinal de conta os bairros de *status* não são socialmente periféricos. (Grifo do autor)

Mas é fato que, ao redor desse bairro, podem surgir outros bairros de população pobre, sem qualquer infraestrutura e que sirvam de moradia aos trabalhadores que atendam aos condomínios fechados. Já os loteamentos nas periferias pobres são, por vezes, ilegais e posteriormente legalizados, mesmo contando com ínfima infraestrutura. Para Santos e Silveira (2001, p. 21) o “uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade.” (Grifo dos autores). São essas infraestruturas um dos fatores que influenciam no valor das moradias.

De acordo com Corrêa (2005, p. 29):

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e o emprego mal-remunerado.

As moradias de áreas mais pobres são, geralmente, construídas em regime de autoconstrução⁷, mutirão⁸, por cooperativas ou mesmo pelo Estado. No que tange à moradia, Spósito (2001) ressalta que tão importante quanto analisar o tempo para construí-la é considerar a possibilidade ou não de pagamento dela ou, no nosso acaso particular, dos lotes e dos materiais para a construção. Ainda segundo a autora, o acesso à moradia está subordinado à renda, ou melhor, ao nível salarial. Podemos acrescentar que, além do acesso, as condições de moradia e a valorização do bem nas áreas urbanas também estão intimamente relacionadas à renda familiar. Assim, o solo urbano pode ser pensado como mercadoria, como assegura Carlos (1997), e o que valoriza uma área urbana não é apenas sua localização, pois de acordo com Spósito:

⁷ A autoconstrução é uma característica das construções populares e se diferencia dos mutirões pela dimensão do trabalho realizado. Com a melhoria na renda da família, o morador inicia o plano da construção, ampliação ou reforma dentro da família. Geralmente o morador trabalha durante a semana e, aos fins de semana, faz pequenos trabalhos em casa com ou sem a ajuda de membros do mesmo grupo familiar. Esse trabalho pode ser motivado por uma nova demanda, a exemplo dos barracões para os filhos que se casaram ou a criação de um quarto para o recém-nascido, ou mesmo um reparo, como troca de um telhado, colocação de forro de gesso, troca de portas ou janelas, dentre outros.

⁸ Os mutirões são movimentos coletivos para a construção, ampliação, reforma ou reparo das moradias. É a ação realizada por um grupo de pessoas, da mesma família ou de amigos. Ele parte de um convite do proponente que se reúne em dia, horário e local estabelecido por vezes em um ambiente descontraído, regado a música, comida e bebida.

O preço do aluguel ou da compra do imóvel é determinado pelo fato de ser um bem indispensável à vida, de ser propriedade de alguns homens e não ser de outros, e que nas cidades o seu valor se eleva pelo alto nível de concentração populacional e de atividades. (SPÓSITO, 2001, p. 74)

Para Spósito (2001), no nível intraurbano, o poder público define onde estabelecer a infraestrutura de bens e serviços e, nesse sentido, privilegia áreas onde há pessoas com maior renda, em detrimento das áreas com população de baixa renda, e que, geralmente, se localizam em lados opostos na cidade. Quanto aos grupos excluídos, se refere àqueles que estão no processo, mas não conseguem acesso aos benefícios do espaço urbano. A partir desses conflitos, podem surgir movimentos ou lutas coletivas que são, de acordo com Gohn (1995, p. 15):

(...) movimentos e lutas empreendidos pela sociedade civil, e em especial pelas camadas populares em torno de demandas e de reivindicações ocorridas no espaço urbano, constituidoras do conjunto de elementos que vieram a formar a frágil cidadania conquistada, paulatinamente, pelas camadas populares e pela sociedade civil em geral.

Ademais, a ocupação⁹ ou mesmo a disposição dos bairros desses grupos excluídos nem sempre é dada na periferia das cidades. Ocorre em áreas em que as demais classes detentoras de poder político e econômico não se interessam em dado momento histórico. Isso significa que pode haver bairros pobres, cortiços, favelas, guetos em áreas centrais que não são mais pontos atrativos de outras classes, ou mesmo próximos a condomínios fechados, nas periferias, para atender a uma nova demanda de trabalho que se formou. Essas desigualdades no espaço podem ser entendidas como segregação, que é a derivação das diferentes forças que produzem o espaço urbano. É marcada pela fragmentação e articulação espacial. É dela que se formam territórios mais ou menos segregados. Concordamos com Corrêa (2005, p. 26) quando afirma que:

Tendo em vista estes propósitos o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial são um fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado. Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial.

A distância entre as classes sociais, embora negada, separa os grupos na cidade. Ela pode dar-se não só no espaço, mas também no tempo, na distância em horas ou uma distância social. Mas o que se sabe é que essa distância é uma violência latente, segundo

⁹ Oliveira (2002) explica que o uso do termo “invasão” tem conotação ideológica e portanto o termo foi substituído por *ocupação* e o termo *invasor* por *posseiro*.

Lefebvre (1999). Não significa que, em áreas consideradas “nobres”, não há elementos que segreguem, mas eles podem se manifestar em menor intensidade que em áreas de população mais pobre.

Uma das manifestações primárias da segregação está na forma de moradia. Ao analisar a residência de determinado bairro, pode-se perceber a expressão da segregação no material utilizado na estrutura das casas, no número e tamanho dos cômodos, na cobertura e seu interior, o que reflete, sobretudo, a renda familiar. Outra característica é a condição externa às residências, principalmente, no que tange aos bens e serviços em áreas “nobres” em detrimento das áreas pobres. O saneamento básico e a coleta de lixo são exemplos de elementos que evidenciam a desigualdade no atendimento às classes¹⁰.

Assim, a segregação também é um processo dinâmico e sua ação pode ser diferencial no tempo e no espaço. Corrêa (2005, p.64) explica que:

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação, no entanto, é própria do capitalismo, não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte imobilismo sócio-espacial.

A segregação pode se dar num lento ou rápido processo e uma mesma área pode ser segregada em um momento e em outro não. Por exemplo, um bairro, em dado momento, não possui água tratada e, anos depois, começa a contar com o serviço. Isso, contudo, não significa que a segregação se extinguiu ou modificou-se em relação às demais áreas da cidade. Como as diferentes regiões da cidade não estão estáticas, há uma grande chance de que a distância social não tenha diminuído, mas corporificado de outra forma, algumas vezes mais perversa.

O termo "socioespacial" ressalta que a segregação residencial, que está relacionada à forma com que os sujeitos ou grupos se organizam nas cidades, é também fundamentalmente social e espacial. Quanto ao social, a segregação precisa ser analisada sob as características do grupo social, na forma que vivem, no acesso aos bens e serviços e na circulação. Há ainda a autosegregação e a segregação imposta, conforme Corrêa (2005, p. 64):

¹⁰ Nos modelos clássicos de Kohl, Burgess ou Hoyt, os esquemas de segregação residencial são apresentados por status social e o que observamos é que as classes mais antagônicas (de alto e baixo status social) se colocam em lados opostos no que tange à localização, de acordo com Corrêa (2005). Enquanto a elite está em áreas centrais os grupos excluídos estão na periferia e vice-versa.

Em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece como um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva.

Quando mencionamos distância, não consideramos apenas uma medida métrica, mas uma distância relativa que leva em consideração os outros lugares, para Raffestin (1993, p. 150):

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São em parte, respostas possíveis ao fator distância e seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos.

Se levarmos em consideração apenas a distância em quilômetros, ainda há uma desigualdade a ser considerada. O acesso aos bens e serviços na cidade para as classes é diferenciada, alguns possuem a possibilidade de circulação que, para o outro ressalta que a segregação residencial, que está relacionada à forma com que os sujeitos ou grupos se organizam nas cidades, é também fundamentalmente social e espacial, é negada ou dificultada. Lefebvre (1999) ressalta que a segregação residencial está relacionada à forma com que os sujeitos ou grupos se organizam nas cidades, sendo fundamentalmente social e espacial essa distância que as relações sociais se deterioram e a violência latente se constitui na negação. Antes, na noção de um espaço ilusoriamente neutro e não político, é que o autor destaca a violência. Assim, a segregação “produz uma *desagregação* da vida mental e social” (LEFEBVRE, 1999, p. 160, grifo do autor). De acordo com Villaça (2001), alguns elementos definem a segregação: ela é um fenômeno processual, discutido como diferenciação de classes, sobretudo graças ao preço do solo urbano, e se manifesta não por círculos concêntricos, mas por meio de setores ou regiões.

Para Raffestin (1993), o território deriva do espaço e se forma a partir do espaço. O autor nos alerta que espaço e território são conceitos importantes, pois um se apoia no outro, ou seja, o território é uma apropriação do espaço por um “ator sintagmático”. De alguma maneira, o conjunto de infraestruturas está ligado aos territórios e sua organização, visto que permite uma hierarquização que controla as relações e o acesso aos bens e serviços, tendo ligação com as relações de poder próprias do território. Podemos compreender o território mediante a forma com que ele é usado (SANTOS e SILVEIRA, 2001) e a contradição entre os sistemas de objetos e o sistema de ações (SANTOS, 1996).

Para entendê-lo, é necessário perceber as ações passadas e presentes. Nesse sentido, para analisar a segregação, precisamos compreender sua manifestação historicamente, os conflitos de classes, sua influência na cidade de Goiânia para assim entender como a Região Noroeste comporta-se nesse contexto.

1.2 Os fluxos migratórios e a dinâmica socioespacial em Goiânia

Como dissemos, a população urbana brasileira cresceu principalmente a partir do processo de industrialização, ampliado a partir da década de 1950. Com o modelo de agricultura adotado no país, intensificou-se ainda mais a migração de pequenos agricultores, com destino aos centros urbanos. Assim, houve a “expropriação e êxodo rural dos pequenos produtores”, de acordo com Oliveira (2002, p. 50). O autor acrescenta que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por intensas contradições sociais e uma das causas é o que chamou de modernização conservadora,¹¹ que favoreceu a concentração capitalista e ampliou a exclusão social. Para Mendonça e Júnior (2004), a apropriação do Cerrado¹² possuía diferentes interesses e modificou o território brasileiro:

As políticas governamentais voltadas para o crescimento agrícola nas áreas de Cerrado [...], tinham como objetivo a produção de commodities para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e, paralelamente, ocupavam o oeste brasileiro, atendendo à dinâmica e às necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. A infra-estrutura necessária aos novos investimentos avolumou-se com os projetos de 'integração do território nacional', após os anos 1950, com destaque para a construção de Brasília (1960) e a construção das rodovias que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente as regiões na sua forma e no seu conteúdo. (MENDONÇA E JÚNIOR, 2004, p. 98 e 99)

¹¹ No artigo "Ocupação Agrícola do Cerrado e Transformações Sócio Espaciais Decorrentes" apresentado por Calaça (2002, p.01), o autor explica que o termo "modernização conservadora" deve ser compreendido como um conjunto de transformações na técnica da produção, a exemplo do uso de máquinas e insumos agrícolas. Essa forma de produção agrícola é considerada moderna pelo uso dessas técnicas expandindo-se por novas áreas modificando formas consideradas antigas, e é considerada conservadora "porque não alterou a tradicional e histórica estrutura fundiária brasileira".

¹² "A apropriação e ocupação do Cerrado ocorre de maneira planejada e com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas. O projeto, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do estado de Goiás, principalmente, às suas regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista". (PELÁ E MENDONÇA, 2010, p. 61)

Para Chaveiro (2004, p. 122), as condições das últimas décadas do século XX possibilitaram uma nova configuração e a efetivação do projeto idealizado para o Estado, pois “Goiás isolado é Goiás atrasado, Goiás modernizado é Goiás integrado”. Para Bezerra e Cleps Jr. (2004), o preço da terra variava no Estado. As terras com maior densidade de infraestrutura viária (rodovias e ferrovias) possuíam os maiores valores, além daquelas com posição geográfica que permitisse rápida ligação com a região sudeste também eram valorizadas. Mas, com a expansão da fronteira agrícola e as políticas de integração nacionais, não havia modificado as relações de produção tradicionais com o predomínio da concentração fundiária e exploração da mão de obra. Ainda sobre a temática:

De certa forma, esse quadro resultou da estrutura fundiária concentrada e excludente que impunha uma baixa remuneração da força de trabalho, que, por sua vez, se transformou na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. O baixo custo de produção gerou, consequentemente, produtos com preços mais baratos e mais competitivos, para abastecer a região Sudeste. (BEZERRA e CLEPS JR., 2004, p. 43)

Em estudo, Oliveira (2002) identificou que as propriedades com menos de 50 hectares tendiam a ser parceladas e, no outro extremo, as propriedades acima de 10 mil hectares se concentraram em 8,5%, entre 1950 e 1960, fato que possibilitou o aumento das migrações internas, conforme Mendonça e Júnior (2004):

A tecnificação promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília. A *modernização conservadora da agricultura* propiciou uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo, principalmente em Goiás, que entre 1985 e 1996, sofreu uma redução de 23%, enquanto que a média da região Centro-Oeste foi de 19%. De acordo com o IBGE, em 1985, existiam cerca 1.5 milhão de trabalhadores no campo, na região Centro-Oeste. Dez anos depois, mediante a redução de 20%, os trabalhadores somavam aproximadamente 1.2 milhão de habitantes. Em Goiás eram aproximadamente 616 000 e foram reduzidos para 472 000 trabalhadores rurais. (MENDONÇA E JÚNIOR, 2004, p. 112) (grifo dos autores).

Goiânia se tornou um dos polos de atração de migrantes devido a sua trajetória histórica e seu vínculo às dinâmicas goianas se deve à concentração de atividades econômicas e de serviços, pois a “concentração da população acompanha a [concentração] dos meios de produção” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Sobretudo a partir da década de 1950, os fluxos migratórios se intensificaram e podem ser explicados por diferenciados fatores, a exemplo da construção de Brasília, das constantes propagandas sobre as oportunidades goianienses e da evolução do sistema de transportes no Estado. Se analisarmos o mapa 1, perceberemos que, entre as décadas de 1970 e 1990, os migrantes vinham de todas as regiões brasileiras, mas principalmente do interior de Goiás, do Nordeste e do Sudeste.

Além de se manter, os fluxos migratórios ampliaram-se. Santos e Silveira (2001) atribuem o aumento da migração dos trabalhadores à modernização da agricultura e à expansão da fronteira agrícola.

Para Valim (1996), o ato de migrar é bastante antigo e significa mudar de cidade, estado ou país. Para a autora, a partir de 1930, podem-se identificar três tendências migratórias: do campo para a cidade, migração para a fronteira agrícola e proletarianização no campo e migração sazonal. Sendo assim, o migrante pode ser descrito como “o resultado do processo político e econômico do país, arrastados pelas promessas oficiais de sucessivos governos, incentivados pelo sonho de uma vida melhor ou movidos pela própria necessidade de sobreviver.” (VALIM, 1996, p.9). Ainda segundo a autora, a concentração de terra, a expansão da monocultura e pecuária, o uso de maquinário na produção foram alguns fatores que, aliados à ampliação das exportações, prejudicaram os pequenos produtores e, conseqüentemente, estimularam os fluxos migratórios em direção às cidades

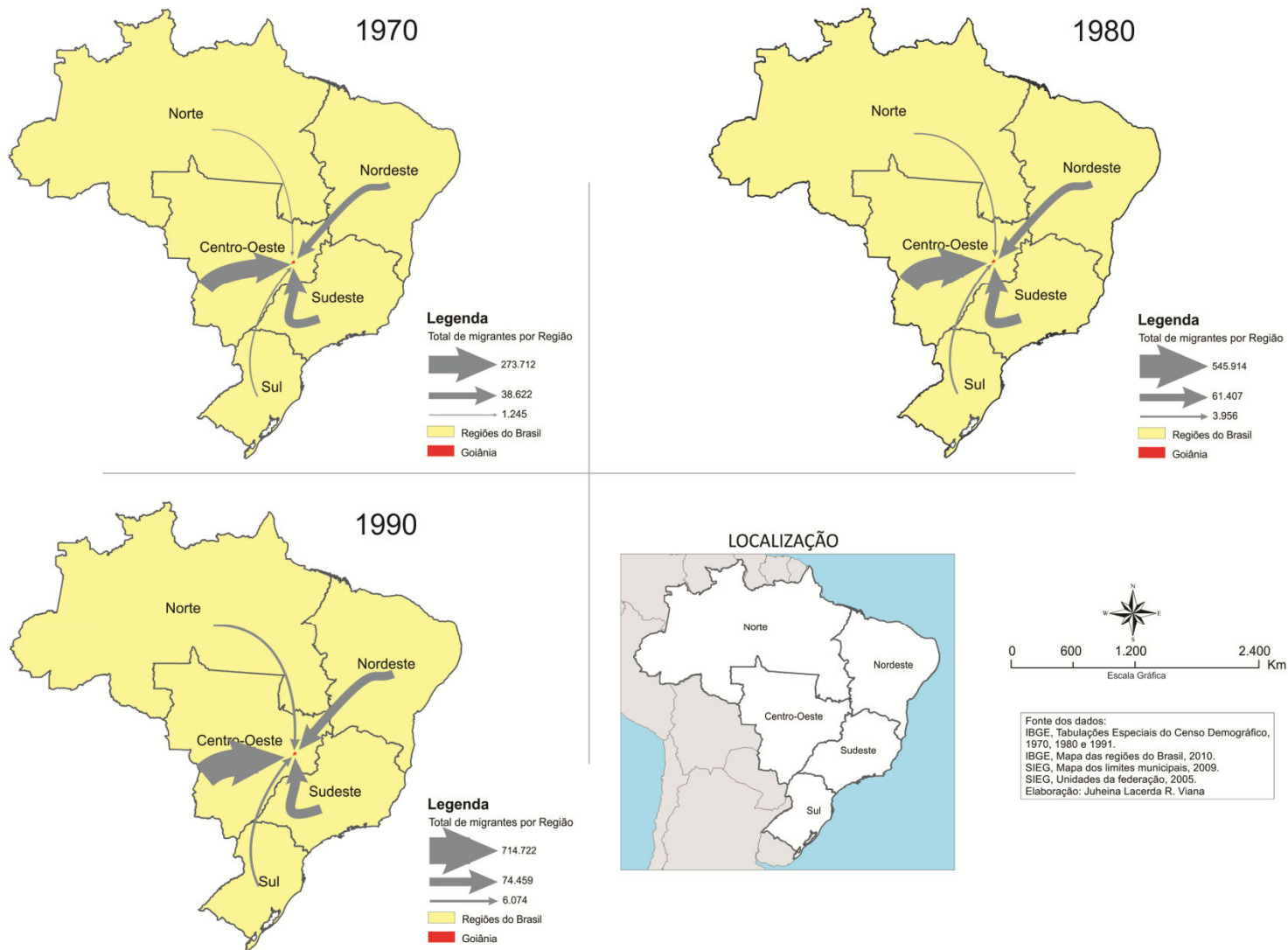
Corroboram com o raciocínio acerca da migração, com destaque para a década de 1970, Santos e Silveira (2001, p. 212-213):

No Brasil de 1970, havia 9,4 milhões de pessoas que viviam fora do seu município havia menos de dois anos. Essa cifra sobe para 16 milhões em 1980, passando, nesse decênio, de pouco mais de 10% para perto de 13,5% da população total. Constata-se, assim, uma grande mobilidade da população. Essa movimentação era ainda mais acentuada entre os moradores rurais. Se os que foram contatos como vivendo em determinado lugar havia menos de dois anos eram 27% do total, esse percentual é de 33,4% em 1980.

Chaul (1980) define o panorama goianiense no que se refere à migração, destacando o potencial de Goiânia para o recebimento de migrantes, sobretudo intermunicipais e do campo, fato que nos auxilia a leitura do mapa 1.

Nos anos setenta, em Goiânia, a maioria dos migrantes intermunicipais continuou sendo originária de Minas Gerais (18,1 mil pessoas), São Paulo (9,1 mil pessoas), sendo que somente 9,0% oriundos de Belo Horizonte e 52,2% da capital paulista. Mas este processo de desenvolvimento populacional contou também com o avanço das populações interioranas do próprio Estado de Goiás. Grande parte, foi proveniente da expulsão direta ou indireta do campo, já comentada anteriormente. Essa grande massa populacional, das zonas rurais e de pequenas cidades procuravam Goiânia, em busca de maior realização pessoal principalmente conseguir emprego, conforme podemos observar nos dados do recenseamento da década de 70, que se refere aos migrantes domiciliados em Goiânia, além de podermos verificar a sua origem, podemos confirmar que o próprio interior de Goiás, foi o grande fornecedor de migrantes para a Capital. (Chaul, 1980, p. 109)..

MAPA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE EM GOIÂNIA PROVENIENTES DE MIGRAÇÃO POR LUGAR DE NASCIMENTO NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990.



Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) entendem a dinâmica demográfica de Goiás como decorrente de um conjunto de fatores, mas sobretudo:

A partir de 1970 o espaço goiano sofreu reestruturação no seu quadro demográfico. A disseminação da modernização, a intensificação da urbanização, da estrutura industrial, da renda, do emprego produziu um crescimento populacional, que ainda se intensifica desigualmente em todo território em decorrência da funcionalidade e do poder de atração dos pólos em desenvolvimento. Observa-se áreas com algo crescimento e concentração populacional na região Metropolitana de Goiânia, Entorno de Brasília, outros municípios no Sudoeste Goiano, como Rio Verde e no Sudeste goiano, Itumbiara, Catalão, Caldas Novas, e também microrregiões com taxa de crescimento negativo[...]. (CHAVEIRO, CALAÇA, REZENDE, 2009, p. 28)

Em síntese, Alves (2002) traça o panorama das décadas de 1970 e 1980 acerca da migração com destino à cidade de Goiânia:

[...] o processo de urbanização e metropolização no decênio de 1970/1980, nas capitais e nos grandes centros-urbanos ocorreu, sobretudo em razão de a migração, e, em especial, originária do interior das unidades federativas. Dessa forma em Goiânia, mais de 70% dos migrantes intermunicipais eram provenientes do próprio estado de Goiás. Comparada a outras capitais, como por exemplo, Campo Grande, na mesma época que teve 60% de migrantes intermunicipais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiânia superou a taxa migratória intermunicipal.

Ainda sobre os fluxos migratórios, a década de 1980 mostra que a circulação de pessoas é intensa em todo o país, fazendo com que Santos e Silveira (2001, p. 213) afirmem que a população permaneceu em constante mobilidade:

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estava em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva de uma estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de ocupação recente.

Para Chaveiro, Calaça e Rezende (2009, p. 31), as migrações campo-cidade são intensas na década de 1980, “com queda de quase 50% de seu contingente rural.”. Esse grande número de pessoas indo em direção as cidades implicava diversos impactos, no caso particular, a questão da moradia. Desde as primeiras décadas da capital do Estado de

Goiás, a questão da moradia era um entrave, principalmente, para a população de baixa renda. De acordo com o Plano Diretor¹³ de Goiânia:

Na época da construção da nova capital (década de 1930), os operários se instalaram em precários barracões fora do perímetro urbano determinado pelo plano urbanístico, pois não dispunham de moradias em locais pré-estabelecidos. Assim formaram-se as primeiras 'áreas de posses', denominação local para invasões e favelas ao longo do córrego Botafogo. (GOIÂNIA, 2006, p. 41)

De precários barracões, algumas vilas de trabalhadores da construção da capital começam a surgir. O que podemos destacar é que, desde esse momento, é possível perceber as diferenças entre as residências de alta e baixa renda, conforme figuras 1 e 2. As moradias de alta renda eram semelhantes aos sobrados atuais, com tendência vertical, e as moradias de baixa renda constituíam-se de construções mais simples e que mantêm os alpendres¹⁴ perpetuados por algumas gerações na cidade de Goiânia.



Figura 1: Casas da elite goianiense na década de 1930. Foto de Antônio Pereira da Silva. Fonte: IBGE. Disponível em: Menezes (2002, p. 90)

Para Menezes (2012), a maioria dos migrantes vindos para Goiânia nas primeiras décadas (1930 a 1960) tinha baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, que lhes permitiam apenas funções de baixa renda, principalmente, na construção civil e em serviços gerais. Não conseguiam moradias da elite nem mesmo as casas populares, já que os salários recebidos não garantiam valores suficientes para adquirir uma propriedade. Os

¹³ O Plano Diretor é obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes estabelecida pela Lei Federal n. 10.257/2001 e, de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 27/1999, é integrado às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

¹⁴ O alpendre constitui-se um espaço coberto entre o interior e o exterior da residência e é característica de construções em regiões tropicais visto que protege a moradia do sol e da chuva. No Brasil remonta ao período colonial que apresentava duas configurações: nos ambientes rurais de forma frontal e nas áreas urbanas ao fundo para garantir a privacidade. Em Goiânia, é comum verificar casas com alpendre nas áreas frontais.

trabalhos mais qualificados e mais bem-remunerados ficavam com um pequeno grupo de migrantes, atraídos por propagandas ou por convites de algum político da época¹⁵.

Figura 2: Casas populares em Goiânia na década de 1930. Foto de Antônio Pereira da Silva. Fonte: IBGE. Disponível em: Menezes (2002, p. 91)



De acordo com Menezes (2012), havia vários impasses para os migrantes que chegavam à Goiânia: um deles estava nas improvisadas viagens, seguida pela falta de moradia, de emprego e os baixos salários associados aos atrasos nos pagamentos. Esse cenário influenciava na vida dos recém-chegados, o que, por vezes, dificultava inclusive a alimentação. Os mais recentes migrantes recebiam ajuda daqueles que já estavam na cidade há mais tempo. Mesmo assim, com a ausência de moradia ou de política que atendesse aos migrantes, estes se instalavam em lugares muito distantes do trabalho ou em áreas de risco, completamente diferenciado do plano original. A ausência de saneamento básico impossibilitava o tratamento dos dejetos que eram despejados nos cursos d'água próximos, a exemplo dos bairros, como Vila Nova, Fama, Macambira, que surgem nessas condições.

Acerca da migração para Goiânia, Menezes (2012) nos alerta que, até a década de 1950, a maioria da população goianiense era composta por brancos. Com o intenso fluxo migratório de pessoas negras ou pardas, segundo a autora, há a consolidação da atração populacional na segunda metade da década de 1950 para Goiânia. De acordo com Menezes (2012), é perceptível, nos relatos dos migrantes, atribuírem a violência urbana nas

¹⁵ Na monografia “O Bairro Popular de Goiânia: A manifestação da dualidade do ‘velho x novo’ na paisagem metropolitana”, Santos (2006) destaca houve várias formas de “angariar” pessoas para morar em Goiânia nas primeiras décadas: leis que doaram e financiaram lotes além de convites de políticos da época para moradores da Cidade de Goiás. Os convites incluíam a moradia e altos cargos em Goiânia.

primeiras décadas da capital ao intenso crescimento populacional e à falta de emprego. Contudo, havia uma distinção entre os pioneiros e os migrantes recentes:

Pode-se afirmar que quem chegou em Goiânia primeiramente estabeleceu vínculos com a cidade, considerando-a como sua e diante disso, trata os migrantes expropriados, recém chegados como estranhos responsabilizando-os atualmente pelo aumento da violência na capital. (MENEZES, 2012, p. 57)

Destacamos essa "naturalização" do migrante mais antigo e o estranhamento do recente, pois esse sentimento se repetirá momentos depois com as antigas e as novas ocupações urbanas, ou seja, as mais antigas ocupações são mais aceitas que as recentes. As condições adversas nas cidades e os movimentos coletivos decorrentes desses problemas urbanos nos solicitam uma compreensão histórica, pois é a partir da década de 1930 que intensificam as lutas por direitos de moradia nas cidades brasileiras. Para Gohn (2005), o século XX possuiu um novo caráter para os movimentos sociais, com destaque para os problemas urbanos, mas também temos uma pluralidade de temas como as condições de vida, legislações, ideologias, movimentos nacionalistas, do regime político, de raça, gênero, categorias de idade, lutas cívicas e movimentos regionais. Um desses movimentos da década de 1960 se dedicava à luta pela casa própria e tinha ramificações em várias capitais do país, demonstrando que a questão da moradia apresentava uma demanda crescente.

O adensamento de população e as precárias condições de vida citadina impulsionaram o aumento moradias precárias e sem as mínimas condições de salubridade para as famílias de baixa renda, que influenciam inclusive no aumento das doenças, conforme Filho (2010, p.3):

A tipologia inadequada das construções habitacionais é fator determinante da maior incidência de enfermidades em seus ocupantes, dentre as quais se pode citar aquelas do aparelho respiratório, alergias, verminoses e as transmitidas por vetores como roedores e insetos que são atraídos pelas más condições higiênicas promovidas neste tipo de ambiente. Acrescem-se a estes danos ao indivíduo, de modo direto, aqueles proporcionados ao meio ambiente natural que o circunda, tais como a contaminação do solo, dos mananciais, pela deposição de dejetos de forma pouco apropriada, que também expõem os indivíduos ao perigo de propagação de doenças.

Na década de 1970, iniciou-se em São Paulo o Movimento de Custo de Vida,¹⁶ que se espalhou pelo país. O grupo colhia assinaturas com o objetivo de alertar as autoridades sobre os altos preços e encargos que impossibilitavam que os trabalhadores conseguissem viver tanto na cidade quanto no campo. Dentre as reivindicações estavam o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, o aumento dos salários acima do aumento do custo de vida, abono salarial imediato e sem desconto para as categorias de trabalhadores, doação de terras para os trabalhadores associados à assistência e créditos ao produtor rural, recursos e meios necessários à produção para possibilitar a eliminação de intermediários, segundo o jornal “A Voz dos Trabalhadores” (1981).

Em Goiás, o Movimento Custo de Vida se iniciou com uma carta de um agricultor de Mossâmedes (Goiás), endereçada ao governador Ari Valadão, expondo as dificuldades do homem do campo frente aos altos preços de produtos essenciais para sua família. O movimento já contava com milhares de pessoas envolvidas e mais de um milhão de assinaturas solicitando ações governamentais que permitissem a diminuição do custo de vida no país. Aparentemente apartidário e sem sede, o movimento possuía um posto provisório na Arquidiocese de Goiânia, onde participavam trabalhadores, independentemente da cidade de origem e do grau de instrução, que solicitavam em seus informativos doações para custear materiais de divulgação do movimento. Na publicação de outubro de 1978 a janeiro de 1979, em meio a cartas e poesias, é divulgado também o abaixo-assinado que fora endereçado ao Presidente da República, aos ministros e às demais autoridades, em que os trabalhadores e membros do movimento demonstravam apoio ao grupo de São Paulo. Também é exposta a condição goiana:

Enquanto isso, nós aqui também temos muitas dificuldades. A maior delas, para quem mora na cidade, é o custo de vida. Isto porque os salários e o rendimento do povo são muito pequenos, e os preços ficam cada dia maiores. O outro grande problema aqui é a FALTA DE TERRA pra quem vive dos braços para trabalhar. Isto porque cada dia mais a terra está nas mãos dos grandes e eles colocam capim na terra e máquina pra tocar as lavouras, e desse jeito expulsam o lavrador da roça. Com isso, cada vez mais aumenta o número de trabalhadores que são obrigados a deixar a roça, indo para a beira das cidades. Também aumentam por causa disso, os boias-frias e os desempregados". Destaque dos autores. (BOLETIM DO CUSTO DE VIDA, 1978-1979, p. 12)

¹⁶ O Movimento Custo de Vida foi marcado pela manifestação na década de 1970 como uma das primeiras organizações durante a Ditadura Militar. Foi organizado por estudantes, donas de casa e apoiado pela Igreja Católica e reuniu mais de um milhão de assinaturas a serem encaminhadas à presidência para mostrar a indignação frente ao alto custo de vida, principalmente, para a população de baixa renda. A manifestação ocorrida na Praça da Sé em São Paulo sofreu intensa repressão policial.

Meses depois, o informativo União dos Bairros publica a indignação do povo goianiense frente à ação da polícia, na ocupação do chamado Jardim Boa Esperança, atualmente Jardim Nova Esperança. A ocupação aconteceu em uma área próxima à Vila João Vaz, longínquo bairro da periferia de Goiânia. A partir desse movimento, surgia em Goiânia a União das Invasões¹⁷. Esse grupo lutava pelo direito de viver na cidade, regularização fundiária¹⁸ e outros benefícios nas áreas das ocupações.

1.3 As ocupações urbanas em Goiânia

Para Rodrigues (1994, p. 43), a ausência de alternativas para moradia tornou frequentes as ocupações urbanas como tentativa de solução da problemática habitacional. Para a autora:

As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se com sua família. Esta ocupação da área ocorre no mesmo dia para todo um grupo. As ocupações, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros 'mutirões', em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras.

No contexto goianiense, Oliveira e Peixoto (2009) asseguram que, para compreender a dinâmica de Goiânia atualmente, é necessário remontar a 1947, quando o parcelamento do solo ainda era definido pelo seu planejamento original. A mancha urbana estava restrita ao Setor Central e a alguns bairros, como os Setores Sul, Oeste e o antigo Bairro Popular, atual Setor Central. Assim, as ocupações remontam às primeiras décadas da capital goiana, pois havia uma ausência de áreas destinadas a construções populares, suficientes para atender a grande quantidade de pessoas que chegavam à nova capital. Ainda na década de 1970, algumas dessas ocupações surgidas nas décadas anteriores não

¹⁷ De acordo com o Boletim Informativo das Invasões de fevereiro de 1981, a população dos bairros participantes da União das Invasões em Goiânia era proveniente de: Jardim Nova Esperança, Jardim Europa, Setor Universitário, Parque Amazônia, Vila Cosme, Vila Paraíso, Vila Silvério, Esplanada do Anicuns, Bairro Anhanguera, Emílio Póvoa, Vila Santa Rita, Jardim Novo Mundo, Jardim Bela Vista, Vila Adélia, Vila Concórdia, Areião, Parque Santa Cruz, Vila Monticelli, Conjunto Bandeira e Parque Industrial.

¹⁸ “O conceito de regularização fundiária define-se como um instrumento importantíssimo da política urbana, pois objetiva ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades e da propriedade urbana, garantindo ao cidadão o direito à terra urbanizada e à moradia. É por meio da gestão democrática que ocorre a participação da população e de seus segmentos organizados”. (SOARES E BARBOSA, 2012, p. 12)

havia sido regulamentadas e serviços básicos inexistiam. Alguns dos acampamentos de trabalhadores da época das construções dos prédios públicos da cidade deram origem a ocupações que foram extrapolando os limites originais da cidade. Oliveira (2002) chama esse momento de “tempo das ocupações individuais e voluntárias”, iniciando ainda na primeira década de existência da cidade de Goiânia e perdurando por tempo indeterminado:

Chamaremos o primeiro momento de *tempo das ocupações individuais e voluntárias*. A sua gênese situa-se na década de 1930 e corresponde inicialmente a dois tipos de movimentações feitas nas margens do córrego Botafogo: uma na região norte-nordeste da cidade, empreendida pelos operários da construção dos espaços públicos da cidade que fugiam da insalubridade dos alojamentos operários; a outra na região sul-sudeste, feita por ‘especuladores’ e oportunistas que construíram espaços que ficaram conhecidos como ‘invasões milionárias’. (OLIVEIRA, 2002, p. 81, grifos do autor)

O autor justifica as ocupações urbanas nas primeiras décadas da capital como:

Não sendo possível a esses trabalhadores comprar moradias em Campinas ou lotes no Bairro Popular, a alternativa habitacional que lhes restava eram as ocupações individuais, familiares, em áreas não autorizadas pelo Estado. Assim, surgiram as primeiras ‘invasões’ na cidade, que para não fugir do controle estatal foram urbanizadas na década de 1940, formando os bairros da Vila Nova, Nova Vila, Criméia, Fama, Macambira e outros. (OLIVEIRA, 2002, p. 82)

A Esplanada do Anicuns foi uma ocupação próxima à Estrada de Ferro da Viação Ferroviária Centro-Oeste e surgida ainda na década de 1950, figura 3. Não havia tratamento dos dejetos de empresas próximas, nem captação de água pluvial e demais serviços urbanos básicos. A Vila Cosmo possuía cerca de quinhentas pessoas, que viviam em uma área que parecia não havia proprietário conhecido, conforme afirma o Jornal União dos Bairros de janeiro de 1980, exceto por pessoas que insistiam na posse, mas sem documento comprobatório, figura 4. O Setor Universitário também foi uma ocupação da década de 1950 e buscava, ainda na década de 1980, por energia elétrica. Havia ainda a dificuldade de transporte coletivo.

Uma das áreas mais valorizadas atualmente e que possui um grande parque, o Areião¹⁹, foi uma ocupação próxima ao Estádio Serra Dourada, com cerca de trezentas

¹⁹ “O Parque Areião está localizado na área de entorno da nascente do Córrego Areião, entre os atuais setores Pedro Ludovico e Marista e contém uma área aproximada de 360 mil m². Ao longo dos anos o Parque foi dividido em duas partes distintas com a abertura da Rua 90. Sua parte mais baixa, com 160 mil m², foi totalmente ocupada ilegalmente por órgãos públicos e por propriedades particulares. A parte alta, onde se encontra a nascente, foi ocupada por vinte famílias de posseiros que a utilizaram para moradia, produção de flores e exploração de viveiros” (CAU/GO, 2012, p. 4).

famílias que, na década de 1980, seriam desapropriadas para a construção da Avenida 136, figura 5. A situação seguiu para o desfecho em 2000, com a reintegração de posse e manutenção do Parque, descrita no relatório do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO, 2009, p. 5):

Em 1998, a Associação dos Amigos do Parque Areião, por meio do seu representante, providenciou a aquisição e o plantio de várias mudas de espécies nativas. A continuidade do projeto, iniciado em 1995, deu-se no ano de 2000 com a retirada das invasões, ampliação do passeio externo, instalação da grade de fechamento, construção dos pórticos de acesso, da sede administrativa, do núcleo ambiental, dos sanitários, da praça de convivência, do *playground*, dos caminhos internos e de uma ilha no lago.

O Jardim Europa foi uma ocupação próxima à Vila União, possuía cerca de quinhentas famílias e surgiu ainda na década de 1950. Em 1980, os moradores foram notificados por advogados de algumas construtoras para a desapropriação da área²⁰ e indenização de cerca de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). O Jardim Novo Mundo foi uma ocupação em que, na década de 1980, já havia serviços básicos e instituições públicas de ensino e saúde, mas não a regularização fundiária. No Jardim Goiás, também houve uma ocupação onde era perceptível a pressão imobiliária, figura 6. Oliveira e Peixoto (2009, p. 6) afirmam que o bairro Jardim Goiás, ainda na década de 1970, observava ocupações urbanas em diferentes pontos do bairro, principalmente destacando que os posseiros advinham de outras ocupações da cidade:

Até a década de 1970, a ocupação do Jardim Goiás era tímida, com a presença majoritária de ocupações irregulares às margens do córrego Botafogo. Formaram-se as invasões do Areião e da Vila Lobó. Esses moradores procediam de diversos lugares, alguns haviam sido transferidos da invasão do Jardim Botânico com a promessa de que seriam proprietários dos terrenos que compunham parte das áreas institucionais do Jardim Goiás, contudo, convém ressaltar, nunca obtiveram a propriedade legal desses lotes. Deste passado mais remoto, recordam-se do drama de transferência para a nova moradia, dos enfrentamentos com a polícia e das dificuldades vividas em dias de fortes chuvas nas residências precárias.

²⁰ “Ato ou efeito de desapropriar; o mesmo que expropriação. Comentário: O Estado, por necessidade, utilidade pública ou interesse social, transfere para si um bem de domínio particular, indenizando ao proprietário com numerário financeiro ou títulos da dívida pública”, segundo Santos (2001, p. 75). No caso particular a desapropriação deu-se em favor dos proprietários particulares, mas em outros em por interesse social.

Uma grande imobiliária da capital buscava o direito de construir na área do Jardim Goiás, mas especificamente onde se localizavam as ocupações. A proposta era que os ocupantes adquirissem a área ou a desocupassem. Mas, quando observamos a estrutura das casas e o relato dos moradores, mediante as referências encontradas, percebemos que se tratava do mesmo perfil das outras ocupações: pessoas de baixa renda e sem condições de aquisição da área.



Figura 3: Ocupação Esplanada dos Anicuns, 1980. Fonte: Jornal União dos Bairros, janeiro de 1980, p. 8

Figura 4: Ocupação Vila Cosmo, 1980. Fonte: Jornal A Voz dos Trabalhadores, abril e maio de 1980, p. 9.



Figura 5: Ocupação no Parque Areião, 1980. Fonte: Jornal A Voz dos Trabalhadores, julho de 1980, p. 5.

Figura 6: Ocupação no Jardim Goiás, 1984. Fonte: Jornal Quatro de Outubro, fevereiro de 1984, p. 8.



Oliveira (2002, p. 82) reafirma a tendência das ocupações urbanas em diferentes pontos da cidade de Goiânia:

A partir do Córrego Botafogo, as invasões populares individuais e voluntárias foram se constituindo na cidade acompanhando a dinâmica de formação dos loteamentos populares periféricos. Estas invasões tenderam a se desenvolver seguindo dois eixos: o leito do Córrego Botafogo no sentido centro-sul e os trilhos da Rede Ferroviária Federal no sentido centro-norte-noroeste. No primeiro eixo desenvolveram-se as ocupações da Vila Nova, Vila Bandeirante, dos setores Leste-Universitário, Pedro Ludovico (Areião), Macambira e Bela Vista e no segundo eixo surgiram as ocupações dos setores Criméia-Oeste, Criméia- Leste, Meia Ponte (Vila Coronel Cosme), Urias Magalhães, Fama, Vilas Jaraguá, Santa Helena, Abajá, São José e setores Aeroviários e Esplanada dos Anicuns.

Tratado como um problema de déficit habitacional na década de 1970, as ocupações possuíam um número crescente de famílias que lutavam pela moradia, estimada em 28,57% do total da população goianiense, de acordo com dados de Moysés (2004, p. 234):

Para se ter uma idéia da abrangência do problema, em 1976, admitia-se a existência de perto de dez mil 'invasores'. Nos anos 80, segundo dados da própria Prefeitura, o número de 'invasores' aproximava-se dos duzentos mil, numa cidade cuja população estava em torno de 700 mil habitantes. Mesmo admitindo exagero nessa estimativa, ela constitui um quadro extremamente grave para uma cidade do porte de Goiânia, onde as oportunidades de emprego estável são precárias, condenando grande parcela da população a uma situação de extrema pobreza.

A aquisição da casa própria era dificultada por diferentes fatores, mas principalmente derivados da dificuldade de financiamento da moradia e cabia à família a ocupação de áreas urbanas, como alternativa:

Nesse particular, parece correto afirmar que a única alternativa que se apresentava aos trabalhadores para subsistirem na cidade era a 'invasão', a ocupação de terras ociosas, fossem elas particulares ou públicas. Isso em decorrência das péssimas condições de vida a que estavam submetidos. Essas condições materializavam-se nos baixos salários que recebiam e na carência de empregos estáveis. Tudo isso, em última instância, dificultava o acesso à casa própria, cujas condições de financiamento, na época, eram simplesmente proibitivas e altamente excludente. Havia também, da parte dos invasores, grande resistência às fontes oficiais de financiamento. (MOYSÉS, 2004, p. 237)

Como dissemos, com os altos custos dos alugueis, as ocupações constituíam uma alternativa isso porque a baixa qualificação profissional e escolar e os baixos salários eram uma consequência inevitável e dificultavam o financiamento da casa própria, conforme Moysés (2004, p. 234):

O fenômeno das 'invasões', entendido num contexto de sobrevivência e de busca de soluções para a questão da moradia, aparece, num primeiro momento, em função dos altos aluguéis proibitivos ao poder aquisitivo dos trabalhadores. Além disso, pode-se dizer que com o passar do tempo, passam a ocupar espaços privilegiados na malha urbana, acabando por se constituírem numa forma alternativa de os moradores se manterem próximos do mercado de trabalho e de alguns equipamentos urbanos, como energia elétrica, transporte, pavimentação etc.

Assim, a população das ocupações buscava a doação dos lotes para que houvesse a possibilidade da autoconstrução mediante os mutirões. A ausência de documentos de posse da terra, a escritura²¹, caracterizava-se como outro problema para as famílias, pois implicava a adversidade, dentre tantas outras, em conseguir um posto de trabalho formal, por exemplo. Havia ainda o aspecto discriminatório que o definia como morador de uma ocupação, uma vez que as notícias relacionadas a essas áreas ressaltavam os altos índices de violência e criminalizavam a luta. Mesmo com a criminalização da luta urbana pela moradia, a mobilização de grandes contingentes de pessoas da classe trabalhadora de baixa renda permitiu a elevação do nível de consciência acerca dos direitos coletivos:

De outro, possibilitaram a elevação do nível de consciência política dos invasores envolvidos diretamente no processo. Ao mesmo tempo em que a questão da moradia era politizada, a maioria da população silenciosa e alienada

²¹ “Documento autêntico de um contrato, feito por um oficial público em cartório, que estabelece o que ficou tratado entre duas ou mais pessoas” (SANTOS, 2001, p. 91).

do processo, via-se obrigada a posicionar-se sobre o que estava acontecendo (MOYSÉS, 2004, p. 237).

Essas e outras ocupações são discutidas por Arrais (2014) como lutas pela terra urbana:

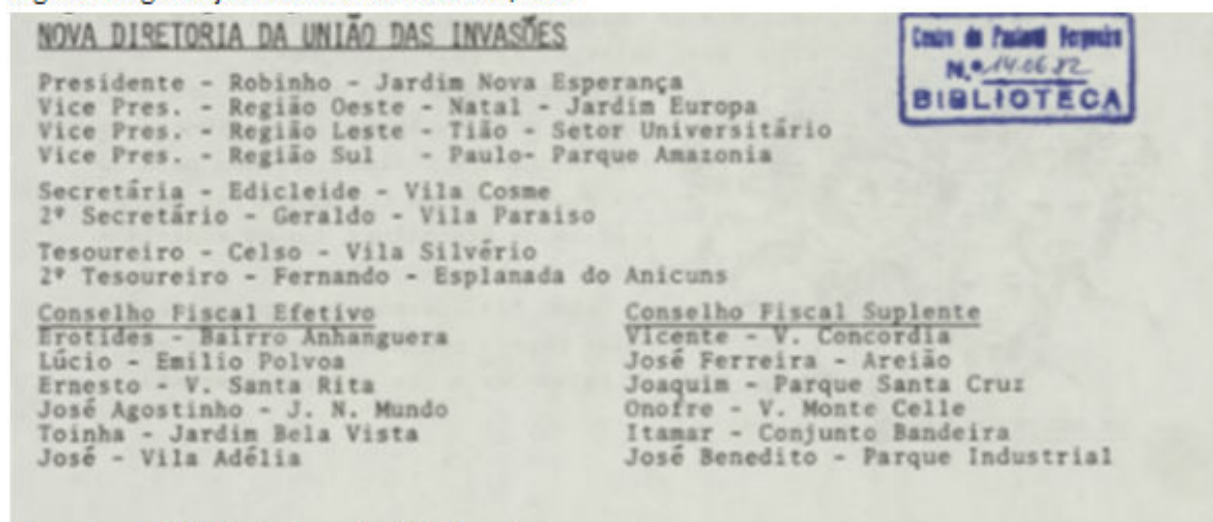
Todavia, a luta pela terra não ocorreu somente na periferia e não teve como resposta a doação de lotes ou casas de placa de concreto em regime de mutirão, como na Vila Mutirão. Áreas do Setor Universitário e do Jardim Novo Mundo foram objeto de ocupação por movimentos sociais, fato quase imperceptível nos dias atuais, já que a paisagem foi significativamente transformada. De igual forma, movimentos sociais fomentaram a ocupação de áreas às margens das famílias pobres foi da Avenida Botafogo, para fins de moradia. Posteriormente, parte das famílias pobres foi removida para dar lugar à Marginal Botafogo. Outra história de ocupação que resultou em conflito ocorreu em 2005, na desocupação do Parque Oeste Industrial. A estratégia de retirada dos moradores foi amparada por forte aparato militar e pela grande mídia que, historicamente, contribuiu para a criminalização da luta dos movimentos sociais. (ARRAIS, 2014, p. 163)

O patrolamento e cascalhamento²² das ruas eram ações importantes. Como a pavimentação asfáltica demorava, essas ações permitiam que houvesse a circulação de veículos e do transporte coletivo, além da coleta de lixo. A ausência desse serviço impossibilitava, principalmente na época das chuvas, a circulação de grandes veículos. O transporte coletivo era indisponível nos primeiros anos e os moradores necessitavam caminhar longas distâncias para chegar aos bairros que contavam com esse serviço, aumentando assim o tempo casa/trabalho. Com o passar do tempo, com a pavimentação asfáltica das avenidas principais, o serviço de transporte público começava a ser realizado, mas com grandes intervalos entre um ônibus e outro, irregularidade nos horários e os coletivos estavam constantemente cheios. Outra solicitação dos grupos das ocupações era por escolas. Algumas ocupações não contavam com esse serviço durante anos. As primeiras escolas implantadas eram geralmente do ensino fundamental, seguidos pelo ensino médio e quase sempre a população não tinha acesso ao serviço de creches ou mesmo de postos de saúde.

Na figura 7, é possível perceber que, nesse período, havia em Goiânia mais de vinte áreas de ocupação ou invasões, mas o número pode ser ainda maior. Em 1984, estimava-se um total de cinquenta áreas irregulares ou clandestinas e esse número sobe para setenta e duas áreas na década de 1990.

²² Os serviços de patrolamento e cascalhamento das ruas são considerados importantes quando ainda não há a pavimentação asfáltica, possibilitando a melhoria no acesso e circulação de veículos de diferentes portes.

Figura 7: Organização da União das Invasões, 1982



Fonte: Jornal "União das Invasões", 1982, p. 3.

O que é fundamental para viver nas cidades faltava nas ocupações. A ausência de energia elétrica impossibilitava a retirada de água das cisternas com o uso de bombas elétricas, a iluminação residencial e pública e para o trabalho. Muitas mulheres lavavam e passavam roupas como forma de complemento da renda familiar e, sem a energia elétrica, restringiam-se as possibilidades de assegurar a segurança alimentar, por exemplo. Devido à ausência de legalidade, muitas dessas ocupações não contavam com o serviço de limpeza das ruas ou a coleta de lixo. A saída encontrada por moradores muitos era a deposição desse material em áreas públicas ou, mesmo, a queima. Os moradores buscavam também o serviço de segurança pública, com a criação de postos policiais ou de patrulhamentos dos bairros oriundos de ocupação.

1.4 A dinâmica do espaço urbano goianiense

Algumas leis são necessárias à compreensão do ordenamento do território goianiense. A Lei de Parcelamento Urbano n. 4.526/71 definiu as condições para os novos loteamentos e é considerada rígida quanto à obrigatoriedade de infraestrutura, considerando como básica a implementação de rede de água e energia elétrica e rígida pois

esses serviços não eram pré-requisitos anteriormente. O prazo para o implemento da infraestrutura básica foi estipulada em cinco anos, com obrigatoriedade de abertura das vias públicas e praças além de obras de escoamento das águas pluviais. A reação imediata à normativa foi o inverso do esperado; em vez aumentarem os loteamentos com uma infraestrutura básica, aumentou-se o número de bairros com ausência de infraestrutura e, portanto, sem regularização por parte do poder público:

Novamente as imobiliárias, embora, a lei estava aí para ser cumprida, vão se sentir livres para agir em busca do lucro desenfreado. Sem o controle legal do uso do solo, o plano original de Goiânia cresceu mais de dez vezes o tamanho original. O município hoje apresenta uma área total de 801,02 m², com várias áreas vazias e mais de cem mil lotes desocupados nas mãos de especuladores imobiliários, utilizados como reserva de mercado (ALVES, 2002, p. 79).

A Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979 definiu normativas para as cidades, a partir das quais os Estados, Municípios e o Distrito Federal deveriam considerar como infraestrutura básica a iluminação pública e domiciliar, rede de esgoto sanitário, água, via de circulação, pavimentada ou não, e o que fosse necessário para o escoamento da água pluvial. Essa infraestrutura valia também para as Zonas Habitacionais para Interesse Social (ZHIS). Desde essa legislação, a mínima dimensão para os lotes era de 125 m² e a distância de, no mínimo, quinze metros dos cursos d'água. Na referida lei, não seria permitido o parcelamento:

- I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;
- IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. (BRASIL, Lei Federal n. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979)

A Lei Municipal nº 5.735 de 19/12/1980 substituiu o zoneamento anterior. O zoneamento constitui-se na divisão da área urbana e de expansão em zonas de uso com características próprias e foi justificado pela necessidade de controle do solo urbano. As zonas de uso na Lei Municipal de 1980 destinavam-se à habitação, comércio e serviços, indústria ou lazer. Seguem as definições das referidas zonas de uso em Goiânia constantes no décimo quarto artigo da referida lei, entre os incisos um a seis:

§ 1º - Zona Habitacional (ZH) é a Zona de Uso caracterizada pela predominância do uso de Habitação.

§ 2º - Zona de Comércio e Serviço (ZCS) é a Zona de Uso caracterizada pela predominância complementar dos usos de Comércio e Serviço.

§ 3º - Zona de Comércio e Indústria (ZCI) é a Zona de Uso caracterizada pela predominância complementar dos usos de Comércio e Indústria.

§ 4º - Zona de Uso Misto (ZUM) é a Zona de Uso caracterizada pela não predominância de qualquer uso.

§ 5º - Zona Especial (ZE) é a Zona de Uso caracterizada pela sua especialidade funcional ou estrutural.

§ 6º - Zona Verde (ZV) é a Zona de Uso caracterizada pela otimização das condições ecológicas do meio ambiente e pelo desenvolvimento de atividades de lazer compatíveis com estas condições. (GOIÂNIA, Lei Municipal 5.735 de 19 de Dezembro de 1980).

Para Alves (2002, p. 79) a lei de zoneamento “incentivava a construção de edifícios de apartamentos residenciais no Centro, Setor Oeste, e, posteriormente na parte Sul da cidade, onde existiam redes de água e esgoto, mas bem escassas”. A autora esclarece que a lei possuía lacunas:

De modo geral, a Lei de Zoneamento de 1980 apresenta lacunas, que a torna ineficaz em relação à ocupação do solo. A lei citada considera como Zonas de Urbanização Prioritária as áreas urbanas do município, dotadas de infraestrutura, equipamentos sociais, ou equipamentos urbanos que constituem vazios urbanos, sujeitos à atuação urbanística, com a finalidade de exigira do proprietário do solo urbano não-edificado que promova seu adequado aproveitamento. O projeto também estabelece penas para os proprietários que não utilizarem a área. As penas podem ser de parcelamento o edificação compulsórios, imposto progressivo ao tempo sobre a propriedade territorial e desapropriação com pagamento mediante títulos de divisão pública (ALVES, 2002, p. 81)

A Constituição Federal de 1988, em seu segundo capítulo, estipula os direitos sociais e a moradia passa a ser de responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios onde há a definição da necessidade em promover programas para construção de habitações populares e de melhoramento do saneamento básico no entorno dos domicílios. No sexto artigo dos direitos sociais, a referida lei define que são direitos sociais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 2).

A Lei Orgânica do Município de Goiânia, de 1990, veio corroborar com as normativas anteriores e nela são registrados os objetivos fundamentais do Município, dentre eles a busca de uma sociedade mais justa, livre e solidária, a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e sem qualquer discriminação. Na seção sobre a habitação, na segunda seção, a Lei reafirma os direitos mencionados na Constituição

Federal de 1988 e propõe, no primeiro inciso do artigo 168, sendo parte da redação dada pela Emenda da Lei Orgânica n. 041 de 09 de Junho de 2009:

§ 1º - A ação do Município deverá orientar-se para: I - ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo; II - estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços; II – Estimular, assistir e apoiar tecnicamente e operacionalmente, projetos comunitários, cooperativos e associativos de construção de habitação e serviços. (GOIÂNIA, 1990, p. 2).

Ainda na década de 1990, a Lei de Parcelamento Urbano 7.222/93 tinha o objetivo de controlar o aumento de bairros irregulares da década anterior como afirma Moysés (2004, p. 226):

Já nos anos 90, verifica-se, por parte do poder público, o empenho de regularizar essa situação e certo arrefecimento da ilegalidade, porém nota-se também um fato novo, de magnitude: com o 'desengessamento' do solo urbano, mediante uma nova Legislação de Parcelamento (7.222/93), há aumento crescente de loteamentos, a maioria aprovados, portanto, legalizados e regulares.

O Diário Oficial nº 6.149, de 10 de setembro de 1984, considerava a aprovação de loteamentos e remanejamentos ilegais das áreas urbanas e de expansão de Goiânia. A Lei nº 6.806, de 31 de outubro de 1989, autorizava a aprovação de loteamentos irregulares ou clandestinos em Goiânia, na área urbana ou de expansão urbana, que já estivessem habitados e que atendessem, pelo menos, os requisitos urbanísticos:

- I - As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e os espaços livres de uso público deverão corresponder a 35% (trinta e cinco por cento) da área urbanizável da gleba, com o mínimo de 10% (dez por cento) para equipamentos comunitários;
- II - Ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatória a reserva de área "non aedificandi", nos termos do que estabelece a Lei Municipal nº 5.735/80 ou, pelo menos, em acordo com o disposto na Lei Federal nº 6.766/79;
- III - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos será obrigatória a reserva de área "non aedificandi" a ser estabelecida pelos órgãos estaduais e municipais competentes;
- IV - Os lotes terão área mínima de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e frente mínima de 12m (doze metros);
- V - As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes, existentes ou projetadas, quando for o caso, garantindo, pelo menos, um acesso ao sistema viário urbano, a critério do órgão municipal competente;
- VI - As vias que comporão o itinerário dos transportes coletivos serão determinadas pelos órgãos estaduais e municipais competentes;
- VII - Implantação de rede de energia elétrica e iluminação pública, no prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de aprovação do loteamento;
- VIII - Execução dos serviços de arruamento e demarcação de lotes e quadras. (GOIÂNIA, 1989, p. 2).

A Lei Complementar nº 10 de 30/12/1991 criou o Conselho Municipal de Política Urbana (Compur) e solicitou a criação do novo Plano Diretor. São funções da Compur determinadas na Lei:

I - propor as diretrizes básicas a serem observadas na elaboração do Plano Diretor, por Órgão Municipal competente; (Redação conferida pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 131, de 19 de janeiro de 2004.)

II - examinar a compatibilidade entre planos e programas setoriais, de responsabilidade de órgãos da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer nível de governo, e as diretrizes do Plano Diretor, assim como propor as medidas necessárias para sustar ações incompatíveis com o referido Plano;

III - examinar a compatibilidade entre o Plano Plurianual e as diretrizes constantes do Plano Diretor;

IV - pronunciar-se sobre as alterações propostas à legislação urbanística municipal;

V - analisar questões urbanas e de ordenação territorial e de interesse municipal;

VI - elaborar seu Regimento Interno, para aprovação do Chefe do Executivo.

(GOIÂNIA, 1989, p. 3)

O planejamento estabelecia que o Compur seria gerenciado pelo Secretário Municipal de Planejamento em consonância com membros de entidades governamentais, não governamentais e da sociedade civil organizada e a redação foi reorganizada pelo terceiro artigo da Lei Complementar n.131 de 19 de janeiro de 2004 definindo que os planos urbanísticos da cidade de Goiânia seriam propostos pelos membros das instituições governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

A Lei Complementar nº 15 de 30/12/1992 instituiu o novo Plano Diretor. A Lei Municipal nº 7.222, de 20/09/1993, definiu condições para parcelamentos, sendo exigidas a implantação de energia elétrica em pontos de iluminação nos cruzamentos e de rede de abastecimento de água. O Decreto nº 2.202, de 30/11/1998, regulamentava o Código de Edificações (Lei nº 5.062/75) e há definições para a promoção da moradia. São estratégias para a habitação em Goiânia definidas no artigo 50 da Lei Complementar n. 177 de 09 de Janeiro de 2008:

I – a promoção de uma política habitacional para populações de baixa e de nenhuma renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação, com o objetivo de implementar ações, projetos e procedimentos que incidam na produção da habitação de Interesse Social;

II – a promoção ao acesso dos setores sociais de baixa renda e de nenhuma renda ao solo legalizado, adequadamente localizado e compatibilizado com o meio ambiente;

III – a aplicação dos instrumentos redistributivos da renda urbana e do solo da cidade, na implementação da política habitacional de interesse social, com vistas a viabilizar mais oportunidades de produção de moradia, por meio da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

IV – a promoção da regularização fundiária e urbanização específica dos assentamentos irregulares da população de baixa renda e sua integração à malha urbana;

V – a promoção de parcerias público-privadas na produção e na manutenção da habitação de interesse social, em especial com as Cooperativas Habitacionais Populares e Associações Habitacionais de Interesse Social. (GOIÂNIA, 2008, p. 1)

Houve a expansão do centro goianiense ainda na década de 1950 e ela acompanhava os principais eixos viários, principalmente, nos setores Sul, Aeroporto e Oeste. A Lei de Zoneamento²³ de 1975 influenciou ainda mais essa centralização, pois a atração de estabelecimentos comerciais permitiu a expansão do centro principal. Mesmo com habitações coletivas, ou seja, irregulares nessas áreas, a pressão imobiliária e as ações do Estado proporcionaram o adensamento desses bairros, então a verticalização consistia no próximo passo. Enfim, o Plano Diretor de 1992 consolidou a ampliação do centro de Goiânia. Assim, os bairros de alta renda possuem uma concentração de escolas, hospitais, linhas de transporte coletivo e as leis caminharam para a centralidade. Do lado oposto, estão os bairros de baixa renda, que não possuem os serviços básicos e ainda há a dificuldade em circular pela cidade.

Há que se destacar que o processo histórico analisado nos permite compreender como houve a ampliação da cidade e suas tendências. Principalmente a partir de 1980, a cidade de Goiânia percebeu um aumento de bairros cada vez mais distantes das regiões com maior disponibilidade de postos de trabalho e mais próximos das cidades da região metropolitana. A verticalização²⁴ também se amplia nesse contexto. Uma questão a ser pensada é a diminuição da área rural em consequência do aumento da área urbana da cidade. Há ainda o destaque para bairros iniciados na área rural e considerados uma “área urbana isolada”, a exemplo do Conjunto Primavera. Em 2010, essa configuração tende ainda mais à conurbação²⁵ e há também o parcelamento e o reparcelamento de chácaras. Assim, muito além do plano original da cidade, Goiânia é metrópole e tem seu espaço construído e reconstruído, mas, para compreendê-la, é necessário compreender seu

²³ “Art. 4º - Conceitua-se como Zoneamento o procedimento urbanístico destinado a delimitar o solo urbano do município de Goiânia em zonas que hão de sujeitar-se à incidência de planos de urbanificação especial e a fixar, para as diversas áreas do tecido urbano, os usos e as ocupações do solo compatíveis com a garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado, afiançadores do bem-estar da população e que expressem a função social da propriedade”. (GOIÂNIA, 1994, p. 1).

²⁴ Verticalização é o processo que ocorre nas cidades, principalmente nas metrópoles, que caracteriza-se pelo aumento de edifícios.

²⁵ Conurbação é o processo decorrente da união dois ou mais municípios como consequência da ampliação urbana.

processo histórico e, sobretudo, como surgiram as desigualdades socioespaciais, aspectos que serão tratados no tópico adiante.

Ao analisarmos os loteamentos de 1930 a 2000, conforme mapa 2, é possível perceber uma tendência à ampliação urbana para as regiões Sudoeste e Sul, nas primeiras décadas da cidade. Em relação às contribuições de Arrais (2014), podemos inferir:

- Década de 1930: a divisão do povoamento do Centro Administrativo, o Centro Comercial, a Zona Industrial e a Zona Residencial. As construções eram feitas nas terras adquiridas e doadas para a implantação de Goiânia, primeiramente, nas fazendas Crimeia e Botafogo.

- Década de 1940: a incorporação de Campinas, Hidrolândia, Ribeirão (atual Guapó), São Geraldo (atual Goianira), Trindade e parte das áreas de Anápolis e Bela Vista de Goiás proporcionou um salto populacional e territorial.

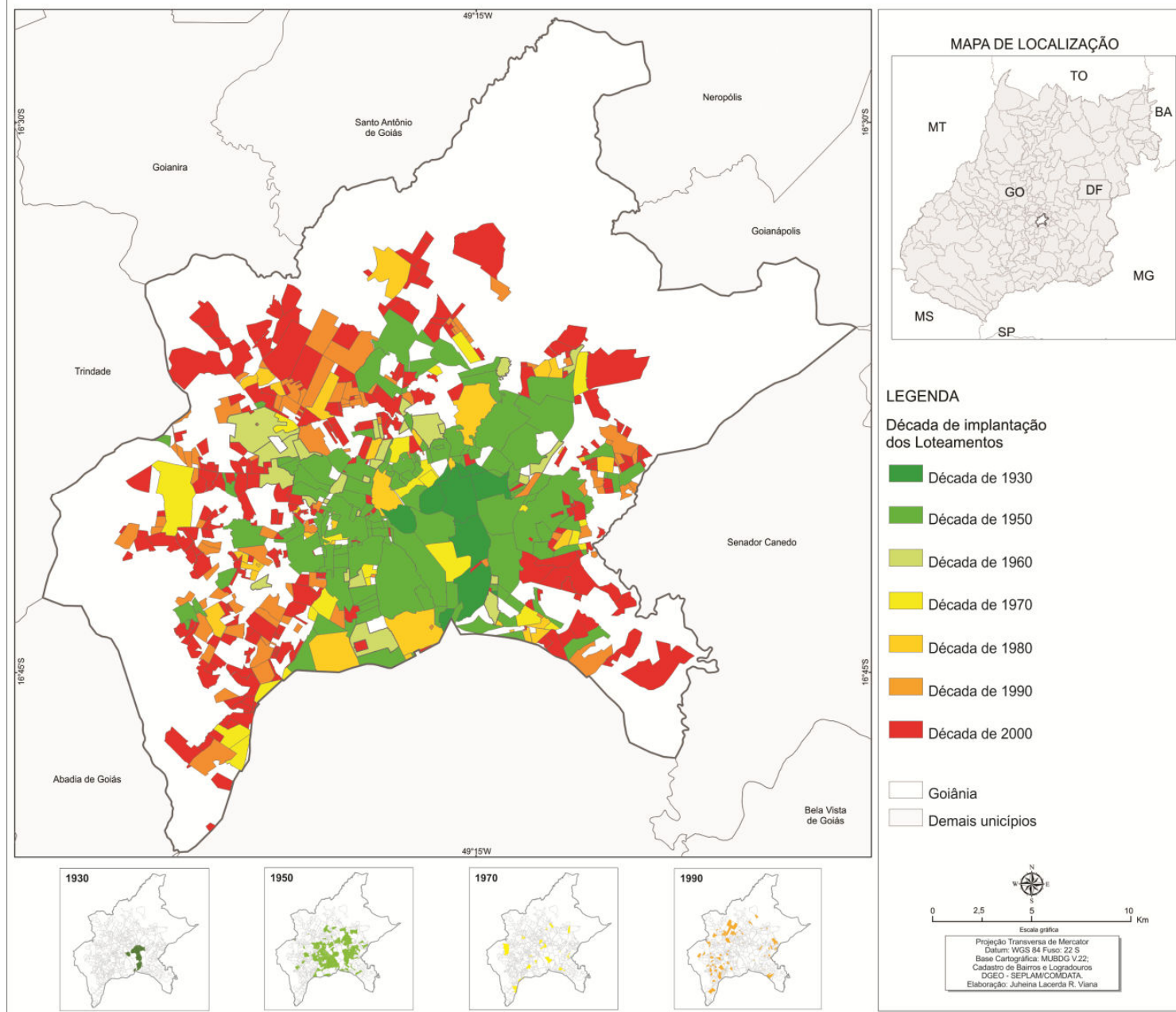
- Décadas de 1950 a 1970: houve uma intensa expansão horizontal devido à pressão pelo aumento populacional e à demanda por moradia, surgindo vários bairros populares. Nesse contexto, há também o início da verticalização das áreas centrais, a exemplo dos setores Central e Oeste. Ampliam-se os movimentos sociais urbanos pela moradia.

- Décadas de 1980 a 2000: há um estímulo à migração de pessoas para os municípios periféricos, observado no crescimento populacional dos municípios da região metropolitana, superior a observada na capital.

Entre as décadas de 1930 e 1950, os parcelamentos estavam atrelados às áreas centrais de acordo com o projeto original. Os prédios da capital estão na maioria nos bairros centrais e no chamado centro ampliado, a exemplo dos Setores Aeroporto, Oeste, Marista, Nova Suíça e Jardim Goiás. As ofertas de emprego também estão concentradas nessas áreas e, principalmente, nas vias de circulação rápida da cidade, fato que influencia no trânsito. Nessas regiões, há também uma concentração de população de alta renda, juntamente aos condomínios fechados nas áreas periféricas da cidade.

O cenário da organização da cidade de Goiânia, como dissemos, apresentava uma tendência em aumentar sua área urbana, mesmo havendo vazios urbanos entremeados. Arquiteta-se também o palco para as ocupações urbanas sistematizadas pelos movimentos sociais pela moradia, sobretudo concentradas da segunda metade da década de 1970, perdurando na década seguinte:

MAPA 2: GOIÂNIA: MANCHA URBANA E LOTEAMENTOS IMPLANTADOS NA DÉCADA DE 1930, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 E 2000.



As famílias pobres e inquilinas, por muitas vezes impossibilitadas de comprar um terreno ou edificar uma habitação digna, ou foram empurradas para as cidades dormitórios ou passaram a ocupar áreas públicas e/ou áreas desocupadas. Desta forma, a partir dos anos 1970 e 1980, Goiânia tornou-se terra de migrantes e palco de invasões, os posseiros ocuparam e passaram a construir suas moradias de forma improvisada, que são verdadeiras favelas, passam a morar sob lonas, vivendo em condições subumanas (ALVES, 2002, p. 89).

Numa cidade planejada e com ares de boa qualidade de vida, bastante arborizada, com grande área verde por habitante, não havia nenhum planejamento para moradia para a população de baixa renda:

A cidade oferece boa qualidade de vida, mas não para os indivíduos de baixa renda, como é o caso da maioria dos migrantes que a cidade tem recebido nos últimos anos. Esses migrantes são submetidos a uma segregação urbana, morando normalmente na periferia especialmente da Região Noroeste, bairros nos quais 85% da população são migrantes segundo dados do IPLAN ou mesmo, nas cidades do entorno de Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Goianira, Trindade e Aragoiânia (ALVES, 2002, p. 88-89)

Como vimos, a capital goiana, mesmo arquitetada e idealizada, não contemplou, em seu plano, soluções para resolver a dinâmica que ela mesmo criou: atraiu um número considerável de migrantes para sua construção, decorrente do êxodo rural e de seu crescimento natural. As intervenções legislativas na cidade também tiveram resultados à revelia do almejado, criando uma dinâmica de expansão urbana que privilegiou a especulação e gerou imensos vazios urbanos. Em meio a isso, as ocupações urbanas presentes em todo o processo histórico de Goiânia se intensifica no final da década de 1970 e início da década de 1990 como fruto da dinâmica de produção do espaço e das mazelas da vida urbana no período, como abordaremos mais sistematicamente no capítulo a seguir.

Da Esperança ao Triunfo: o processo de formação da Região Noroeste
de Goiânia

2.1 O processo de formação da Região Noroeste: considerações introdutórias

Para compreender as fases de ocupação da Região Noroeste de Goiânia, procuramos criar uma cronologia baseada nos principais marcos que referenciaram cada período. Representando cada fase, adotamos o nome de algum bairro que se tornou destaque em cada momento, para que se possibilitasse compreender a simbologia dos nomes desses bairros. As fases de ocupação da Região Noroeste foram chamadas de Esperança, Finsocial, Vitória, Triunfo e uma fase intermediária, chamada de Tremendão. Os fatos que precedem essas fases serão tratados como fase gestacional.

O esforço em definir uma periodização da ocupação da Região Noroeste se fez necessário para melhor compreensão da dinâmica espacial. Santos e Silveira (2001, p. 23), ao definirem uma periodização para a história do território brasileiro, afirmam ser uma ação essencial para a compreensão da temática, mas esclarecem os riscos na tentativa de organizar o tempo histórico ao mesmo tempo uno e diverso:

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. Trata-se de encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais. E esta é uma tarefa temerária, pois basta que nos equivoquemos quanto à hierarquia dos fatores em um dado momento para que o nosso edifício intelectual se mostre sem firmeza. O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho - sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as descontinuidades que permitiriam explicar as diversidades regionais, aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais.

Almejamos, com essa análise cronológica, a compreensão das nuances do tempo histórico da formação da Região Noroeste de Goiânia, mesmo com a ciência das defasagens e das variáveis sem sincronia, e a percepção das continuidades espaciais, a fim de compreender a realidade atual.

2.2 Fase gestacional: os antecedentes, de 1933 a 1978

Com o objetivo de compreender os fenômenos ocorridos a partir de 1979, em Goiânia, é necessário fazer uma leitura de ações gerais, ou seja, de implicações da política

e economia nacionais, visto que se trata de um processo decorrente de tantos outros aspectos históricos, no caso particular, é definido entre 1933, com a criação de Goiânia, e 1978, em que se compreende o momento das ocupações em diferentes pontos da cidade que precedem as ocupações de áreas da Região Noroeste. Alves (2002, p. 80) faz uma síntese do cenário que desembocará no período das ocupações coletivas:

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a formação do espaço urbano de Goiânia resultou de dois grandes processos: de adensamento exagerado e pontual de alguns bairros e da dispersão da periferia. Pode-se apontar três agentes que influenciam diretamente na ocupação do solo urbano, nesses anos, na capital Goiânia: primeiro, o Estado que agiu com seus investimentos públicos e normatização legal do espaço urbano; segundo os empreendedores imobiliários, que como já vimos, esteve historicamente acoplados ao Estado e com o objetivo de aumentar as suas taxas de lucros, impondo ao governo as alterações no aparato normativo em vigor; e em terceiro, os migrantes, que antes eram chamados de sem-terra, agora conhecidos como sem-teto, que passam na cidade a forçar a ocupação de áreas vazias, assumindo ora e outra a condição de posseiros urbanos.

Com o objetivo de compreender como se deu esse processo de ocupação tendo como referência a dinâmica brasileira e goiana, problematizaremos os fatos relacionados ao adensamento populacional das cidades brasileiras e como elas influenciaram a dinâmica goianiense. Rodrigues (1994, p. 46) justifica que as ocupações têm causa direta na “impossibilidade de pagar o preço da casa/terra pelos baixos salários” e, portanto, é necessário compreender os níveis globais e nacionais, visto que eles influenciam nas dinâmicas locais.

As precárias condições de vida e as privações sociais, sobretudo, trabalho, saúde e educação de quem vivia no campo fizeram surgir a projeção nas cidades como um lugar onde haveria uma possibilidade de melhoria na vida das famílias. Nas cidades, as condições de moradia, o acesso aos serviços urbanos e a dificuldade em suprir as necessidades básicas da população das grandes cidades somavam-se ao aumento populacional decorrente dos grandes fluxos migratórios. Além disso, ainda na década de 1960, houve o avanço dos movimentos populares, tanto no campo quanto nas cidades, fazendo uma oposição aos setores mais conservadores da sociedade.

Em 31 de março de 1964, João Goulart, presidente do país, é deposto do cargo e é declarado o Golpe Militar. Durante a Ditadura, o discurso era de controle da inflação, preservação da democracia e a luta contra a corrupção, para assegurar o crescimento econômico, a redução das desigualdades regionais, a partir do incentivo das exportações para haver a atração de capital estrangeiro, período que ficou conhecido como "milagre

brasileiro”. O crescimento urbano na década de 1970 apresenta-se com uma nova configuração: a maioria da população deixa de ser rural para ser considerada urbana. Oliveira (2002, p. 53) sintetiza o cenário do período da Ditadura Militar e da ação do Estado:

As conturbações instaladas no cenário político em função das pressões populares (por reformas amplas) e das oligarquias (por concentração e conservação), refletiram nas oscilações e instabilidades dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), culminando como ‘Golpe de Estado Militar’, neste último ano. A partir de então, as elites sócio-econômicas nacionais conseguiram definir o quadro histórico de montagem da modernização conservadora, utilizando-se em todo o país de violenta repressão aos movimentos sociais populares, a fim de conformar a população brasileira às relações sociais de produção capitalista dependente. No período da ditadura (1964-1985), o Estado não atuou apenas como um elemento regulador, constituindo-se no terceiro elemento social; o Estado assumiu explicitamente o seu caráter de classe.

Com a crise mundial de 1974, decorrente do aumento do preço do petróleo, a consequência imediata foi o déficit da balança comercial brasileira. O aumento da dívida externa também foi observado como impacto da crise, graças aos sucessivos empréstimos adquiridos pelo país. A concentração de renda se intensificou, como apontam Santos e Silveira (2001, p. 41):

Se considerarmos as cifras globais para o Brasil em 1960, 89,39% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares representavam 20,2% das superfícies e 44,62% com menos de 10 hectares reuniam 2,23% das superfícies. Por outro lado, 0,98% das propriedades com mais de 1.000 hectares reuniam 47,29% da superfície total. Assim, 32.825 proprietários possuíam quase metade da superfície das propriedades agrícolas brasileiras, enquanto os outros 3.316.588 dispunham apenas de 52,71% (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.41)

Com a análise desses dados, é possível compreender a concentração fundiária nessa fase. Estima-se que apenas sessenta proprietários de terras possuíam mais áreas que os cerca de três milhões de pequenos proprietários, além dos mais de quatro milhões de trabalhadores do campo sem nenhuma propriedade, classificados como posseiros, parceiros, arrendatários e assalariados rurais. Outro fator nacional importante para nossa análise foi a queda do poder de compra do salário mínimo. Em queda desde a década de 1960, o salário mínimo, ainda em 1994, cerceava o poder de compra de produtos básicos para a manutenção da família, como é o caso dos gêneros alimentícios e os artigos de higiene. Ademais, havia grande diferença na renda entre os salários de homens e mulheres e entre a população branca e negra.

Havia ainda um grande déficit habitacional estimado em milhões de moradias, além da dificuldade em financiar moradias pelo Sistema Financeira da Habitação:

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 ‘os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação só foram suficientes para atender a 24 por cento da demanda populacional’ (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda a sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar constituiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento. De acordo com as previsões do BNH, em 1971 o atendimento percentual teria sido de 25,3 por cento e, embora deva aumentar ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 por cento do incremento da necessidade (BOLAFFI, 1982, p. 53).

As famílias que se avolumavam nas cidades viam-se sem condições de aquisição da casa própria, graças aos baixos salários e às instabilidades econômicas, restando-lhes as moradias precárias em cortiços, favelas, loteamentos clandestinos, casebres em ruas, debaixo de pontes, em áreas de risco, dentre outros. Esse cenário é sistematizado por Arrais (2014, p. 162):

O incremento demográfico gerou uma demanda crescente por serviços distribuídos desigualmente no território. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho foi incapaz de absorver a mão de obra, especialmente na construção civil, não restando alternativa para a população marginalizada senão submeter-se às formas mais precárias de trabalho, o que já se percebia na área central da cidade. Esse movimento agravou-se na década de 1970 e teve como pano de fundo a questão da habitação, pois as mínimas condições para reprodução do trabalho, dentre elas a habitação, não estavam disponíveis para as camadas pobres. Em pleno período autoritário e diante de forte presença do Estado para garantir o direito à propriedade privada, formava-se o caldo necessário para motivar a organização dos movimentos sociais na luta por moradia.

Em síntese, associamos aos fatos citados por Arrais (2014) como fatores contribuintes para a série de ocupações urbanas a noroeste do centro goianiense: a ausência de políticas públicas para moradia, a dificuldade encontrada pela população de baixa renda para conseguir emprego, dentre outros motivos, decorrentes da baixa escolaridade, a ausência na definições de áreas residenciais para o grupo, altos aluguéis e dificuldade no financiamento de moradias no período.

2.3 Esperança: a fase embrionária, de 1979 a 1981

A primeira fase, chamada de Esperança, é a etapa embrionária da Região Noroeste e é definida entre os anos de 1979 e 1981. É a fase originada pela ocupação sistematizada por um pequeno grupo de pessoas que se fixou numa área entre a Vila João Vaz, Setor Cândida de Moraes e Bairro Jardim Balneário Meia Ponte. Surge a Esperança. Era o sonho da casa própria, mesmo que a família necessitasse se sujeitar a condições de habitação precárias e a longas distâncias de seus locais de trabalho. A casa própria é, num primeiro

momento, apenas um pedaço de chão na cidade, onde seria possível montar as primeiras estacas, os primeiros alicerces de uma possível moradia. Acerca da temática, Rodrigues (1994, p. 47) entende que:

Para as camadas populares, uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estarão seguros pelo fato de terem onde morar. Mesmo quando se consideram os arremedos de cidade onde moram, e são proprietários a terra/casa é uma garantia de ter seu lugar na cidade, nos períodos mais difíceis.

As ocupações urbanas, como dissemos, já ocorriam em Goiânia desde sua fundação, e as famílias eram retiradas das áreas centrais e alocadas em pontos mais distantes, inclusive, em outras cidades da atual Região Metropolitana²⁶. Rodrigues (1994, p. 46) afirma que:

As ocupações demonstram mais uma vez que a busca do *onde* e do *como* morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, que desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores (grifos da autora).

A tentativa de morar em Goiânia era importante para a manutenção do emprego, como assegura Alves (2002, p.85):

Por causa da importância de seu mercado de trabalho e a expectativa dos migrantes na obtenção de melhores condições de vida e de trabalho, Goiânia é a cidade que depois de Brasília possuía maior participação relativa de migrantes em sua força de trabalho total em 1980 (79,4%), isto é, mais de 70% do crescimento do número de trabalhadores ocorreu por causa dos migrantes. Além do mais, o excedente de migrantes cumpre a função de manutenção de uma mão-de-obra abundante e barata disponível para esses mercados, uma vez que Goiânia apresenta o maior percentual da força de trabalho migrante com até dois salários mínimos, sobretudo os recém-chegados, que não conseguem nem um salário mínimo [...].

A luta coletiva pela terra, iniciada em julho de 1979 com a ocupação de uma área de pouco mais de vinte e seis alqueires, deu origem ao atual bairro Jardim Nova Esperança.

²⁶ “A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54 de 23 de maio de 2005. A Grande Goiânia compreende 13 municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade, a Região de Desenvolvimento Integrado é composta por 7 municípios: Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás” (INSTITUTO MAURO BORGES, 2006, p. 1). Em 2010 essa lei foi modificada novamente pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março. No primeiro artigo lê-se: “Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia - Grande Goiânia, na forma prevista no art 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade”.

Um destaque para o período é que a ocupação ocorre no contexto da Ditadura Militar, quando os movimentos sociais são duramente reprimidos, por intermédio a ação policial, por exemplo, e caracterizada também pela ausência de diálogo e o uso da força física, e, por vezes, é necessário iniciar a luta novamente, como mencionado nos estudos de Rodrigues (1994, p 45):

Algumas vezes estas ocupações têm sido violentamente reprimidas. Frequentemente se efetuam as desocupações. Nesses casos, dizem os desalojados, 'é começar outra vez', porque outro lugar para 'ir não tem não'. Nas desocupações está presente um forte aparato policial e é comum a violência para 'limpar a área' e reintegrar a propriedade. É interessante notar que o processo chama-se 'reintegração de posse', quando o que acontece é 'reintegração de propriedade', porque, na verdade, detêm a posse quem a está ocupando. Mas se 'reintegra' o símbolo dessa posse que é a propriedade.

Para Gohn (2007), o ano de 1980 foi marcado por um novo panorama dos movimentos sociais urbanos, graças ao grande número de movimentos e agrupamentos populares dos dois anos anteriores, sobretudo, com a insatisfação frente ao aumento das contradições urbanas. Para a autora:

Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados, articulação dos movimentos dos transportes, surgimento de organizações macro entre as associações de moradores, movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia, movimentos de desempregados, movimentos pela saúde (GOHN, 2007, p. 278)

Como dissemos, a consequência imediata das ocupações urbanas era a ação repressiva por parte da polícia. No caso particular, antes mesmo do julgamento do pedido de reintegração de posse, houve uma intervenção repressiva:

Porém, antes mesmo do processo chegar ao fim, numa madrugada sem nenhum aviso prévio, a Prefeitura, acobertada por um pelotão de soldados da PM, equipados de fuzis, escudos e outros aparates, mandou alguns tratores para a vila, derrubando todas as construções iniciadas, entupindo cisternas e derrubando cercas sob o olhar perplexo dos moradores. (UNIÃO DOS BAIRROS, 1979, p. 1).

A ação repressiva veio com a destruição dos barracos e, logo após, um grupo de pessoas reuniu-se e, com a orientação da Igreja Católica, organizaram uma associação de bairro no local, mostrando a esperança de permanência na área. Nas figuras 8 e 9, podemos perceber como eram as primeiras moradias na ocupação do Jardim Nova Esperança, que se iniciaram com os barracos de lona e depois passaram a ser construídas com alvenaria.

A prefeitura iniciou a negociação para aquisição da área e posterior venda dos lotes, mas a busca dos trabalhadores era a doação desses lotes, visto que eram trabalhadores de

baixa renda, ou seja, eram "(...) trabalhadores rurais que tiveram que abandonar as lavouras, despejados pelos próprios patrões e a maioria de nós, hoje, trabalha na construção civil e as mulheres são domésticas, lavadeiras, ou trabalhavam em empresas de limpeza". (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1979, p. 8).



Figura 8: Barracos de lona na ocupação do Jardim Nova Esperança em julho de 1979. Fonte: Silva (2014, p.70)

Figura 9: Construção de casas de alvenaria na ocupação do Jardim Nova Esperança em 1980. Fonte: Programa Goiás de Norte a Sul, 2015.



Os moradores tinham receio de perder seus barracos, então, enquanto alguns buscavam empregos, outros acompanhavam a abertura das ruas, acreditando que assim evitariam que os barracos fossem derrubados. Havia reuniões periódicas para decidir os novos passos para o movimento e a construção dos barracos acontecia, geralmente, à noite ou aos finais de semana, com mutirões. Algumas construções coletivas surgiram nesse contexto, conforme afirma Silva (2014), a exemplo da Casa de Reuniões e uma escola

municipal, conforme figura 10. Nesse contexto, há articulações entre os moradores do Jardim Nova Esperança e outras ocupações goianienses, que se reuniam com o objetivo de que outras pessoas tivessem acesso ao seu lote e, posteriormente, que eles fossem atendidos pela infraestrutura urbana na cidade. Assim, surge a União das Invasões que, no contexto do Jardim Nova Esperança, solicitavam do Poder Público Municipal o cascalhamento das ruas e posteriormente uma linha de transporte coletivo.



Figura 10: Construção da Escola Municipal na ocupação do Jardim Nova Esperança em 1981. Fonte: Silva (2014, p.88)

A violência da repressão e sua divulgação nos principais meios de comunicação da capital ampliaram as parcerias, os auxílios e doações de material de construção e alimentos, fato que pressionou as autoridades a demonstrarem uma postura menos repressiva na ocupação do Jardim Nova Esperança. Essa fase é marcada ainda pelas manifestações de diferentes grupos de pessoas de baixa renda, principalmente, apoiados pela Igreja Católica, que, em 06 de novembro de 1979, possibilitou a desapropriação da área²⁷ ocupada, mediante o documento assinado pelo prefeito de Goiânia²⁸:

No dia 06 de novembro de 1979 a juíza Marília Jungmann expediu um mandado de remoção dos invasores, tendo requisitado para o seu cumprimento as tropas da polícia militar. O prefeito de Goiânia, acuado pelas estratégias dos posseiros,

²⁷ “Transferência forçada da propriedade particular para o patrimônio público” (SANTOS, 2001, p. 26). Ao contrário da desapropriação da área há a ação de reintegração de posse que consiste na “ação cuja finalidade é garantir ao possuidor legal, no caso de espoliação, a sua reinvestidura na posse de coisa imóvel, de sua propriedade plena, através de mandado de reintegração” (SANTOS, 2001, p. 28).

²⁸ “Em agosto de 1964, com a Lei 4.380 é instituído o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação, com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares, financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão habitacional e do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento” (RODRIGUES, 1994, p. 57).

pressionados por vereadores e deputados, vigiados pelos *flashes* da imprensa e receoso de perder prestígio político pela possibilidade de mais um confronto entre a polícia e os posseiros, rendeu-se às exigências destes, assinando neste mesmo dia, no local da ocupação e diante de um público de mais de três mil pessoas o decreto de desapropriação da área. (OLIVEIRA, 2002, p. 118)

Com a desapropriação da área, os moradores tiveram uma segurança de permanência. Para Oliveira (2002), é nesse momento que houve a negação do poder institucional, pois os moradores se recusaram a aceitar o financiamento das casas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH)²⁹, que era um critério fundamental para que houvesse a delimitação das ruas e a infraestrutura do bairro pela prefeitura. Sobre a política habitacional esclarece Rodrigues (1994):

A política habitacional emerge com o propósito de diminuir o déficit habitacional e gerar novos empregos como o aumento das construções. Como a indústria de construção civil utiliza mão-de-obra em larga escala, incentivar a indústria de construção é também tentar atenuar a crise econômica. Ao mesmo tempo difunde mais a ideologia da 'casa própria', contribui para a 'estabilidade social' e torna os proprietários 'aliados da ordem', como disse o então Ministro Roberto Campos (RODRIGUES, 1994, p. 57).

Não aceitar o pagamento dos lotes ou mesmo o financiamento para a construção das casas pode ser explicado pela variação no valor das parcelas:

Como já visto várias vezes, o preço final da comercialização de imóveis é bastante elevado. Os salários não são suficientes para a compra, em curto espaço de tempo. Assim, os financiamentos para a chamada faixa de interesse social têm um prazo de pagamento entre 20 e 25 anos. Isto significa que a moradia dos que obtiveram financiamento para a compra da casa ainda não terminaram de pagar, não sendo proprietários, mas mutuários do SFH. Dada a depreciação do valor real dos salários, do aumento das prestações que não acompanham os aumentos salariais, os mutuários - principalmente de conjuntos habitacionais das faixas de interesse social - tem-se organizado para lutar por reajustes mais compatíveis como os salários (RODRIGUES, 1994, p. 61-62)

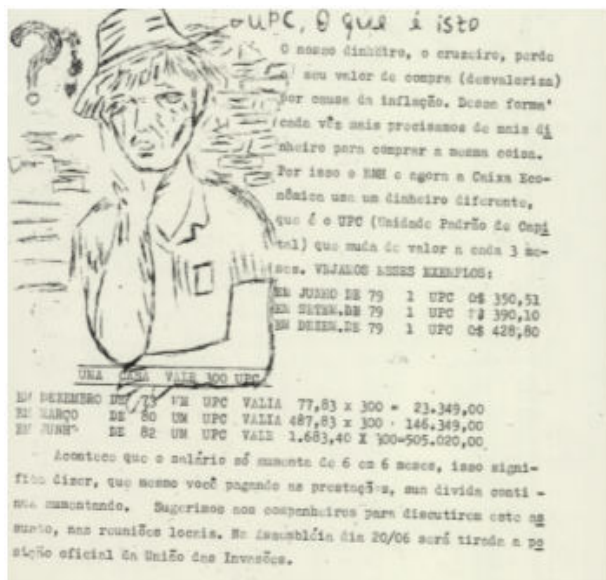
A expectativa de um financiamento imobiliário é a diminuição do saldo devedor com o pagamento das parcelas, mas, com o uso da Unidade Padrão do Capital (UPC) para o financiamento das moradias, o saldo devedor aumentava, mesmo com o pagamento em dia das parcelas, conforme figura 11.

Sobre a caracterização econômica do país no período, discutem Guerra et. al (2006, p. 14):

Contudo, a partir da crise da década de 1980, com a adoção de medidas recessivas e choques inflacionários, seguidos, nos anos de 1990, por políticas neoliberais de abertura comercial e financeira, a classe média sofreu diretamente as consequências da semi-estagnação econômica, do desemprego e da queda da

²⁹ O prefeito em exercício na ocasião era Índio do Brasil Artiaga Lima, nomeado pelo governador Ary Valadão, que esteve na gestão do município de Goiânia entre 30 de junho de 1979 e 14 de maio de 1982.

renda. A consequente perda de status da classe e as dificuldades crescentes de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente de novas qualificações impactaram diretamente suas aspirações de ascensão social.



UPC, o que é isto

O nosso dinheiro, o cruzeiro, perde seu valor de compra (desvaloriza) por causa da inflação. Dessa forma cada vez mais precisamos de mais dinheiro para compra a mesma coisa. Por isso o BNH e agora a Caixa Econômica usa um dinheiro diferente, que é o UPC (Unidade Padrão de Capital) que muda de valor a cada 3 meses. VEJAMOS ESSES EXEMPLOS:

EM JUNHO DE 79 - 1 UPC - Cr\$ 350,51

EM SETEM. DE 79 - 1 UPC - Cr\$ 390,10

EM DEZEMBRO DE 79 - 1 UPC - Cr\$

428,80

UMA CASA VALE 300 UPC EM DEZEMBRO DE 73
UM UPC VALIA 77,83 x 300 = 23.349,00

EM MARÇO DE 80 UM UPC VALIA 487,83 x 300 = 146.349,00

EM JUNHO DE 82 UM UPC VALE 1.683,40 x 300 = 505.020,00

Acontece que o salário só aumenta de 6 em 6 meses, isso significa dizer, que mesmo você pagando as prestações, sua dívida continua aumentando. Sugerimos aos companheiros para discutirem este assunto, nas reuniões locais. Na Assembléia dia 20/06 será tirada a posição oficial da União das Invasões.

Figura 11: Explicando a UPC, 1982. Fonte: Jornal "União das Invasões" (1982, p. 4).

O movimento de Esperança é marcado por essa resistência em financiar os lotes ou mesmo as habitações, e os moradores assumem a construção sem a intervenção do Estado e das instituições financiadoras, optando-se pela autoconstrução. Sobre a autoconstrução, Rodrigues (1994, p. 31) assevera:

A autoconstrução é executada nos períodos que deveriam ser destinados ao descanso do trabalhador, para repor as energias, mas na verdade, 'descansa-se' trabalhando, carregando pedras'. Esse é o lema do autoconstrutor por vários anos. [...]Na autoconstrução, recai sobre as costas do trabalhador um sobre-trabalho.

Os moradores assumiram as atividades de abertura das ruas, em parceria com a Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e a construção das casas foi realizada em forma de mutirões. Uma associação de moradores foi instituída posteriormente e, no dia 9 de dezembro de 1980 quando os moradores também comemoraram a inauguração da "Casa de Reunião" dos moradores do Jardim Nova Esperança.

As casas foram construídas com a ajuda de várias pessoas 'em regime de mutirão' e de acordo com relatos de animação e cantoria. A inauguração da Casa de Reuniões contou com a participação de representantes de vários bairros de Goiânia. Contou também com roda de violeiros, poesias, folias de reis, almoço coletivo e relatos dos desafios encontrados nos primeiros momentos de estabelecimento do bairro. Com a Casa de Reuniões também instituiu-se o

estatuto da comunidade registrado como sociedade civil sem fins lucrativos. Objetivo da organização: o direito de morar (BOLETIM INFORMATIVO DA INVASÃO, 1980, p. 2-3)

O movimento popular urbano do Jardim Nova Esperança tomou repercussão nacional e recebeu apoio de diversos segmentos da sociedade, dentre eles sindicatos de trabalhadores rurais, equipes de direitos humanos, Federação de Trabalhadores da Agricultura, sociedade civil, estudantes, religiosos, dentre outros. A partir do Jardim Nova Esperança, a Esperança é reforçada com a desapropriação da área, que deixa transparecer que é possível continuar a luta, possibilitando outras ocupações, pois a área delimitada para as moradias não conseguia atender a à crescente demanda. A possibilidade de conseguir uma moradia é potencializada quando os moradores do Jardim Nova Esperança deixam de sentir a repressão policial e começam a receber os primeiros serviços públicos. Para Oliveira (2002, p. 125), essa luta por moradia iniciada com o Jardim Nova Esperança significou o “fim do silêncio e da dicotomia entre o público e o privado para a sociedade goianiense”.

Oliveira (2002) definiu o processo de ocupação do bairro Jardim Nova Esperança, delimitando-o em três momentos desde a ocupação da área da Fazenda Caveiras ao ano de 2000. O primeiro período o autor chama de “bairro político”, que ocorre de 1979 a 1987. Ele se refere ao período de intervenção social e política dos moradores, principalmente, pela interação entre eles e outros membros da sociedade, das universidades e da Igreja Católica, o que permitiu a formação de lideranças populares. O segundo período de desenvolvimento do Jardim Nova Esperança, de acordo com Oliveira (2002), compreende o período de 1987 a 1992 e é chamado de “bairro residencial”, que se refere ao período de construção e reconstrução do ambiente com alguma infraestrutura. Nesse período, há também um aumento dos estabelecimentos comerciais nas principais avenidas do bairro (Avenida Sol Nascente e Central).

A ampliação do comércio local possibilitou o aumento das vendas a crediário e o acesso aos produtos e serviços é mais facilitado. Segundo Oliveira (2002, p. 197), havia um preconceito, na população em geral, quanto aos moradores do Jardim Nova Esperança, por se acreditar o local era um “reduto de marginais”, tendo em vista as reportagens acerca da ocupação do bairro e, assim, as vendas em outros bairros não se efetivavam, devido ao descrédito dos moradores oriundos de áreas ocupação e associado à ausência da regularização do bairro, assim sem a comprovação de residência que dificultava inclusive

conseguir um emprego³⁰. Mas, com os pequenos comércios e a feira livre no bairro, foi possibilitada a geração de empregos locais.

A partir de 1990, é possível perceber o período de “uma cidade dentro da cidade”, de acordo com Oliveira (2002). Esse autor destaca também que o bairro passa a ter uma gama maior de infraestrutura e permite o aumento do valor de troca dos imóveis. Os moradores passam a ter espaços de vivência e convivência no próprio bairro e, assim, há a criação de uma identidade com o lugar. Essa valorização impulsionou uma saída de pessoas do bairro. Esse fato foi identificado pelo autor em 2002, em que apenas 32% dos residentes eram remanescentes da ocupação de 1979.

2.4 Finsocial³¹: a fase das intervenções estatais, de 1982 a 1987

O período entre 1983 e 1987 é marcado pelo discurso da necessidade de se desenvolverem programas de acesso à moradia frente às crescentes ocupações urbanas. Em 1982, com o parcelamento de uma área próxima ao Jardim Nova Esperança, e posterior a outras duas ocupações, Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista, dá-se início ao período das ações estatais na Região Noroeste. Então, essa segunda fase é dividida em três momentos. O primeiro momento inicia-se com a Vila Finsocial³², que recebe esse nome a partir de um projeto do governo federal com finalidades sociais, dentre elas a moradia. O fato de se

³⁰ Além do preconceito com os moradores de ocupações e dos noticiários que criminalizavam a luta há ainda a impossibilidade de comprovação de residência visto que os moradores ainda não contavam com serviços básicos, como água encanada ou energia elétrica, bem como de serviços particulares, como telefone residencial.

³¹ Os fins sociais são os objetivos da coletividade que vai além dos interesses particulares. A fase Finsocial recebeu esse nome devido à intensa ação estatal iniciada em 1982 com a Vila Finsocial e com a Vila Mutirão em 1983 e o Jardim Curitiba em 1987.

³² O nome do bairro Vila Finsocial deriva-se do Decreto-Lei n. 1.940 de 25 de maio de 1982 que criou a contribuição social chamado Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL - que se tratava de arrecadações, com o objetivo de subsidiar alimentação, habitação popular, saúde, justiça, educação e auxílio ao pequeno agricultor. Como os valores para aquisição do local para o novo bairro vinham deste fundo, ele recebeu o nome do programa.

celebrar o início do processo de um assentamento urbano³³, feito pelo governo estadual no estádio Serra Dourada e com a realização de sorteios para a escolha dos beneficiados cadastrados previamente na ocupação do Jardim Boa Vista e de outras ocupações de Goiânia já demonstrava o caráter eleitoreiro, descrito por Oliveira (1999), que assumiu durante as intervenções estatais.

Como dissemos, a crescente demanda por moradia, devido ao progressivo aumento demográfico e ausência de políticas públicas e mesmo econômicas que permitissem a geração de empregos e diminuição do subemprego, possibilitando assim a estruturação social do migrante em Goiânia. Sobre a temática destaca Freitas (2007, p. 25):

A cidade, contudo, não estava preparada para receber um aumento populacional tão expressivo. Além do mais, a falta de uma política econômica capaz de gerar empregos fatalmente conduziu ao aparecimento de uma população de baixo poder aquisitivo, que não tinha chance de ser aproveitada no mercado formal e nos escassos empregos urbanos, por não dispor da necessária qualificação. Com isso, as invasões de terra e a formação de favelas revelaram-se como a única opção capaz de solucionar o problema de moradia dessa população. Esse processo de ocupação irregular produziu grandes bolsões de pobreza, que passavam a incomodar toda a população mais abastada e, principalmente, o forte capital imobiliário especulativo, que fazia pressão para que fossem combatidas as ocupações desordenadas de terras pelos migrantes pobres.

O que vem a seguir são outros dois movimentos coletivos de luta pela moradia, chamados de Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista. As duas ocupações tinham a mesma finalidade, mesmo sem qualquer documento que lhes assegurasse o direito à propriedade do bem urbano. Os ocupantes do Jardim Boa Sorte sofreram dura repressão, chegando a ser chamado de "Malvinas"³⁴, enquanto o Jardim Boa Vista consegue o reconhecimento estatal, e considerado por Moysés (2004, p. 249) a terceira etapa das ocupações urbanas.

Em junho de 1982, ocorreu a terceira etapa da ocupação, dessa vez reunindo mais de quatro mil famílias. O espaço ocupado também pertencia à Fazenda Caveiras e foi denominado pelos invasores de Jardim Boa Vista. Essa tentativa de ocupação não se concretizou, a polícia novamente agiu com violência contra os invasores, provocando, inclusive uma morte. Mais de três mil famílias, entretanto foram assentadas pelo governo em outra área próxima.

³³ Por assentamento urbano entende a área que foi desapropriada por finalidade social de moradia, no caso particular com ação desenvolvida pelo governo estadual para assentar famílias oriundas de ocupações urbanas na Região Noroeste.

³⁴ A ocupação do Jardim Boa Sorte ficou conhecida como "Malvinas", uma referência a Guerra das Malvinas, um conflito entre a Argentina e o Reino Unido pela posse de um conjunto de ilhas homônima entre 02 de abril a 04 de junho de 1982. A guerra acabou com um saldo de 258 britânicos e 649 argentinos mortos. A menção ao conflito deu-se pela ação repressiva da polícia contra os posseiros, mas um destaque é a diferença de forças aplicadas durante o conflito, de um lado armas mortais e do outro lado paus e pedras.

Uma área de trinta e cinco alqueires de terras, abandonada e sem qualquer infraestrutura, atraiu cerca de cinquenta famílias, em sua maioria, pessoas da antiga ocupação do Jardim Boa Sorte, conforme Moysés (2004, p.249) consiste na segunda etapa das ocupações urbanas no início da década de 1980:

Numa segunda etapa, aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e invadiram outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também pertencentes à Fazenda Caveiras. Essa invasão ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou. Para impedir que uma nova invasão se consolidasse em menos de dois anos, a prefeitura agiu rápida e violentamente, conseguindo abortar o movimento.

Em pouco tempo, uma grande área já estava desmatada, modestos caminhos abertos e vários barracos já estavam construídos, o que mostrava seu primeiro sinal de posse, mesmo que esta não constituía ainda um direito. Outras ocupações na cidade já eram monitoradas pela polícia. Um exemplo foi o aglomerado de pessoas no Jardim Botânico, onde os moradores tiveram seus barracos demolidos. Um helicóptero sobrevoava o local antes da derrubada. O Jornal Diário da Manhã publica:

Um dos invasores, o guarda-noturno José Nunes da Silva, explicou que está ali porque não tem lugar para ficar. Ex-invasor do Jardim Boa Sorte, e atualmente desempregado, disse que estava morando com a mulher e três filhos 'no meio da rua' no Jardim Nova Esperança. 'A gente não tem outro jeito' – acrescentou –, é obrigado a enfrentar outra invasão, antes de sarar as pisaduras que a polícia fez na primeira', referindo à repressão no Jardim Boa Sorte. Faustino dos Santos, de 23 anos, casado, residia em Inhumas, mas acabou indo para a invasão ontem. 'Sou pedreiro, mas estou desempregado e não quero pagar o aluguel cada vez mais caro'. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1982).

Quando as reportagens destacavam o movimento de luta pela terra que parecia sem dono, esses apareceram. Agora, com cerca de duzentos posseiros, que lutaram com foices, enxadas e facões pela permanência no local. Um documento de outubro de 1977 definia como proprietária da área a senhora Maria Coraci de Moraes, que seria de uma herança de 28 alqueires. Sobre o assunto, O Jornal Diário da Manhã publica:

Como o impasse prolongou-se por algumas horas, o presidente da União dos Invasores, Robinho Martins e os possíveis proprietários do terreno discutiram as prováveis soluções. Pouco depois, Robinho se reuniu com os invasores, propondo que eles deixassem a local até uma comissão, eleita ali mesmo, negociasse com o prefeito a possibilidade de desapropriação do terreno, para posterior venda àquelas famílias. Mas eles não concordaram em sair, por medo de perder o direito que julgavam já possuir. A outra parte disse não aceitar a permanência dos invasores até que se negociem a questão. Mesmo assim a comissão se deslocou para o centro da cidade, na tentativa de encontrar o prefeito. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1982).

Os ocupantes que não conseguiram seu lote no Jardim Nova Esperança procuram alternativas na própria Região. Então, Jardim Nova Esperança passa a ser o ponto de partida para a Esperança da moradia em Goiânia no referido período:

O processo de ocupação da Fazenda Caveiras, localizada na saída Noroeste da cidade, concretizou-se em três etapas. A primeira, ocorrida em julho de 1979, pode ser considerada a mais importante e foi a que deu origem ao bairro denominado Jardim Nova Esperança, hoje devidamente consolidado. Esse processo de ocupação marcou a luta pela moradia em Goiânia numa perspectiva coletiva.

Numa segunda etapa, aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e invadiram outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também pertencentes à Fazenda Caveiras. Essa invasão ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou. Para impedir que uma nova invasão se consolidasse em menos de dois anos, a prefeitura agiu rápida e violentamente, conseguindo abortar o movimento.

Em junho de 1982, ocorreu a terceira etapa da ocupação, dessa vez reunindo mais de quatro mil famílias. O espaço ocupado também pertencia à Fazenda Caveiras e foi denominado pelos invasores de Jardim Boa Vista. Essa tentativa de ocupação não se concretizou, a polícia novamente agiu com violência contra os invasores, provocando, inclusive uma morte. Mais de três mil famílias, entretanto foram assentadas pelo governo em outra área próxima. (MOYSÉS, 2004, p.239).

Em junho de 1982, o movimento já contava com oitocentas pessoas. No dia treze do referido mês, na hora de um dos jogos da Copa do Mundo, uma grande operação tenta a expulsão das pessoas na área de posse da Fazenda Caveiras. A ação resultou em prisões, agressões e a morte do fotógrafo Joel Marcelino de Oliveira³⁵ que instigou vários setores da sociedade sobre as intenções das autoridades acerca das posses em Goiânia:

Segundo testemunhas que estavam presentes na ocasião, o homem baleado era um fotógrafo profissional, mais conhecido como Joel, o retratista. Ele fotografava toda a expulsão dos invasores, que se retiravam ordeiramente, enquanto que os policiais, comandados pelo delegado Alcione Silva atiravam para o alto. Estes, ao perceberem que a cena estava sendo registrada pela objetiva do retratista se voltaram para ele disparando suas armas. E o acertaram segundo várias testemunhas. Ontem à noite deu entrada no Instituto Médico Legal um corpo não identificado, com um tiro nas costas. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1982).

Após a ação, a Secretaria de Segurança Pública emitiu uma nota lamentando a morte do fotógrafo Joel Marcelino fato que pressionou as autoridades a agir mais prontamente frente à ocupação. O terreno de vinte alqueires não podia ser transformado em chácara, nem em indústria e restava apenas o loteamento da área. A proprietária iniciou uma negociação com a prefeitura para a venda da área. O Jornal Diário da Manhã, de 18 de junho de 1982, divulgou que na cidade de Goiânia haviam quarenta e três invasões com mais de vinte mil famílias, perfazendo cerca de cento e cinquenta mil habitantes. Segundo Oliveira (2002), o surgimento da área de posse na Fazenda Caveiras teria suscitado uma discussão sobre a defesa da propriedade privada, do Estado e do direito coletivo, mesmo

³⁵ Na Região Noroeste há atualmente uma escola municipal com o nome do fotógrafo Joel Marcelino de Oliveira que localiza-se na Vila Finsocial.

com a impressão de que havia uma resistência em estudar as formas de resolver a situação de tantos movimentos de luta pela terra urbana. Sobre a temática:

A principal causa das invasões foi apontada por dom Fernando e Geralda Azevedo: a falta de condições mínimas de vida digna para a maioria dos trabalhadores rurais ou urbanos brasileiros. 'A raiz do problema – disse o arcebispo – está na expulsão do homem do campo'. A diretora da União das Invasões completou: 'O trabalhador rural vem para a cidade, geralmente a capital, em busca de emprego e assistência (médica, educacional, etc.) para sua família. Chega, não encontra nada disto e não tem como voltar para o campo, pois lhe tomaram a terra. A alternativa é a invasão'. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1982).

Mas, dentre as ações concretas para resolver a situação, foi o projeto de lei do vereador Sebastião Vieira de Melo, do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), de treze de abril de 1982, que previa a doação de terras da prefeitura e desapropriação de áreas particulares para atender aos posseiros urbanos. Ainda em junho de 1982, cerca de 2.500 posseiros urbanos foram cadastrados no Jardim Boa Vista. No cadastramento, foi identificado que havia lotes com tamanhos diferentes. A primeira ação posterior ao cadastramento foi estipular que cada lote deveria ter 300 m² e o excedente seria destinado a outro posseiro, com lote menor ou mesmo a quem ainda não tinha um local, segundo Jornal “A Voz dos Trabalhadores” (2001).

A Vila Finsocial teve suas ruas delimitadas com lotes de 300 a 360 metros quadrados, de forma quase simétrica, onde as quadras e os lotes apresentam ângulos retos. Com ruas estreitas, a divisão do bairro deu-se em duas partes, sendo que as avenidas estão no centro e foram, posteriormente, destinadas aos equipamentos sociais³⁶, como escolas, campo de futebol, hospital e creche, além de serem a área de circulação dos ônibus do transporte coletivo e da concentração comercial do bairro. As áreas à direita e à esquerda foram destinadas à moradia, formando um verdadeiro labirinto de barracos em construção.

O segundo momento dessa etapa acontece em 1983, no governo de Iris Rezende, que percebe a demanda pela moradia e o marketing realizado com a Vila Finsocial e cria um projeto destinado à construção de moradias populares de baixo custo pouco extensas e com lotes reduzidos, o Programa de Desenvolvimento Social Participativo (Prodespar). O grande *marketing* utilizado durante e por esse projeto era a construção de mil casas em um dia, iniciando-se em Goiânia e posteriormente se estendendo para o Estado de Goiás. As moradias foram feitas de placas de concreto, sem alicerce e sem o aval do Conselho

³⁶ Equipamentos sociais ou infraestrutura de serviços públicos são construções destinadas ao atendimento da população, a exemplo das escolas, postos de saúde, postos policiais, terminais de transporte coletivo, dentre outros.

Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), mas com uma grande aclamação popular, dando origem à Vila Mutirão:

O governador definiu como órgão responsável, para solucionar a questão habitacional, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (COTEG), que organizou a Diretoria de Planejamento e concentrou a equipe de técnicos para implementar o Programa de Desenvolvimento Social Participativo (Prodespar), cujo objetivo, entre outros, era o de 'incorporar as potencialidades de cada família, numa ação conjunta com o poder público', para atuar no campo da habitação popular, fomentando a realização de mutirões. Assim o programa desenvolveu o projeto Mutirão da Moradia, utilizando uma forma econômica de construir por meio da prática do mutirão, pois Íris queria a comunidade como coparticipante do processo. (FREITAS, 2007, p. 26)

O projeto da Vila Mutirão gerou resistências de técnicos e membros da comunidade em geral, pois acreditavam que a construção de casas na capital destinadas às pessoas mais carentes poderia agravar o quadro migratório, atraindo ainda mais pessoas para a capital. Então, a Vila Mutirão é criada numa área distante do centro da cidade e em direção oposta ao crescimento de Goiânia. Segundo Freitas (2007, p. 26-27):

Para a implantação do projeto da Vila Mutirão foi escolhida a Fazenda Caveiras, com área de 32 alqueires goianos, às margens da GO-070, que liga Goiânia a Inhumas, em uma região a noroeste da cidade, posição contrária à predominância do crescimento em direção a direção sul. A rodovia era o único acesso à cidade e tinha uma distância considerável ao centro de Goiânia, aproximadamente 14 quilômetros. Além disso, o acesso principal ao conjunto era pela rodovia, em frente a um posto da Polícia Rodoviária Estadual.

Com a delimitação da área, restava agora estipular como seria realizado o projeto. O objetivo era construir o maior número de casas em um curto espaço de tempo com material de fácil manuseio, que ocupasse um pequeno espaço e que proporcionasse rápida montagem. Nesse sentido, as casas seriam feitas de placas entremeadas por barras de concreto com duas portas de acesso, uma na porção central e uma na posterior, três janelas, um número diferencial de cômodos e dimensões. Quatro modelos foram cogitados para ser adotados na Vila Mutirão. Um modelo adotado era composto por um quarto, uma sala de 9,89 m² e uma cozinha de 5,58 m², uma área total de 25,26 m², conforme figura 12. Outro projeto possuía dois quartos e uma sala com 9,89 m² e uma cozinha de 5,56 m², perfazendo 35,25 m², conforme figura 13.

Inúmeras questões nortearam a Vila Mutirão. Uma delas é a ausência de estudos sobre os riscos de casas feitas com placas e sem orientação técnica adequada, como é possível observar nas figuras 14 e 15. Ressalta-se que a proposta de moradia não contemplava o banheiro no interior das residências, o que colocava as famílias em situação de precária condição sanitária.



Figura 12: Planta de casa de um quarto, sala e cozinha com área de 25,26 m² adotada na Vila Mutirão, 1983. Fonte: Freitas (2007, p. 39).

Figura 13: Planta de casa com dois quartos, sala e cozinha com 35,25 m², planejada e adotada na Vila Mutirão, 1983. Fonte: Freitas (2007, p. 40).

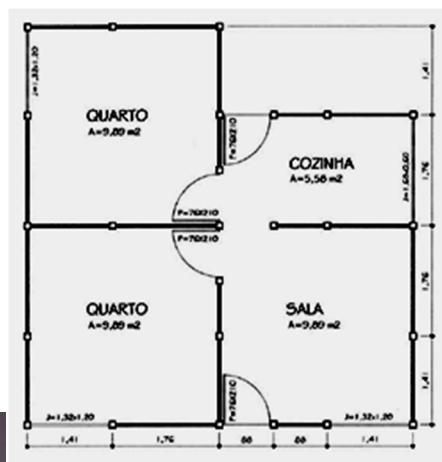


Figura 14: Material utilizado na construção das casas na Vila Mutirão em 1983. Fonte: Programa “Goiás de Norte a Sul” (2015).

Figura 15: Casa construída na Vila Mutirão, 1983. Fonte: Programa Goiás de Norte a Sul, 2015.

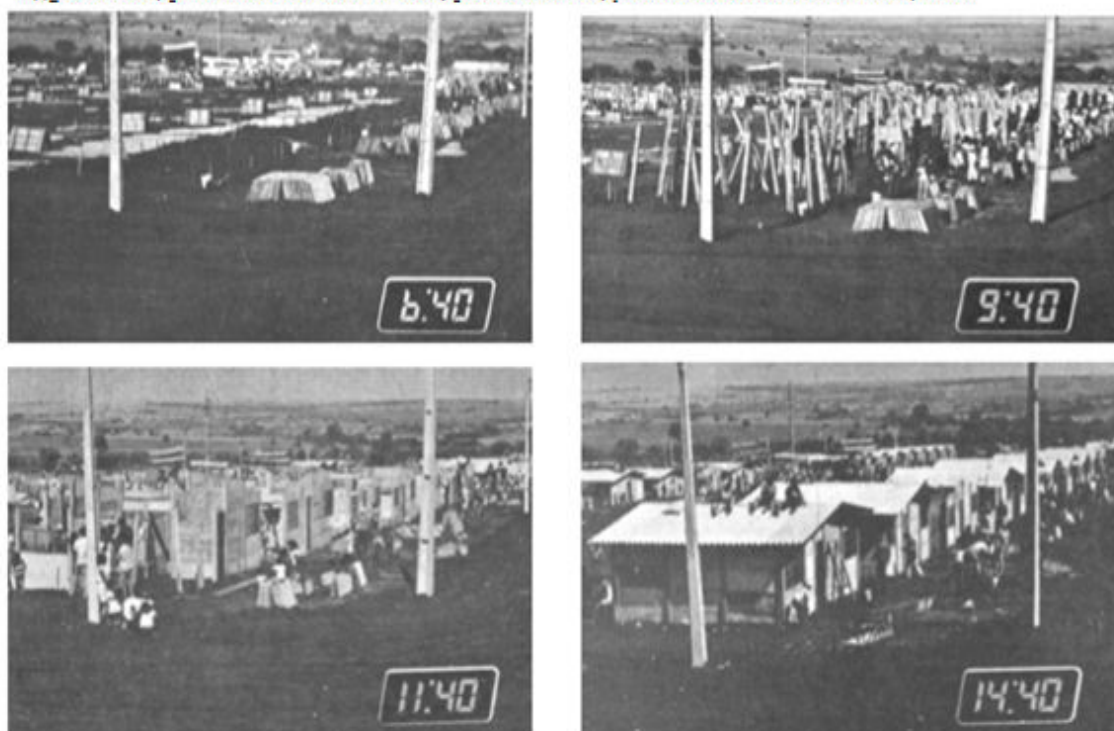


Havia ainda a insalubridade que o material das construções provocava, visto que as casas ficavam muito quentes durante o dia e muito frias à noite, além dos riscos apontados em todo o processo:

Para Aimiri Jardim Filho, muita coisa foi feita de improviso, sem tempo para checar e avaliar todo o processo e até com muita possibilidade de riscos. A própria legalização junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) foi inusitada, pois a Codeg não queria assumir o risco e a responsabilidade de uma construção realizada por uma pessoa sem experiência. Houve dúvidas, na época, sobre como registrar a construção pelo processo de mutirão, procedimento que fugia a todas as regras de anotação de responsabilidade técnica (SILVA, 2014, p. 48).

Esse conjunto de questões levava os moradores a substituir o material das casas (as placas) por tijolos e a aproveitar somente as barras de concreto da estrutura e o telhado. As telhas também eram substituídas já nos primeiros anos da Vila, de acordo com especialistas, o que significa um risco à frágil estrutura das moradias. A Revista “Projeto”, de outubro de 1984 publicou uma sequência de fotos que mostrava as etapas de construção das casas da Vila Mutirão, figura 16.

Figura 16: Sequência de fotos com as etapas de construção das casas da Vila Mutirão, 1984.



Fonte: Revista "Projeto", 1984, p. 72-73, apud FREITAS, 2007, P. 79.

Na primeira sequência, no início da manhã, podemos perceber apenas as ruas

delimitadas, com os postes de iluminação pública já colocados e o material de construções empilhados e dispostos de tal forma que permitissem seu fácil manuseio. Em seguida, é possível perceber que apenas três horas após o início das construções, as colunas de concreto já estavam levantadas, seguindo a disponibilidade das casas. Cinco horas após o início dos trabalhos, parte das paredes já estava erguida e o bairro tomava corpo. Após oito horas de trabalho, as casas já estavam cobertas por telhas. Enfim, o trabalho estava praticamente concluído.

A terceira intervenção acontece em 1987, com o Jardim Curitiba, que não teve tanto clamor, nem ampla divulgação como na Vila Finsocial e na Vila Mutirão. O diferencial no Jardim Curitiba também se dá com o rompimento da nomenclatura dos bairros como reflexo da história de luta e de projetos sociais. Essa observação é percebida apenas nas avenidas, como a Avenida do Povo, por exemplo. O assentamento do Jardim Curitiba iniciou-se em 1987 com área adquirida pela Companhia de Habitação de Goiás (Cohab), atual Secretaria Goiana de Habitação e pela Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), ambas empresas estatais. Nas quatro etapas de sua implantação, totalizaram-se pouco mais de quatro mil e cem lotes, configurando-se no bairro com menor infraestrutura na gênese da ação estatal. Sem saneamento básico, asfaltamento, havia apenas uma pequena rede elétrica. Ainda hoje, é um grande loteamento irregular, mesmo com a regularização fundiária parcial e a entrega das escrituras, geralmente em momentos de intervenção estatal na Região.

De acordo com Oliveira (1999), as ocupações continuavam a acontecer em diferentes pontos da cidade, mas também nas proximidades dos assentamentos urbanos da Vila Mutirão e Finsocial, fazendo que o Jardim Curitiba tivesse quase cinco mil lotes em quatro etapas, num período de dez anos. Fez surgir também outros assentamentos em outras áreas da cidade e também em cidades da Região Metropolitana de Goiânia. Na Região Noroeste, surge outro parcelamento, agora da fazenda São Domingos. Situado nas proximidades dos demais bairros, mas cada vez mais distante do centro da cidade e mais próximo dos limites de expansão urbana com cerca de oito mil lotes.

Nessa etapa, podemos perceber a distância dos bairros em relação ao centro goianiense e entre si, conforme mapa 3. Sobre o assunto, Villaça (2001, p. 73) assegura que a "[...] distância é tempo, não apenas tempo de um deslocamento, mas do somatório de todos os deslocamentos, bem como seus custos e frequências para todos os membros da

família". O Bairro Jardim Nova Esperança possui uma distância de 9,8 km da Praça Cívica, a Vila Finsocial fica cerca de 12,3 km; a Vila Mutirão, 14,6 km, e o Jardim Curitiba, 16,4 km, como observamos no mapa. A distância em quilômetros, todavia, estava longe de ser representativa em si. O distanciamento constituía-se uma representação da intensa segregação e fragmentação social. A ausência de serviços básicos também deve ser considerada para compreender a fase Finsocial que maximiza a ação segregatória. A falta de conexão entre os bairros nas duas primeiras fases, Esperança e Finsocial, impedia que a população utilizasse os equipamentos sociais da Região Noroeste e necessitasse ir a outras regiões para ter acesso a escolas e hospitais, por exemplo.

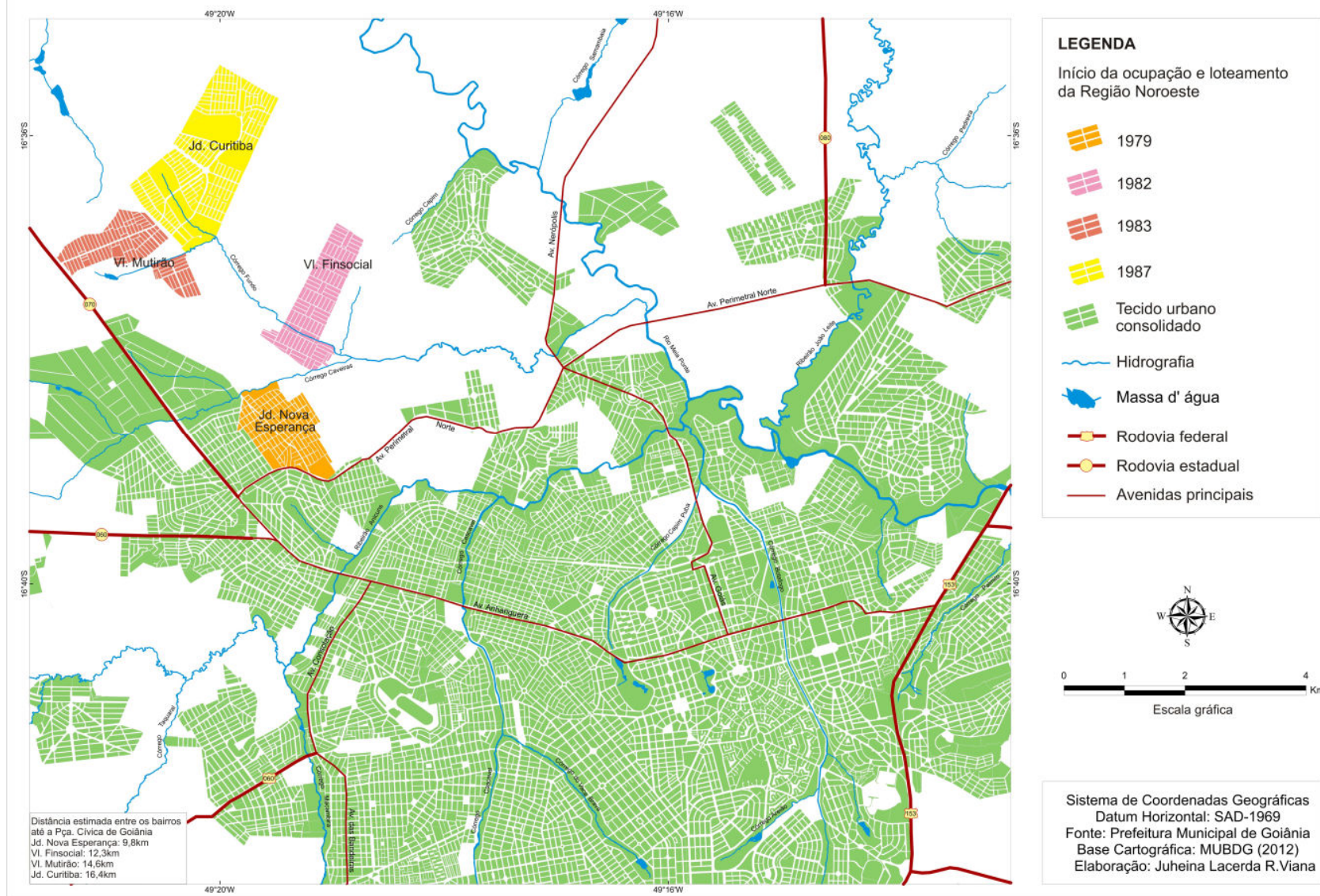
Até essa fase da formação da Região Noroeste, o Estado agiu de duas maneiras. Na fase Esperança, ele agiu de maneira repressiva e opressora para inibir o crescimento do movimento em prol da moradia e da propriedade privada. Ou seja, no primeiro momento, “chegou com mão forte e usou de todos os meios para se impor enquanto instituição poderosa que interfere na vida das pessoas físicas e jurídicas” (MOYSÉS, 2004, p. 294 - 295). Na fase Finsocial, o Estado mudou o discurso, agindo de maneira assistencialista, como descreve Moysés (2004, p. 295):

No segundo momento, o Estado (autoritário) apresentou-se na mesma cena política (de contestação do autoritarismo) com um discurso diferenciado, ou seja, menos coercitivo e sinalizando para uma solução de problemas. Nesse sentido, sua ação foi assistencialista, quando chamou para si a responsabilidade e a liderança pela 'criação de lugares'; e implantador de parcelamentos (MOYSÉS, 2004, p.295).

Para Moysés (2004, p. 302), nos bairros decorrentes da ação estatal e, em nossa análise, equivalentes à fase Finsocial, a ação possuía o objetivo de dismantelar o movimento das ocupações:

A implantação dos loteamentos Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, se constituiu uma estratégia que tinha como objetivo dismantelar a articulação que se vinha criando em torno da luta pela terra, mas também acabou assumindo caráter de segregação social e espacial. A população assentada pelo poder público era, na sua totalidade, pobre, empregada ou mal empregada, jovem, nômade, possuía um perfil sócio-econômico que a distinguia dos chamados 'incluídos'.

MAPA 3: GOIÂNIA: OCUPAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE - 1979 A 1987.



Mesmo convivendo com os entraves de viver em áreas de ocupação, sem o reconhecimento do direito e com serviços urbanos mínimos:

A implantação dos loteamentos Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba sem dúvida proporcionou aos assentados um nível de vida relativamente melhor, na medida em que tais loteamentos foram entregues com um mínimo de infraestrutura física, como arruamento, água (tratada ou por meio de poços artesianos), unidade escolar, energia elétrica, às vezes posto de saúde, posto policial e pequenas e diversificadas atividades econômicas (MOYSÉS, 2004, p. 318).

Há que destacar que houve um distanciamento dos loteamentos dos bairros onde concentrava a maior quantidade dos postos de trabalho:

No entanto, não se pode ignorar que, ao criar melhores condições de sobrevivência desses novos loteamentos, o poder público distanciou essas populações do mercado de trabalho (o que as obrigou a percorrer longas distâncias) e não criou alternativas locais de emprego. Privando-as de relações de sociabilidade, assentou-as em loteamentos nos quais lhes foi também exigida força de trabalho na melhoria da habitabilidade de suas futuras moradias, além de uma pequena contrapartida financeira, como forma de pagamento para amortizar os custos dos investimentos realizados (MOYSÉS, 2004, p. 318)

Em síntese, a ação estatal na fase Finsocial foi uma maneira de desarticular os movimentos de luta pela moradia e, com os assentamentos urbanos, definiu um distanciamento desse grupo de trabalhadores do mercado de trabalho e colocados a uma condição urbana precária. Mas, há que refletir sobre as possibilidades garantidas a partir da definição dos assentamentos, visto que facilitou “obtenção de vagas na escola para os filhos, de novas amizades e de novas relações de vizinhança” (MOYSÉS, 2004, p. 318).

2.5 Vitória³⁷: a fase de ampliação do espaço, de 1988 a 2001

Nas fases anteriores, Esperança e Finsocial, o comércio era insipiente, o transporte público precário e, mesmo havendo a implantação de infraestrutura de serviço público, como escola e postos de saúde, ainda não havia atendimento às demandas da

³⁷ A terceira fase, chamamos de Vitória, que vai desde 1988, momento posterior às intervenções estatais e anterior aos estudos acerca da Nova Classe Média em 2002. No contexto, a Vitória é alcançar uma conquista, e no caso particular um conjunto de conquistas. As conquistas estão relacionadas a um conjunto de medidas que permitam a ampliação da Região a seus passos e criando a sua própria dinâmica e sua particularidade.

população. Moysés (2004, p. 315) define o perfil dos moradores da Região Noroeste na década de 1980:

Na Região Noroeste, ao longo da década de 1980, concentrou-se o maior bolsão de miséria da cidade de Goiânia. Segundo dados do censo de 1991, 7,2% da população de Goiânia moravam na região, ou seja, aproximadamente 66.450 pessoas. Desse total, 72,4% (48.107 pessoas) foram assentadas em loteamentos promovidos pelo poder público e 22,8% (15.179) conquistaram o direito de morar através da luta coletiva pela posse da terra. Apenas 4,8% (3.164 pessoas) moravam em loteamentos que, de alguma forma, haviam sido parcelados clandestinamente.

O autor continua a compreensão do perfil da Região Noroeste na década de 1990:

A Região Noroeste de Goiânia, nos anos 90, teve configuração espacial diferente da que tivera nos anos 80. A diferença ficou no tamanho e na forma de crescimento da região. Atualmente, conta com 28 bairros, entre regulares, clandestinos, e irregulares [...]. Dentre esses bairros, destacamos o que denominamos de *núcleo duro da segregação*, quais sejam: Vila Finsocial, Vila Mutirão (I, II, III), Jardim Curitiba (I, II, III, IV), Fazenda São Domingos (Bairro da Vitória, Bairro São Carlos, Bairro Floresta, Bairro São Domingos, Bairro Boa Vista), Conjunto Jardim Primavera, todos implantados pelo governo estadual. Constituem também o *núcleo* os loteamentos particulares de chácaras, tais como Estrela Dalva, Parque Tremendão e Morada do Sol, todas parceladas clandestinamente em lotes urbanos por seus proprietários e agora já regularizadas (MOYSÉS, 2004, p. 226-227, grifos do autor).

Na etapa Vitória, o comércio da Região se fortalece, mas ainda não se diversifica. A partir da luta coletiva e da ação estatal com a criação de assentamentos urbanos, outros bairros foram surgindo na Região Noroeste, principalmente, a partir de 1992. Os loteamentos foram se estabelecendo mais por uma pressão da regularidade do que uma intenção por parte do poder público numa ação pela moradia popular, mais uma vez destacando o fator eleitoreiro das ações governamentais, discutido por Freitas (2007).

O Conjunto Jardim Primavera constituiu um dos bairros mais particulares da região nessa fase, porque se encontrava além da zona de expansão urbana, sendo localizado na zona rural goianiense. O Conjunto foi implantado pelo governo estadual, derivado da Fazenda São Domingos, a partir de 1994, sendo disponibilizado e distribuído em pouco mais de dois mil lotes:

Fora do contexto em que se produziu a 'Fazenda São Domingos', outro parcelamento foi implantado também pelo governo do Estado, em 1994, denominado Conjunto Primavera, com 2,102 lotes e uma população estimada em sete mil habitantes. [As condições de regularização desse loteamento são mais difíceis, porque ele está implantado na Zona Rural e depende de uma lei que o coloque pelo menos na Zona de Expansão Urbana] (MOYSÉS, 2004, p. 335, destaque do autor).

De acordo com Cruz (2006), o Conjunto Primavera consistia num dos bairros mais carentes de infraestrutura física da Região Noroeste. Até o início de 2000, não possuía abastecimento de água tratada e a população local procurava abastecer-se por meio de poços (cisternas), estando ainda mais propensa a doenças, já que não havia esgotamento sanitário. Apenas a avenida principal do Conjunto era pavimentada. A coleta de lixo era feita três vezes por semana, mas apresentava o mesmo problema de muitos bairros da Região Noroeste, que é a deposição de dejetos em lotes baldios e vias públicas. Apresentava apenas três equipamentos sociais, sendo duas escolas e um de assistência social.

O Conjunto Estrela D'Alva originou-se de um loteamento clandestino, formado a partir do parcelamento por chácaras que possuíam múltiplos proprietários. Tinha pouco mais de dois mil lotes, aprovados no Decreto nº 1.828, de 16/09/98. O Conjunto Estrela D'Alva também possuía uma precária infraestrutura física em 2000. Havia água tratada, porém faltava esgotamento sanitário, um reflexo da Região. Era carente de áreas públicas, o que dificultava a instalação de instituições públicas e comunitárias.

O Parque Tremendão ainda não havia sido regularizado em 2000, mesmo sendo proveniente da iniciativa privada, tratando-se de um novo parcelamento de chácaras com aproximadamente quatro mil lotes, segundo Cruz (2006). Possuía água tratada e energia elétrica, mas, como os demais bairros, também não contava com esgoto sanitário, sendo utilizadas fossas sépticas. A coleta de lixo era irregular e havia depósitos de lixo em lotes baldios e vias públicas. Uma das particularidades desse bairro era a inexistência de instituições públicas até o início de 2000, o que solicitava da população a busca por atendimento médico, odontológico, educacional, dentre outros, em outros bairros ou até mesmo em outras regiões da cidade.

O Bairro Morada do Sol é outro exemplo de um parcelamento de chácaras de recreio, que resultou num loteamento com quase três mil lotes nessa fase de acordo com Cruz (2006). Ainda não havia sido regularizado em 2000. Esse bairro já esteve em situação bem mais precária. Suas ruas, no início da década de 1990, eram intransitáveis até mesmo para os pedestres. Possui uma avenida principal, a Avenida Mangalô, que liga o bairro ao prolongamento da Avenida Goiás, no Residencial Recanto do Bosque, à saída para o Jardim Nova Esperança. Vale ressaltar que o Conjunto Estrela D'Alva, o Parque Tremendão e o Morada do Sol derivam de parcelamentos de chácaras cujos proprietários

venderam lotes sem a regularização frente à Prefeitura e ainda há inúmeros imóveis sem escritura.

O Residencial Recanto do Bosque é um bairro mais bem-provido de benfeitorias, mesmo ainda em processo de venda dos lotes na fase Vitória, de acordo com estudos de Cruz (2006). O loteamento inicial, já em 1996, possuía pouco mais de quatro e quinhentos mil lotes. Demonstrava um grande fluxo de veículos, em parte pela disponibilidade de uma grande via de acesso da cidade, o prolongamento da Avenida Goiás. Quanto à infraestrutura, é um dos loteamentos com melhor situação no período, porque foi planejado desde o início, seja urbana seja ambientalmente. A Avenida Mangalô foi escolhida pelo governo municipal para abrigar um dos terminais de integração do transporte coletivo, o Terminal Recanto do Bosque, desafogando o quase extinto terminal do setor Balneário Meia Ponte, além de permitir a integração dos bairros da região. O antigo terminal não mais comportava o intenso fluxo de passageiros/dia, sobretudo, nos horários de maior movimento. O novo terminal não apenas diminuiu os transtornos com o transporte coletivo, mas também reafirmou uma tendência muito comum na região: a valorização dos imóveis com uma pequena injeção de capital de qualquer natureza.

2.6 Triunfo³⁸: a fase mais recente das mudanças socioeconômicas, de 2002 a 2010

As mudanças nas áreas urbanas, sobretudo, posteriores à década de 1980, e frente aos problemas urbanos, marcados pela desigualdade e a ausência de planejamento nas cidades, proporcionou discussões acerca das questões urbanas. Em 2001, mediante a Lei n. 10.257 de dez de julho, foi regulamentado o Estatuto da Cidade³⁹, normativa que possui como objetivo garantir ao cidadão seus direitos fundamentais necessários à vida urbana. O Estatuto da Cidade efetiva os artigos 182 e 183, da Constituição Federal de 1988:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

³⁸ Triunfar significa alcançar o êxito, está ligado à comemoração e a aclamação. A quarta fase de ocupação da Região Noroeste recebeu esse nome atribuído ao nome do Bairro Triunfo que possui três etapas, a primeira e terceira localizadas em Goiânia e a segunda em Goianira. Por esse motivo, em vários momentos a cidade de Goianira será trabalhada, principalmente, pela consolidação da conurbação entre as cidades.

³⁹ Surgido como projeto de lei em 1989, pelo Senador Pompeu de Souza e foi sancionado em 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Em suma, o artigo 182 do Estatuto das Cidades dispõe sobre a responsabilidade dos municípios frente aos direitos dos cidadãos na cidade, sendo necessário o Plano Diretor Municipal como forma de ordenamento territorial. Para Maricato (2010, p. 06), “o Estatuto da Cidade vai além de um conjunto de normas para a terra urbana, assume as diretrizes para o planejamento urbano, a regulação e a participação social”. A fase Triunfo inicia-se um ano posterior a essa importante normativa, para pensar e regular as cidades brasileiras.

Em 2002, inicia-se, no país, o governo Lula que constituiu um marco no que se refere às políticas públicas de transferência de renda. Sobre a temática, Cassini (2010, p. 22) afirma:

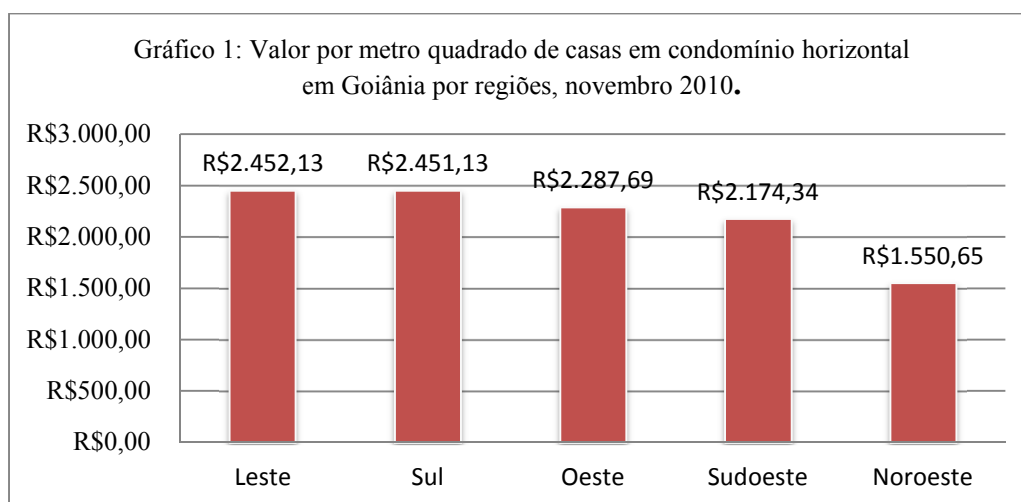
As políticas sociais do governo Lula, através de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, constituem uma tentativa de minimizar os efeitos da pobreza. Visam proporcionar, a milhares de famílias brasileiras, que possam ter condições de aumentar seus rendimentos (por vezes, trata-se, na verdade, da única renda de que dispõem) para a aquisição de bens de consumo.

Os programas de transferência de renda e os programas de habitação serão importantes para a fase Triunfo. A melhoria no poder aquisitivo das famílias permitiu não só reformas nas casas, mas também a aquisição da casa própria e consequente abandono dos aluguéis. Para Rodrigues (1994, p. 51):

A carência ou falta de moradias permite extrair aluguéis elevados das mesmas. [...] Construir para alugar é tido como um investimento seguro, já que o ciclo do capital rentista se estende durante toda a vida útil do imóvel, que pode prolongar-se indefinidamente com reparações.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida⁴⁰, as famílias que não possuíam moradia própria nas fases anteriores tiveram a oportunidade de adquiri-las. De acordo com o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), entre 2009 e 2010, num período de dez meses, quase dobrou a quantidade de condomínios horizontais em Goiânia, por exemplo. A média do metro quadrado de casas em condomínios horizontais goianienses chegou a R\$ 2.127,34, em novembro de 2010, a Região Noroeste apresentou o metro quadrado mais barato do estudo, como se verifica no gráfico 1. O aumento da oferta de casas é justificado, no estudo, pela cultura do goianiense das classes C e D de preferir a habitação horizontal a vertical, uma vez que esses empreendimentos são voltados a esse grupo, o que explicaria o aumento de sua oferta.

Com uma carência de infraestruturas urbanas básicas, a fase é marcada também pelo Diário Oficial no. 4.264, em seu sétimo artigo o qual assegura que sejam reafirmados a Lei n.º 7.222/93 e o Decreto Municipal n.º 1.326, de 13 de abril de 2005, que definem um prazo máximo de dois anos, após a aprovação do loteamento, para a implantação de uma infraestrutura: rede de energia elétrica, rede de distribuição e abastecimento de água potável, abertura das ruas, demarcação de lotes, quadras e áreas públicas, obras de escoamento e galeria de água pluvial, nivelamento, terraplanagem e obra de pavimentação asfáltica.



Fonte dos dados: Creci/GO (2010). Organização da autora desta dissertação.

⁴⁰ O Programa foi criado pela Lei Federal 11.977 de 7 de julho de 2009 e modificado pela Lei n. 12.424 de 2011.

A partir do Diário Oficial n. 4147, de 26 de junho de 2007, é elaborado o novo Plano Diretor, consolidado em junho de 2010, que dispõe, em seu segundo artigo, uma política urbana baseada nos princípios da igualdade, transformação, qualidade e oportunidade. Legisla também na busca de garantir a requalificação do território de Goiânia. Também foram definidas as normativas para o município. São ações destacadas para a Região Noroeste:

- Implantar a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Ribeirão São Domingos (APA São Domingos), em conjunto com o município de Goianira;
- Implantar novos parques de uso múltiplo, a exemplo do Parque de Cascalheira do Jardim Curitiba;
- Acelerar o processo de implantação de pequenas estações de tratamento de esgoto, com destaque para as áreas urbanizadas próximas à margem esquerda do Rio Meia Ponte;
- Definir as Macrozonas, que são divisões territoriais segundo critérios físico-ambientais;
- Definir os Corredores Estruturadores da Macro Rede Viária Básica de Goiânia, dentre elas o Corredor Noroeste, tendo como avenidas principais: José Inácio, Contorno, da Divisa, São Domingos e seu prolongamento.

Em 2001, houve uma ação que repercutiu na fase Triunfo, que foi a Medida Provisória n.º 2.220, de 04 de setembro, que definia em seu primeiro artigo o direito de posse os lotes destinados a moradia por cinco anos ou mais ininterruptamente. Essa medida convergiu com os interesses dos moradores da Região Noroeste, que, durante décadas, solicitavam do poder público a regularização de suas moradias, algumas delas, ainda, das primeiras ações estatais, fases Esperança e Finsocial. Nesse sentido, houve uma movimentação estatal para a entrega das escrituras a diversas famílias da Região, que lhes asseguram a posse do bem na cidade, que lhes permite realizar financiamento para reforma e ampliação, bem como realizar a compra e venda das moradias de forma legalizada, abandonando os contratos de compra e venda.

O Programa Casa Legal foi criado a partir da Lei Estadual n. 16.269, de vinte e nove de maio de 2008, e tem como objetivo regularizar urbano e socialmente os imóveis do Estado de Goiás por intermédio da Lei Estadual de Regularização Fundiária, n. 17.545/2012. Além de regularizar os imóveis irregulares no Estado de Goiás, o Projeto

promete capacitar servidores municipais para realizar o mesmo feito nas áreas irregulares municipais. A quantidade de lotes a regularizar na Região Noroeste totalizava dez mil e cento e sete imóveis, sendo 937 no Bairro São Domingos, 1.693 no Bairro Floresta, 2.384 no Conjunto Primavera, 1.692 no Bairro Boa Vista, 1.929 no Bairro São Carlos e 1.472 no Bairro da Vitória, de acordo com dados da referida lei.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é outro programa do governo federal importante no período, que, vinculado ao Ministério das Cidades, proporcionou investimentos em urbanização de assentamentos considerados precários, a exemplo do Bairro Jardim Curitiba. Dentre as ações, estavam previstas, entre 2012 e 2013, ações de sinalização, de rede de esgoto, construções de casas, construções de praças e equipamentos sociais e recuperação de áreas degradadas.

O período é marcado também pela consolidação do comércio local, que passa a ser diversificado, devido ao aumento de farmácias, lojas de sapatos, roupas, vidraçaria, papelarias, restaurantes, imobiliários etc. Até o início de 2014, a Região Noroeste não contava com serviço bancário, necessitando dirigir-se a Região Oeste, antiga parte da Região Mendaña, para ter o atendimento no Banco do Brasil, na Avenida Perimetral Norte, ou recorrer aos Bancos 24 horas, instalados em supermercados de diferentes bairros. No decorrer do ano de 2014, foi ativada uma agência da Caixa Econômica Federal na Região Noroeste e outra na Região Norte. As casas lotéricas, que oferecem serviços de pagamento de boletos, contas básicas, como água e energia, além de saques bancários, teve sua implantação tardia, posterior ao ano de 2005. A Região Noroeste recebeu recentemente um posto do Vapt Vupt⁴¹, com serviços públicos estatais e municipais, disponibilizado no *Shopping Mangalô*, localizado na Avenida Mangalô.

Para Silva (2014, p. 84), a Região Noroeste era reconhecida pelo lixo espalhado nos bairros em seus primórdios, mas, já não reproduzem aqui as moradias de lona, "o lixo virou cimento, que virou alvenaria, que virou pavimentação e que gerou um novo centro urbano dentro de Goiânia". Em raciocínio semelhante, Oliveira (2002) analisou as fases de ocupação do Bairro Jardim Nova Esperança e, no referido período, chamou de "uma cidade

⁴¹ O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão ou VAPT VUPT possui unidades em Goiânia e no interior do Estado onde são disponibilizados a comunidade diversos serviços de órgãos municipais, estaduais e federais que antes encontravam-se dispersos nas cidades. São exemplos de serviços: confecção de carteira de identidade, motorista, passaporte, título eleitoral, atendimento acerca de serviços públicos de água tratada, energia elétrica, previdência social, plano de saúde de servidores estaduais, dentre outros.

dentro da cidade", onde os valores de uso e de troca do bairro proporcionaram uma nova etapa não apenas nas relações sociais da Região, mas também no imaginário urbano.

Essa fase equivale também à segunda fase da expansão urbana de Goianira, estudada por Anjos (2009). Com o deslocamento dos interesses imobiliários para a Região Noroeste, fator semelhante às áreas de expansão de Goianira. Acerca da intensificação do processo de conurbação entre os municípios de Goiânia e Goianira, Anjos (2006, p. 63) esclarece:

No caso de Goianira [...] a partir do final da década de 1970 novos loteamentos populares surgem às margens da GO-070. Houve um considerável aumento de população do município, ao passo que se intensificaram as ligações com Goiânia. Porém os loteamentos que surgiram na década de 1990 não continuaram o processo, mas contribuíram para o adensamento da porção nuclear da cidade e para a proliferação de lotes vazios por toda a cidade. O surgimento dos bairros do foco conurbatório, por outro lado, apesar de estarem localizados às margens da GO-070, trazem características de motivação e ocupação bem diferentes dos bairros de Goianira, sendo mais afeitos aos bairros da Região Noroeste de Goiânia.

Entre os anos 2000 e 2010, é possível perceber, no mapa 4, a ampliação da mancha urbana entre Goiânia e Goianira. Observamos o aumento da densidade urbana na Região Noroeste no referido período e o processo de conurbação entre os dois municípios. No mapa 5, compreendemos as duas fases de ocupação do município de Goianira: a primeira, entre os anos de 1996 e 2000; e a segunda, entre 2001 e 2008. O Bairro Conjunto Primavera, em Goiânia, consistia em uma área urbana isolada, ou seja, uma área distante da área urbana contínua, então isolada na área rural goianiense. A GO-070 viabilizou essa dinâmica, como podemos perceber no mapa 5, que mostra os bairros acompanhando a rodovia, que, na fase mais recente, se distanciam do eixo viário, o que o autor chamou de padrão complexo.

Em sua pesquisa Anjos (2009) identificou que o processo de ocupação entre os bairros da Região Noroeste e o município de Goianira teve primeiramente um padrão nuclear, ou seja, em pequenas áreas dispersas, seguindo com um padrão linear, seguindo o trajeto da rodovia e, por fim, dois momentos do que chamou de padrão complexo. Nesse sentido, podemos perceber que a primeira fase do padrão complexo, o início dos anos 2000, não havia consolidado o processo de conurbação entre os municípios de Goiânia e Goianira. Somente na segunda fase do padrão complexo houve a conurbação entre os municípios ressaltando o contato do Jardim Primavera (Goiânia) com os Residenciais Triunfo I e III (Goiânia) e Residencial Triunfo II (Goianira).

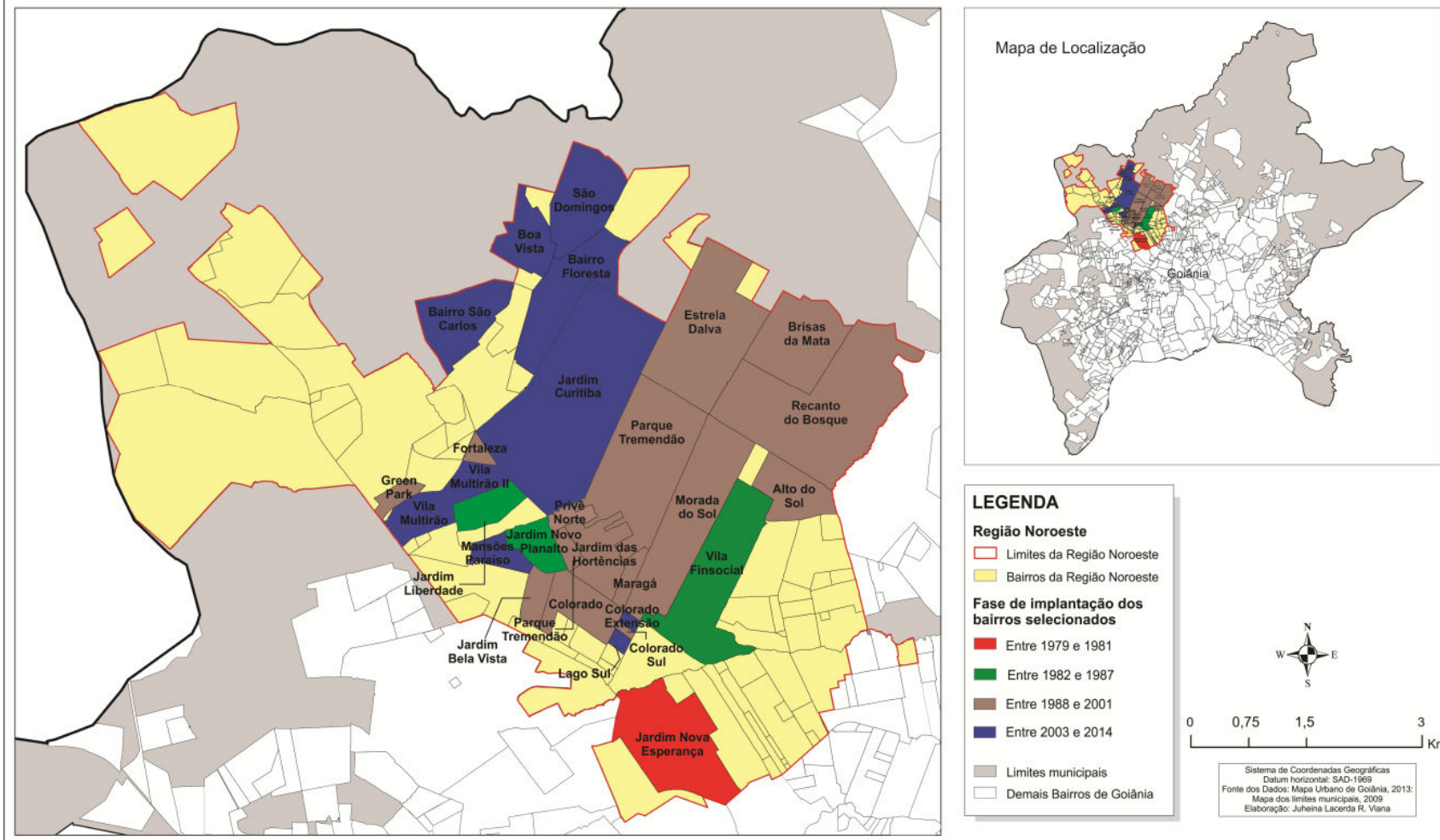
O tamanho dos lotes, que, nas etapas Esperança e Finsocial, possuíam entre 300 e 360 metros quadrados em média, agora são desmembrados⁴², dando origem a lotes com 180 metros quadrados, com moradias entre 42 e 60 metros quadrados. Antes, a manutenção de grandes lotes, como dissemos, assegurava as construções coletivas e várias famílias moravam no mesmo logradouro, além de permitir a criação de animais, como a galinha e o porco, bem como o plantio de alguns cultivares, que não exigem grandes espaços, como é o caso dos legumes e verduras. Mesmo com o olhar do setor imobiliário para a Região e da valorização dos imóveis, as propagandas dos empreendimentos asseguram um excelente investimento na Região Norte, ou seja, sem referência à Noroeste, visto que o vínculo com a criminalidade ainda a acompanha. A nova configuração da Região, no que se refere aos empreendimentos imobiliários, são os condomínios fechados para baixa e média renda, fato que carece ser amplamente estudado por aqueles que estimam conhecer mais sobre a dinâmica atual⁴³.

Ao final da análise da ocupação da Região Noroeste obtemos o mapa 6, como uma síntese do nosso caminhar para a compreensão das nuances do espaço urbano em questão. Em destaque na cor vermelha, percebemos o primeiro bairro da Região Noroeste, iniciado com a efetivação da ocupação do Jardim Nova Esperança. Na fase Finsocial, destacamos, em verde, os bairros Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Novo Planalto e Jardim Liberdade (antiga Vila Mutirão II e III). Na fase Vitória, destacam-se os bairros Estrela D'Álva, Parque Tremendão, Recanto do Bosque e Morada do Sol. Na fase Triunfo, há o destaque para os bairros Triunfo I e III e parcelamentos da Fazenda São Domingos, a exemplo dos bairros São Carlos e Boa Vista.

⁴² O desmembramento dos lotes acontece pelos próprios moradores ou por imobiliárias que constroem casas a serem vendidas mediante o Programa Minha Casa Minha Vida. Algumas áreas equivalentes a dez lotes são demarcados com a construção de um muro e, posteriormente, construído um loteamento residencial de casas populares e financiadas pelo mesmo programa. O desmembramento e o agrupamento de lotes, ambos para a construção de pequenas moradias é uma realidade perceptível na paisagem urbana da Região Noroeste e ainda carece de ser estudado.

⁴³ A afirmação refere-se à propaganda do único empreendimento vertical da Região Noroeste até a conclusão dessa dissertação. As doze torres entregues em 2013 modificaram rapidamente a paisagem da Região, mas nas propagandas e folhetos publicitários lia-se: “O Borges Landeiro Tropicale tem acesso rápido ao Centro de Goiânia, Campinas e outros pontos importantes. O Setor Cândida de Moraes está em uma das áreas que mais valoriza em Goiânia e vem crescendo a cada dia. **Venha viver no melhor residencial da Região Norte de Goiânia**, localizado a 200 metros do Portal Shopping, próximo a grandes supermercados, bancos e faculdades” [grifos nossos] (BORGES LANDEIRO, 2013).

MAPA 6: GOIÂNIA: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE E DOS BAIRROS SELECIONADOS



No mapa 6 percebemos que a ocupação inicia-se na parte mais próxima ao centro de Goiânia e em cada fase vai se distanciando a área de ampliação urbana até a conurbação com Goianira, como dissemos.

2.7 Tremendão: a fase intermediária, de 1979 a 2010

Versar sobre a fase intermediária (Tremendão) nos pareceu necessário, pois, durante todo percurso histórico da Região Noroeste, como em toda ocupação, há a relação de criminalização da luta e a consequência quase imediata é a vinculação dos moradores a nomes pejorativos, mesmo com nomenclatura justificada em outros motivos. Por exemplo, os relatos explicam o nome do Bairro Tremendão como uma homenagem ao álbum do cantor Erasmo Carlos, bastante conhecido durante a Jovem Guarda⁴⁴. O intuito de homenagear o cantor passa a ter uma conotação diferente. Quando ouvimos essa palavra, fora do contexto, é possível ter outra interpretação quase sempre depreciativa. A escolha do nome da fase Tremendão remete à associação dos bairros de origem de ocupações urbanas ou simplesmente os bairros de baixa renda com a ilegalidade, a criminalidade ou mesmo a transgressão às leis, elementos que permearam a Região desde sua origem.

Wacquant (2006) problematiza sobre o assunto. O autor discute que quando um espaço penalizado se torna ou tem possibilidade de se tornar fixo na paisagem urbana, ele tende a ser circundado por um discurso de descrédito, ampliando-se os estigmas negativos, geralmente, ligados à pobreza. Esses elementos o autor chama de "infâmia territorial" ou "descrédito territorial", que se instala nas esferas políticas e sociais e é marcado na fase que chamamos de Tremendão. Trata-se de uma fase intermediária, que tem ligação com o imaginário urbano e é analisado por Pesavento (1999):

A topologia simbólica dos lugares estigmatizados da urbe associa assim a pobreza ao perigo e à contravenção, estabelecendo ainda correlação entre cor, condição social e comportamento desviante. No caso específico da maloca, procede-se a uma associação entre uma palavra de um determinado contexto para outro, mas onde o sentido depreciativo se acentua para potencializar a estigmatização.

⁴⁴ Lançado em 1967, o Tremendão é o terceiro álbum do cantor Erasmo Carlos, com dez faixas, dentre elas uma música homônima. Na música, o cantor ressaltava os hábitos adotados para conquistar as garotas e afirma "Sou Tremendão, Tremendão, Tremendão". Tremendão foi uma gíria da época da Jovem Guarda que significava "rapaz bonito", que também foi o apelido de Erasmo Carlos.

Júnior (2005, p. 61) problematizou o espaço urbano e a criminalidade na Região Noroeste e afirmou que a Região foi "um dos primeiros bolsões de miséria da metrópole". Com o grande crescimento populacional e a consequente expansão de bairros, a Região possuía a população com uma das menores rendas *per capita* da cidade de Goiânia e alta concentração de migrantes inter-regionais, principalmente, graças a programas de moradia iniciados na década de 1980. Ademais, a infraestrutura básica era deficitária e havia altos índices de violência. Diante desse cenário, historicamente, muitas famílias se opunham a residir na Região Noroeste, quando eram convidadas, haja vista a desigualdade social espacializada na cidade e os estigmas territoriais. O contraste entre os bairros com "signos da alta renda" e os exemplos de "precaridade social" nos ajuda a compreender a relação entre a baixa renda e os elementos pejorativos que lhe são atribuídos, ademais uma relação com uma consequência inevitável: a violência criminal, como assegura Júnior (2005, p. 42).

Lembrando que a Vila Finsocial recebe o nome de um programa do governo federal para "fins sociais" e tem sua nomenclatura estigmatizada e associada a elementos discriminatórios, a exemplo da Vila Finsocial, que se transforma no "fim da sociedade". A Vila Mutirão tem a questão mais emblemática no contexto. O *marketing* do dia da construção das mil casas só foi manifestado na primeira etapa. Nas duas etapas posteriores (II e III), com mesmo sentimento discriminatório da anterior e da Região e com a dificuldade dos moradores em conseguir emprego, devido a sua origem em ocupações ou assentamentos, decidiu-se, em plebiscito, a mudança no nome dos bairros. Após aprovação, surgem o Jardim Novo Planalto e o Jardim Liberdade.

A aparente suavização ou a tentativa de desvincular o medo relacionado aos moradores da Região Noroeste um destaque no período que vem desde a etapa Esperança até o Triunfo. Nomes ligados às belezas naturais ou relacionados à tranquilidade, como é o caso do Residencial Recanto do Bosque, Alto do Vale, Morada do Sol e Estrela D'Alva, são ainda mais perceptíveis nos residenciais e condomínios horizontais que se multiplicavam⁴⁵. Longe de atribuir essa *estigmatização* somente à Região Noroeste, as discussões indicam que a população de ocupação, em algum momento, teve o contato com a identificação da fragmentação social em relação ao local de residência, como é o caso de

⁴⁵ São exemplos de condomínios na Região Noroeste: Portal das Hortênsias, Condomínio Residencial Flamboyant, Residencial Antares I e II, Condomínio Sol Poente, Residencial Beira da Mata, Residencial Ipê e Residencial Vida Bela.

bairros que, atualmente, possuem intensa valorização imobiliária, mas com histórico de ocupação:

A ocupação das margens do córrego Areião era conhecida por Macambira, cuja população era marginalizada, tida como violenta. O nome do bairro significava, em expressão popular, o fim do mundo. (OLIVEIRA e PEIXOTO, 2009, p. 60)

Wacquant (2006) ainda nos deixa uma contribuição oportuna à discussão: mesmo com a estigmatização, há também o desenvolvimento da identidade em relação a esses espaços. Em sua tese, Júnior (2006, p. 139) discorda da vinculação da ideia de violência aos bairros da Região Noroeste com a história das ocupações. O autor atribui a violência urbana à desigualdade social e suas derivações, como o desemprego. Mesmo com a melhoria nas condições de vida, saúde, emprego e crescimento econômico da Região, esse estigma não se dissipou, na opinião do autor. Deixamos essa temática como sugestão para trabalhos futuros, pois não há material sistematizado que permita ampliar as discussões.

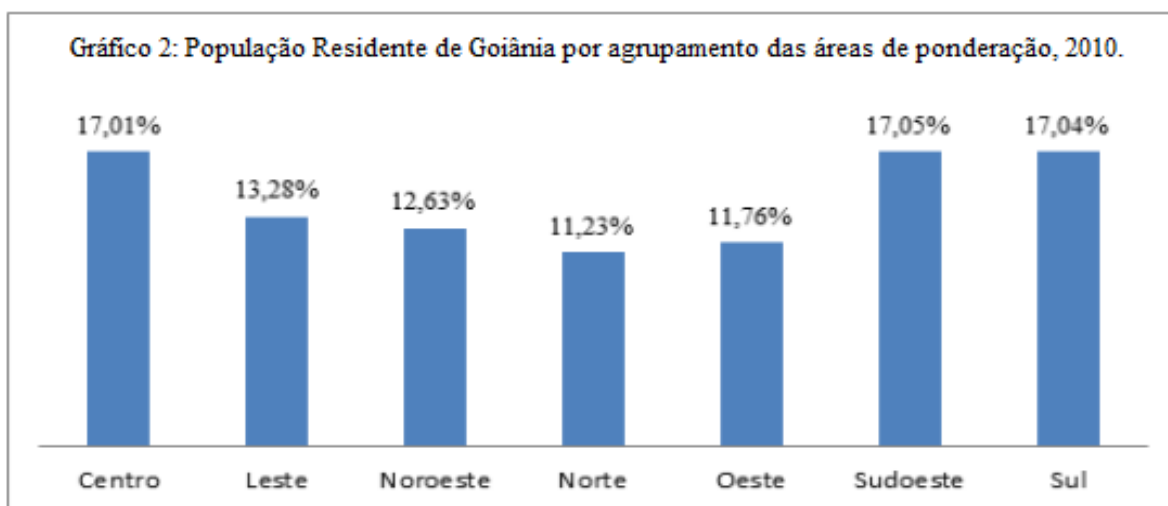
2.8 A Região Noroeste: suas características e dinâmicas em 2010

Neste tópico, retornaremos às discussões acerca da Região Noroeste de Goiânia, descortinando-a em seus aspectos físicos e na disponibilidade de serviços públicos. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, mediante a Diretoria de Informações Urbanas e Geoprocessamento da Prefeitura de Goiânia, a subdivisão do município em Administrações Regionais foi estabelecida pela Lei Complementar n. 183, de 19 de dezembro de 2008. A delimitação das Administrações Regionais foi obtida a partir de uma reavaliação na dinâmica goianiense e nos auxiliou a compreender a divisão regional de Goiânia. De acordo com o artigo terceiro da referida lei, o objetivo da organização é proporcionar uma racional, eficiente e dinâmica distribuição dos serviços públicos de responsabilidade da prefeitura, atendendo às normativas do décimo sétimo artigo da Lei Orgânica do Município de Goiânia⁴⁶. O inciso primeiro desta lei define que:

⁴⁶ No décimo sétimo artigo da Lei Orgânica do Município de Goiânia, lê-se: "Para promover a distribuição dinâmica, racional e eficiente dos serviços públicos que lhe são afetos, o município organizar-se-á em administrações regionais de forma a atender, em caráter essencial, os setores e bairros periféricos". (GOIÂNIA, 2014).

As Administrações Regionais terão por atribuições planejar, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de abrangência físico-territorial, funcionando como unidades de integração entre os Órgãos/Entidades municipais no atendimento às demandas da comunidade, nas suas respectivas áreas de atuação, em especial: posturas, meio ambiente, trânsito, vigilância em saúde, assistência social, limpeza urbana, iluminação, infraestrutura, educação, cultura, esporte e lazer (GOIÂNIA, 2008, p. 1).

Na divisão regional de 2008, os bairros de Goiânia são organizados em sete Administrações Regionais: Centro, Leste, Noroeste, Norte, Oeste, Sudoeste e Sul⁴⁷. Em 2010, a capital goiana possuía uma população de um milhão e trezentas e duas mil e uma pessoas residentes e apresentam-se, no estudo, distribuídas conforme o gráfico 2. As Regiões Administrativas, com maior percentual populacional, foram a Central, Sul e Sudoeste, seguida pela Leste, Noroeste, Oeste e com o menor percentual a Região Administrativa Norte. A Região Noroeste de Goiânia é apresentada nos dados do IBGE com cinco divisões por área de ponderação cada uma delas com uma quantidade de setores censitários: Noroeste 1 (32 setores), Noroeste 2 (41 setores), Noroeste 3 (32 setores), Noroeste 4 (46 setores) e Noroeste 5 (43 setores). Cada área de ponderação faz referência a um bairro principal que nos auxiliará compreender as nuances da Região, na sequência são: Jardim Nova Esperança, Vila Finsocial, Setor Recanto do Bosque, Vila Mutirão e Conjunto Primavera, sendo o primeiro próximo à avenida Perimetral e o último próximo ao município de Goianira, conforme mapa 7.



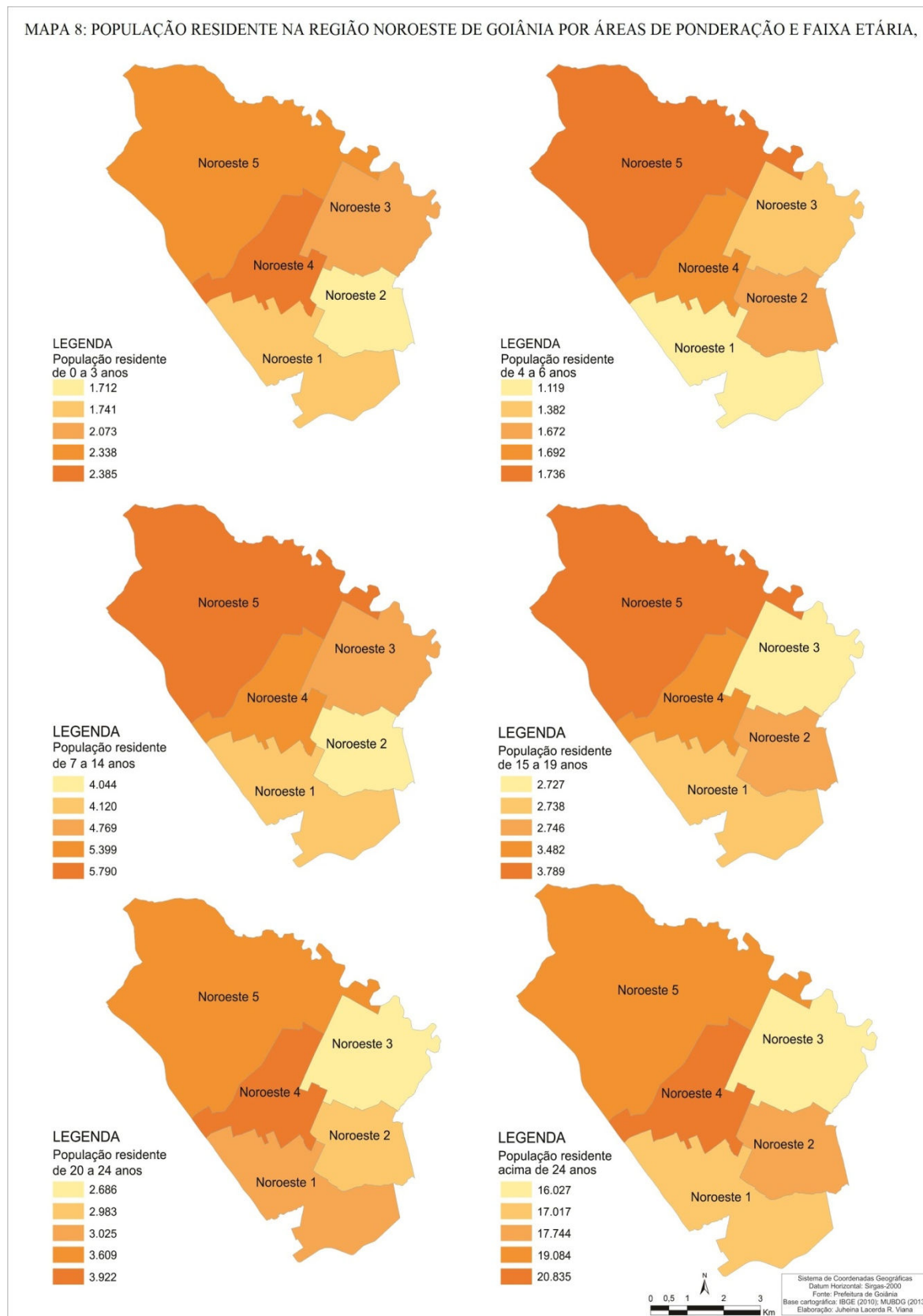
Fonte: Dados por área de ponderação, IBGE (2010). Organizados por esta autora.

⁴⁷ No Plano Diretor de Goiânia, de 2000 e 2007, a cidade possuía as regiões: Campinas, Cascavel, Central, Leste, Macambira, Mandanha, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste, Sudoeste, Sul e Vale do Meia Ponte. Essa divisão direcionou as análises dos dados do IBGE de 1991 e 2000. A proposta adotada nesta dissertação, com sete Regiões Administrativas é semelhante à utilizada pela Prefeitura e nos dados do IBGE por áreas de ponderação, como dissemos.

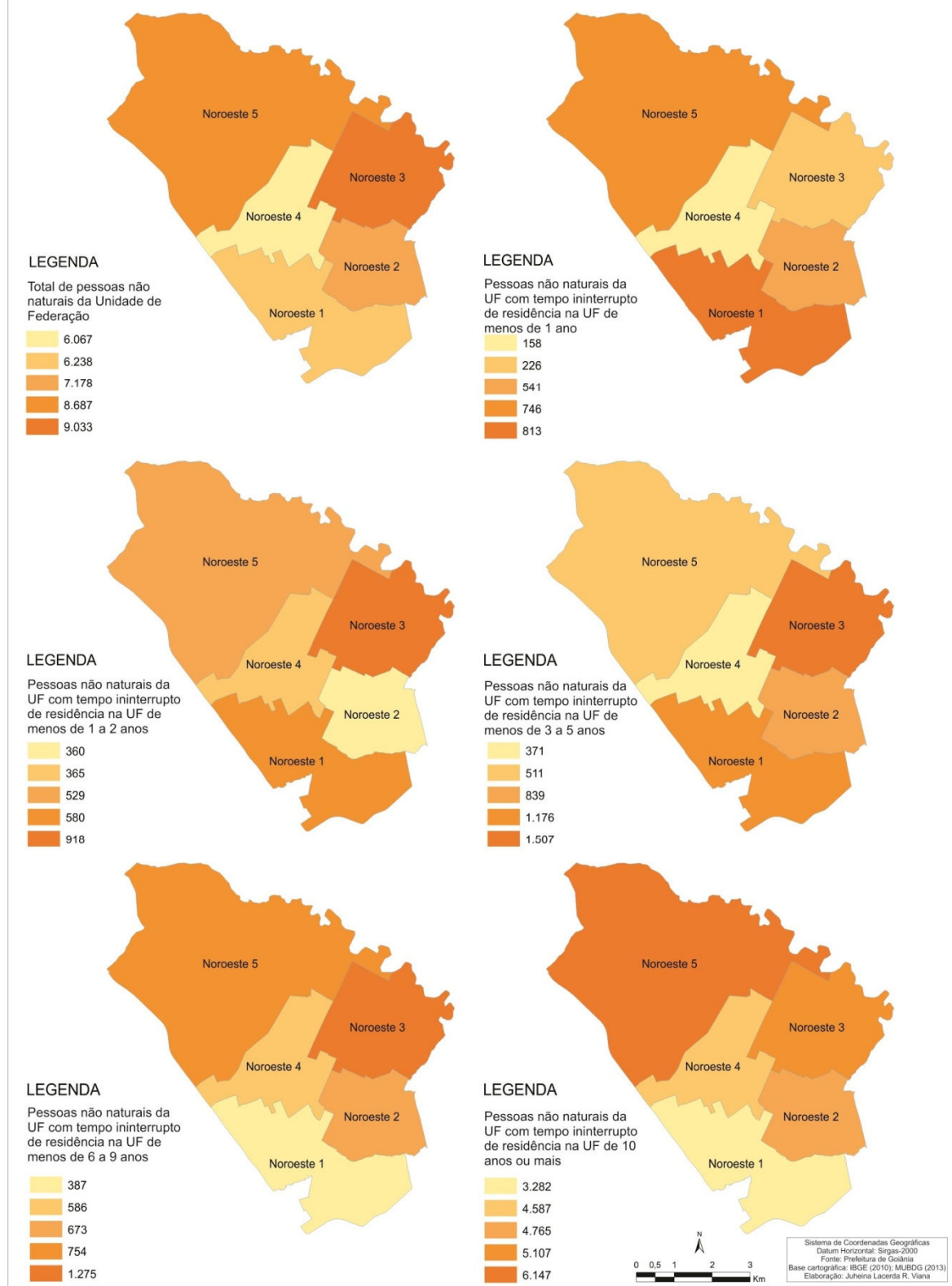
As áreas que possuíam mais pessoas não naturais eram Noroeste 3 e 4 respectivamente e a com menor quantidade a Noroeste 4. Os recém-chegados à Região Noroeste tiveram destinos opostos, as áreas Noroeste 1 e 5. Entre um e nove anos de residência, o destino dos migrantes foi a área Noroeste 3, mapa 9. Quanto à população não natural e residente na Região por mais de dez anos, a área mais procurada foi a Noroeste 5 e a menos procurada foi a Noroeste 1. Essa reflexão é semelhante à observada nos estudos de Oliveira (1999). Ao estudar o Jardim Nova Esperança, o autor identificou que a maioria dos moradores da ocupação original não residiam mais no bairro na década de 1990.



MAPA 8: POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA POR ÁREAS DE PONDERAÇÃO E FAIXA ETÁRIA,



MAPA 9: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: TOTAL DE PESSOAS NÃO NATURAIS E TEMPO ININTERRUPTO DE RESIDÊNCIA POR ÁREA DE PONDERAÇÃO - 2010



Oliveira (2002) discute a ampliação das avenidas comerciais e a relação com o processo migratório:

Este fenômeno foi responsável por um intenso processo migracional que dominou o bairro, principalmente entre 1987 e 2000, tendo intensificado a partir de 1993. Para validar a hipótese de que esta migração foi intensa, fizemos uma pesquisa por amostragem percorrendo as 184 quadras existentes no bairro e entrevistando os moradores dos lotes de número 15, pelo fato de haver uma maior incidência deste número na maioria das ruas com o mesmo sentido (no caso, as que seguem paralelas à Av. Sol Nascente). Esta pesquisa revelou que apenas 32% dos moradores que participaram do processo de ocupação residem hoje no bairro (OLIVEIRA, 1999, p. 153)

De acordo com Carlos (1997) e Corrêa (2005), a valorização dos imóveis e o reconhecimento do Poder Público do direito dos moradores incorrem além dos benefícios da infraestrutura urbana: há a cobrança de impostos que para algumas famílias, o que torna a permanência onerosa e muitas delas optam por residir em localidades cada vez mais opostas aos bairros onde há a maior disponibilidade de postos de trabalho. De acordo com Spósito (2001), essas são condições fundamentais para compreender a mobilidade da classe trabalhadora na cidade, além de influenciarem também o acesso a bens, serviços, atividades de lazer e cultura.

A Região Noroeste é cortada ao sul pela Avenida Perimetral Norte, à nordeste pelo Rio Meia Ponte. Nela, há também Rodovia GO-070, que corta principalmente as áreas de chácaras, e o traçado entre os municípios de Goiânia e Goianira. Outros cursos d'água da Região são os córregos: Fundo, Brejinho, Caveira, Capim, Limeira, São Domingos e do Meio. Todos têm importância para o meio físico da Região e outros têm função importante de abastecimento de água de outras regiões da cidade, conforme mapa 10.

No mapa 10, podemos perceber que a Região segue a altimetria da cidade, pouco acima de 670m. Outra observação importante é a proximidade do tecido urbano consolidado com os cursos d'água. Algumas dessas drenagens são alvos de estudos de impacto ambiental, visto o intenso processo de assoreamento de suas margens. A área verde da Região é considerável, com mais de vinte parques municipais, alguns deles, com uma infraestrutura implantada, a exemplo de pistas de corrida, brinquedos infantis e lago. De acordo com dados da Agência de Meio Ambiente do Município de Goiânia (AMMA), a Região Noroeste é a que possui a maior quantidade de bosques e parques da cidade, todos regulamentados por decretos conforme a tabela 2.

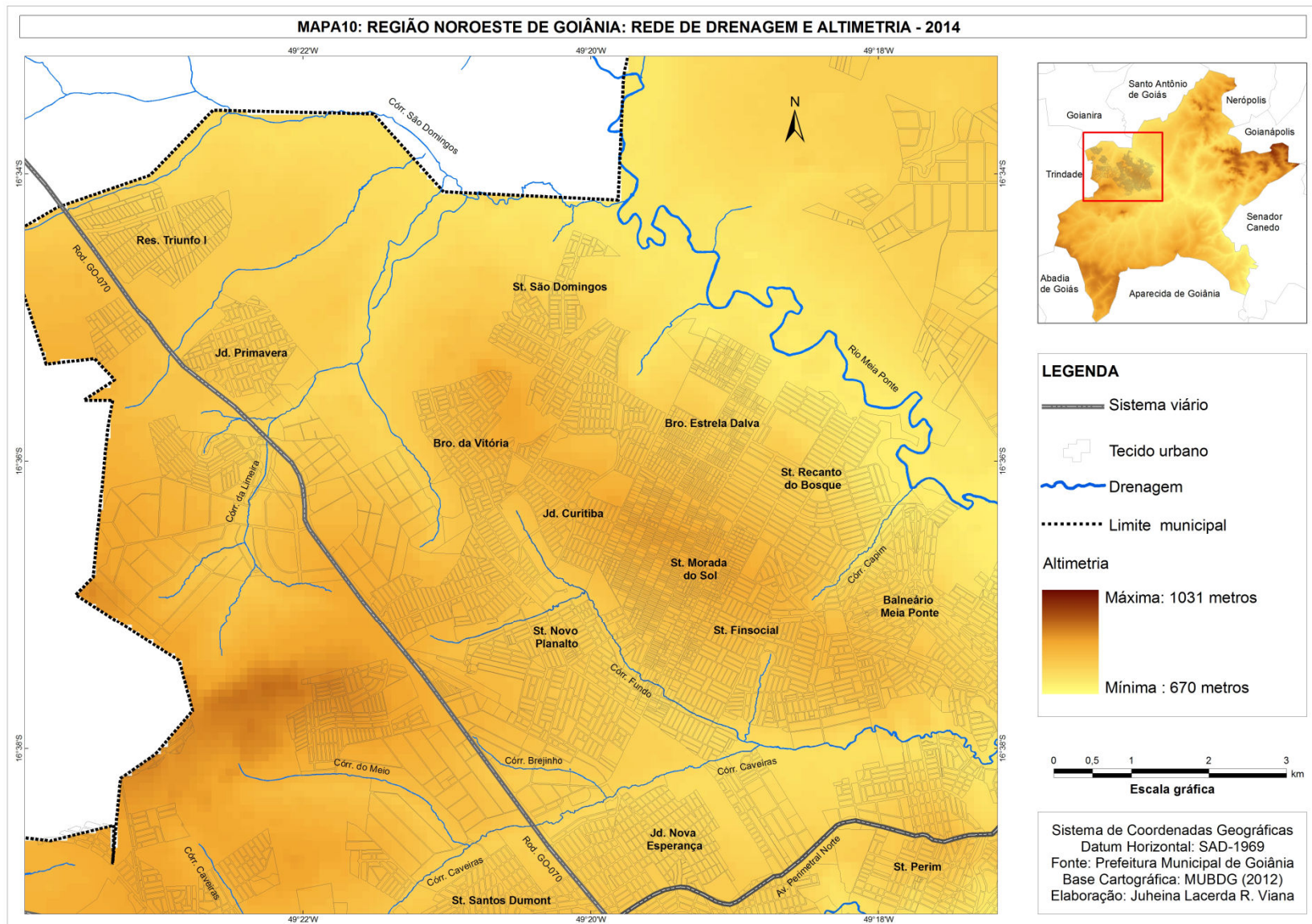


Tabela 2: Bosques e Parques da Região Noroeste, 2015.			
Bosque/Parque	Localização	Infra-estrutura	Área (m²)
Bosque Boa Vista	Bairro Boa Vista;	Pista de caminhada, parque infantil, estação de ginástica.	17.894,50
Bosque do Pama	Bairro Floresta;	Presença de ocupações irregulares; área não urbanizada;	58.240,00
Bosque Estrela D'Alva I	Setor Estrela D'alva	Parque infantil	266.599,70
Bosque Estrela D'Alva II	Setor Estrela D'Alva	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	45.300,30
Morro da Cascalheira	Jardim Curitiba	Área não urbanizada;	161.375,45
Parque Linear Curitiba	Jardim Curitiba	Área não urbanizada;	314.138
Parque Boa Vista	Bairro Boa Vista	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	100.739,09
Parque Ciro Palmerston Muniz	Setor Alto do Vale	Pista de caminhada, estação de ginástica, parque infantil;	79.300,10
Parque Curitiba	Jardim Curitiba	Pista de caminhada, prédio da administração e parque Infantil. Implantado em 2004;	392.212,24
Parque Curitiba IV	Setor Residencial Prive Norte	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	256.884,14
Parque Fonte Nova	Jardim Fonte Nova	Lago artificial. Implantado em 2008;	76.420,99
Parque Helou	Jardim Helou	Área não urbanizada;	10.360,38
Parque das Hortências	Jardim das Hortência;	Área não urbanizada;	10.871,17
Parque Mansões Paraíso	Setor Mansões Paraíso	Área não urbanizada;	22.993,07
Parque Morada do Sol	Morada do Sol	Área não urbanizada;	4.340,91
Parque Otávio Lúcio	Residencial Brisas da Mata	Cercado em todo o perímetro, pista de caminhada, estação de ginástica, campo de futebol;	267.475,14
Parque Privê Norte	Setor Residencial Privê Norte	Área não urbanizada, presença de processos erosivos;	9.376,17
Parque Recanto do Bosque I	Recanto do Bosque	Presença de ocupação irregular, área não urbanizada;	131.669,35
Parque Recanto do Bosque II	Recanto do Bosque	Área não urbanizada, presença de processos erosivos e ocupações irregulares;	24.266,47
Reserva do Bairro Floresta I	Bairro São Carlos	Presença de ocupações irregulares;	696.201,28
Reserva do Bairro Floresta II	Bairro Floresta	Área não urbanizada;	64.580,00
Reserva São Carlos	Bairro Boa Vista	Área não urbanizada, presença de ocupações irregulares;	168.703,00
Reserva São Domingos	Bairro São Domingos	Área não urbanizada;	445.605,05
Reserva Vitória	Bairro Floresta	Área não urbanizada;	71.734,00
Parque Nova Esperança	Jardim Nova Esperança	Área não urbanizada em fase de implantação;	32.900,68
Fonte dos dados: AMMA (2015) Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/parquesebosques.shtml# . Acesso em 07/06/2015.			

Analisando a tabela anterior, podemos perceber que muitos desses parques ou bosques possuem ocupações irregulares em seu entorno e é possível perceber o depósito de lixo realizado pela própria comunidade da Região nas áreas verdes, como se vê na figura

17. Na figura 17a, há o Bosque Estrela D'Alva I, localizado entre as Ruas 28 de setembro, 31 de dezembro, 21 de abril, 15 de novembro e Avenida Otávio Lúcio, no Setor Estrela D'Alva, que constitui um remanescente de mata seca com uma área de 266.599,70 m² com Decreto de 1998. Na figura 17b, há o Bosque Estrela D'Alva II entre as Ruas 24 de maio, 28 de setembro e 12 de janeiro no Setor Estrela D'Alva, que também constitui um remanescente de mata seca sem nenhuma infraestrutura implementada e data de 1998 seu Decreto Institucional.

Figura 17: Situação de alguns parques da Região Noroeste, 2013



Fonte: Cruz (2013)

Na figura 17c, há o Parque Otávio Lúcio entre as ruas Dona Melinha, Otávio Lúcio, BM 18, BM 17 e BM 09. Constitui um remanescente de Mata Seca, com presença de populações de macaco-prego e proximidade com nascentes, de acordo com dados da AMMA (2010). É possível perceber a presença de dejetos sólidos, tal como lixo residencial e restos de construção, há ainda a presença de queimadas não controladas, provocadas, sobretudo, por moradores, e ausência de manutenção por parte do poder público municipal.

Já a figura 17d mostra uma nascente, afluente do Rio Meia Ponte, localizada na Avenida Goiás Norte, próximo ao Parque Recanto do Bosque I, que constitui uma área de

preservação permanente do Rio Meia Ponte, além de ser uma planície de inundação e possuir a presença de mata ciliar no Residencial Recanto do Bosque. Com área de 131.669,35 m² há presença de ocupações irregulares e decreto institucional de 1997. Na imagem, é possível perceber a presença de lixo, bancos de areia e restos de construções. Esse fato carece de estudos mais sistematizados, mas podemos inferir que parte desse material é proveniente de áreas próximas trazidas, sobretudo durante as chuvas.

Em contrapartida, o Parque Fonte Nova, figura 18, que possui mais de 76.000 m² e o Parque do Jardim Curitiba, figura 19, com mais de 314.000 m², são exemplos de áreas com infraestruturas que atendem à população: o primeiro com um lago artificial e o segundo é anexo à Maternidade Nascir Cidadão⁴⁸ e com extensa pista de corrida.



Figura 18: Parque Fonte Nova, 2010. Fonte: Mauro Júnior. Prefeitura de Goiânia (2015).



Figura 19: Parque Jardim Curitiba, 2010. Fonte: Mauro Júnior. Prefeitura de Goiânia (2015).

Quanto ao serviço de transporte público, a Região Noroeste recebeu, no início dos anos 2000, o Terminal Recanto do Bosque. O Terminal atende a uma média mensal acima de 135.000 passageiros e 5.500 pessoas em dias úteis. Na tabela 3, há dados de fevereiro de 2011, não sendo muito diferentes nos meses subsequentes:

⁴⁸ A Maternidade Nascir Cidadão é um hospital criado em 2000 e recebeu, em 200, 3 o certificado de "Maternidade Segura" do Ministério da Saúde. Devido a seu atendimento mais próximo da comunidade e ao incentivo ao parto natural, ele tem sido referência nacional de atendimento humanizado. O contato com o Parque permitiu a criação de jardins no interior no hospital, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, em 2013.

Tabela 3: Número de passageiros mensal e média diária das linhas no Terminal Recanto do Bosque- Fevereiro/2011						
Terminal	Linhas	Denominação	Quantidade de passageiros que passaram pela catraca			
			Mensal	Média diária		
				Dia útil	Sábado	Domingo
Recanto do Bosque	13	T. Rec. Bosque / Centro - Eixo Norte	138.175	5.550	4.012	2.781
	13-A	T. Recanto do Bosque/PC Balneário via Alto do Vale	-	-	-	-
	170	T. Rec. Bosque / Centro / St. Universitário - Via Balneário	156.374	6.419	4.462	2.536
	180	T. R. Bosque / Centro / St. Universitário - Via Maria Dilce	88.525	3.747	2.045	1.349
	305	T. Rec. Bosque / Campinas	84.115	3.590	2.107	970
	143	T. Rec. Bosque / Pq. Tremendão	3.692	185	0	0
	595	T. Rec. Bosque / São Domingos	12.675	505	381	262
	597	T. Rec. Bosque / St. Estrela D'Alva	13.578	561	374	216
	718	T. Rec. Bosque / Brisas da Mata	16.279	691	371	242
	840	Catraca de Solo	54.859	2.117	1.796	1.332
	TOTAL		568.272	23.367	15.548	9.687
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012).						

Na tabela 4, há a disposição dos dias, horários e locais das feiras livres que podem ser encontradas na Região Noroeste.

Tabela 4: Feiras Livres - Região Noroeste, 2009.			
Dia da semana	Horário	Endereço	Bairro
Segunda-feira	Noturna	Av. do Povo	Jardim Curitiba IV
Terça-feira	Noturna	Av. Comercial	Jardim Primavera
Terça-feira	Noturna	Rua I, Qd. 141	Parque Tremendão
Terça-feira	Noturna	Av. da Divisa	Jardim Liberdade
Quarta-feira	Noturna	Rua São Geraldo, entre Qds. 136 e 150	Jardim Nova Esperança
Quarta-feira	Noturna	Av. Goiás com Tropical	Recanto do Bosque
Quinta-feira	Noturna	Praça do CAIC	Jardim Curitiba I
Quinta-feira	Noturna	Rua do Bosque	Recanto do Bosque
Sexta-feira	Noturna	Rua 16 de Maio c/ Rua 4 de Julho	Setor Estrela D'Alva
Sexta-feira	Noturna	Praça Antares.	Setor Morada do Sol
Sexta-feira	Noturna	Rua VF-65 c/ Rua VF-102	Vila Finsocial
Sábado	Diurna	Rua VF-52	Setor Finsocial
Domingo	Diurna	Av. Comercial	Bairro da Vitória
Domingo	Diurna	Av. Central c/ Rua JP	Jardim Primavera
Domingo	Diurna	Rua Transversal	Jardim Liberdade
Domingo	Diurna	Av. Sol Nascente	Jardim Nova Esperança
Domingo	Noturna	Rua do Bosque	Recanto do Bosque
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.			

A infraestrutura urbana básica compreende um conjunto de objetos técnicos destinados às necessidades da vida nas cidades. Dentre essas, estão os equipamentos ligados à educação. Quando se trata da educação em áreas de periferia, Valiati (1995) discute o assunto:

Quando nos referimos à escola de periferia chamamos a atenção para um local que apresenta uma problemática bem complexa e específica. Nessas escolas, o contexto social, econômico e político interferem no trabalho do professor e no processo de aprendizagem dos alunos. Nos professores, gera sentimentos de frustração, insatisfação e angústia, porque não conseguem desenvolver o que planejam, enfrentam situações imprevistas que desestabilizam o trabalho de sala de aula, entre outras coisas. Nos alunos, gera dificuldades para a sua vida escolar, pois desde cedo precisam trabalhar para ajudar no sustento da família (a criança apresenta desânimo, cansaço, apatia, dificuldades de atenção e concentração). A síntese dos diferentes modos de viver esse contexto, pelos sujeitos que o constituem, se mostra na diferença entre culturas e valores, nos conflitos entre perspectivas de vida distintas, etc. (VALIATI, 1995, p. 2)

Ainda segundo a temática, a autora esclarece sobre a peculiaridade da escola de periferia:

Entretanto, apesar de todas as escolas de periferia serem institucionalmente organizadas da mesma forma (normas, currículos, hierarquias), existem entre elas peculiaridades. Assim, o que ocorre em uma escola é diferente do que ocorre em outra, porque cada cotidiano escolar é único e diferenciado, uma vez que cada sujeito que o compõe dota o seu espaço, as suas relações, as suas vivências de um sentido que lhe é próprio. (VALIATI, 1995, p. 3)

A Região Noroeste de Goiânia possuía, em 2012, 22 unidades educacionais vinculadas à rede municipal, tabela 5. Dentre essas unidades, destacamos as Escolas Municipais Bernardo Élis (Bairro São Carlos), Maria da Terra (Bairro Floresta), Nova Conquista (Setor Parque Tremendão), Professora Leonísia Naves de Almeida (Setor Morada do Sol) e São José (Conjunto Primavera), com mais de mil alunos cada e todas atendendo estudantes da primeira e segunda fase do ensino fundamental. A unidade com menor quantidade de matriculados, 106 dispostos em seis salas de aula, era a Escola Municipal Alto do Vale, no Setor Alto do Vale.

A Região era atendida por quinze unidades escolares da Rede Estadual de Educação que atendem adolescentes, jovens e adultos nos bairros: Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Vitória, Bairro Floresta, Jardim Curitiba I, II e III, Jardim Nova Esperança, Conjunto Primavera e Residencial Recanto do Bosque, tabela 6.

Tabela 5: Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação localizadas na Região Noroeste de Goiânia, 2012.	
Nome	Bairro
Educandário Espírita Eurípedes Barsanulfo	Jardim Nova Esperança
E. M. Alto Do Vale	Bairro: Setor Alto do Vale
E. M. Ayrton Senna	Jardim Curitiba I
E. M. Bernardo Élis	Bairro São Carlos
E. M. Coronel José Viana Alves	Setor Cândida de Moraes
E. M. Irmã Veneranda	Vila Finsocial
E. M. Jardim Nova Esperança	Jardim Nova Esperança
Em. Joel Marcelino De Oliveira	Vila Finsocial
E. M. Marcos Antônio Dias Batista	Jardim Estrela D'alva
E. M. Maria Clara Machado	Bairro da Vitória
E. M. Maria Da Terra	Bairro Floresta
E. M. Nossa Senhora Aparecida	Bairro São Domingos
E. M. Nossa Senhora Da Terra	Jardim Curitiba III
E. M. Nova Conquista	Setor Parque Tremendão
E. M. Odília Mendes De Brito	Setor Novo Planalto
E. M. Professor Nadal Sfredo	Jardim Liberdade
E. M. Professor Paulo Freire	Jardim Curitiba IV
E. M. Professora Leonísia Naves De Almeida	Setor Morada do Sol
E. M. Recanto Do Bosque	Residencial Recanto do Bosque
E. M. Rotary Goiânia Sul	Residencial Privê Norte
E. M. São José	Conjunto Primavera
E. M. Stephânia Alves Bispo	Jardim Liberdade
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.	

Tabela 6: Escolas da Rede Estadual de Educação localizadas na Região Noroeste de Goiânia, 2012.		
Nome da escola	Endereço	Bairro
Col Est Ary R Valadão Filho	Rua 64 com Rua 66, Qd. 49	Vila Finsocial
Col Est Do Setor Finsocial	Rua VF-64, Qd. 49	Setor Finsocial
Col Est Edmundo Rocha -Mutirão	Rua VM-J, Qd. 15, Lt. 01	Vila Mutirão I
Col Est Ismael Silva De Jesus	Rua A-7 com Rua A-30, Qd. 31, Área 03	Jardim Vitoria
Col Est Jayme Câmara	Rua BF-26, Qd. 31, Área 04	Bairro Floresta
Col Est João Bênnio	Rua JC, Quadra 140, Área Verde	Jardim Curitiba III
Col Est Nazir Safatle	Av. do Povo, Qd. 11, Lt. 01/06	Jardim Curitiba II
Col Est Ns Senhora De Lourdes	Rua JC-26, s/nº, Qd. 05, Lt. 08, Área 11	Jardim Curitiba II
Col Est Robinho M De Azevedo	Av. Sol Nascente, Qd. 50, Lt. 16	Jardim Nova Esperança
Col Est Sebastião Alves Souza	Rua 22, Qd. 22	Vila Finsocial
Col Est Severiano De Araújo	Rua Z, Qd. 38, Área 1	Vila Mutirão II
Col Est Verany Machado De Oliveira	Rua JP-31, Qd. 50	Jardim Primavera
Col. Est. Genesco F. De Bretas	Rua São Francisco com Av. Oriente	Recanto do Bosque
Colégio da Polícia Militar de Goiás - Ayrton Senna	Rua JC-10 com JC-37	Jardim Curitiba I
Esc Est Prof Vitor José Araújo	Av. do Povo com Av. Oriente, Qd. 105	Jardim Curitiba III
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.		

São dezenove unidades de educação infantil que atendem crianças de zero a seis anos na Região Noroeste, em 2012, tabela 7. Elas estão nos setores/bairros: Estrela D'Álva, Jardim Curitiba I, II e II, São Carlos, Residencial Brisas da Mata, Novo Planalto, Finsocial, Boa Vista, Jardim Colorado, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Vila Mutirão e São Domingos. O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Jardim Primavera atendia, em 2011, 208 crianças, em dez salas e o mais representativo da Região é o CMEI Pequeno Aprendiz, antigo na Vila Mutirão I, que atendia 55 crianças em três salas. Essa quantidade de vagas disponibilizadas pelos CMEIs de Goiânia ainda não consegue atender a demanda solicitada pela sociedade e algumas famílias demoram para conseguir uma vaga. Assim, muitas vezes, as crianças passam da idade de serem atendidas pelas unidades, aos seis anos, e necessitam ir às escolas também municipais⁴⁹.

Tabela 7: Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, Região Noroeste, 2012.		
Nome	Endereço	Bairro
Centro De Educação Infantil Espírita Vovó Islena	Rua 18 De Outubro Qd.08 Lt. 07	Setor Estrela Dalva
CMEI Alegria De Aprender (Antigo CMEI Jardim Curitiba III)	Rua Jc-48 Qd. Comercial 13 Nº 102 Lts. 1 E 2	Jardim Curitiba III
CMEI Beija Flor II	Rua SC-32 Qd. 83, Lts. 1 E 2	Bairro São Carlos
CMEI Brisas Da Mata	Rua Bm-15 C/ Otávio Lúcio - Apm 09	Residencial Brisas Da Mata
CMEI Cantinho Do Saber (Antigo Vila Mutirão III)	Rua Vm-4a C/Av. Da Sede Qd.88 Lt."B"	Setor Novo Planalto
CMEI Cantinho Feliz (Antigo Finsocial II)	Rua Vf-66 Qd. 49	Vila Finsocial
CMEI Da Boa Providência	Rua Bv-25 Qd. 30 Lts.1,2,18,19 E 20	Bairro Boa Vista
CMEI Jardim Curitiba	Av. Do Povo C/ Jc 14 Apm 18	Jardim Curitiba Ii
CMEI Jardim Colorado	Rua SC 17 Qd.34 Lt.15	Residencial Jardim Colorado
CMEI Jardim Liberdade	Av. VMB-05, S/Nº Qd .62	Jardim Liberdade
CMEI Jardim Nova Esperança	Av.Comercial Qd. 50 Lts 16 E 17	Jardim Nova Esperança
CMEI Jardim Primavera	Av. Comercial Qd. 48 Lts. 1, 2 E 3,	Jardim Primavera
CMEI Lygia Rassi (Antigo Recanto Do Bosque)	Rua Rb-9 C/Rua Rb-04	Residencial Recanto Do Bosque
CMEI Marcia Lorena Mendes (Antigo Vila Mutirão II)	Rua U Qd.35 S/Nº	Vila Mutirão
CMEI Nossa Senhora Aparecida	Rua Bs-10 Esq Bs-39 Qd.51 Lt.Ae	Bairro São Domingos
CMEI Pequeno Aprendiz (Antigo Vila Mutirão I)	Rua Vm E Qd.15 Lt.Area Pça 16 De Outubro	Vila Mutirão I
CMEI Sara E Rebeca	Rua Vmb Esq. C/ Vms	Jardim Liberdade
CMEI Vila Finsocial I	Rua Vf-41 Qd. 34 Lts. 8-14	Vila Finsocial
CMEI Vila Mutirão II	Rua U Qd. 38	Vila Mutirão
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia, 2012. Organização da autora desta dissertação.		

⁴⁹ Na matéria "Mães reclamam de falta de vagas para os filhos nos CMEIs de Goiânia", podemos ter a dimensão da problemática e compreender que a ausência de vagas que atendam a demanda não é uma realidade somente da Região Noroeste. Fonte: (PORTAL G1, 2014).

A Região Noroeste possui uma escola estadual de tempo integral chamada Colégio Estadual Genesco Ferreira Bretas⁵⁰, localizada no Residencial Recanto do Bosque, que, em 2010, atendia mais de quatrocentos adolescentes, do sexto ao nono ano do ensino fundamental. O colégio ainda atende alunos do ensino médio de ensino regular, ou seja, não integral, divididos no turno matutino, vespertino e noturno.

Na Região Noroeste, havia unidades de assistência social que atendem a população em diferentes necessidades e serviços. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são instituições públicas que ofertam serviços socioassistenciais, nas áreas consideradas de vulnerabilidade social e vinculam-se ao serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF) do governo federal. Segundo o Ministério da Saúde (2012):

A localização do CRAS é fator determinante para que ele viabilize, de forma descentralizada, o acesso aos direitos socioassistenciais. O CRAS deve ser instalado prioritariamente em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, com concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, com presença significativa de famílias e indivíduos beneficiários dos programas de transferências de renda, como o BPC - Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família e outros, conforme indicadores definidos na Norma Operacional Básica - NOBSUAS/2005. Cada município deve identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, a fim de aproximar os serviços oferecidos aos usuários (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Na Região Noroeste, havia também três centros de referência: Bairro Floresta, Jardim Curitiba II e Brisas da Mata, que, no ano de 2012, atenderam 3.563 pessoas e o CRAS Jardim Curitiba II atendeu o maior quantitativo, acima de 2.000 pessoas, tabela 8.

Tabela 8: Centros de Referências de Assistência Social - CRAS- na Região Noroeste de Goiânia, 2012.		
Nome	Endereço	Bairro
CRAS Bairro Floresta	Av. Conquista, Qd. 02, Área 04	Bairro Floresta
CRAS Jardim Curitiba II	Av. do Povo, Qd. 12-A, Lt. 01/15	Jardim Curitiba II
CRAS Brisas da Mata	Rua BM 15 com Rua Otávio Lúcio, Qd.09	Brisas da Mata
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.		

As Unidades Municipais de Assistência Social (UMAS) são vinculadas à política de assistência social do governo federal com a finalidade de atendimento de populações em

⁵⁰ O colégio recebeu o nome do professor Genesco Ferreira Bretas, que nasceu na cidade de Caldas Novas em 1911 e que dedicou 54 anos à educação, falecendo em 2007 aos 96 anos.

situação de vulnerabilidade social. Em Goiânia, havia quinze unidades, sendo duas delas na Região Noroeste: Finsocial e Mutirão, que atenderam, em um ano, 964 pessoas, tabela 9.

Tabela 9: Unidades Municipais de Assistência Social - UMAS - Região Noroeste, 2012.			
Nome	Endereço	Bairro	Número de pessoas atendidas
UMAS Finsocial	Rua VF-42, Praça 34, S/N	Vila Finsocial	587
UMAS Mutirão	Rua R, Qd. 31, Lt. 24	Vila Mutirão I	387
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.			

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens, conhecido como Projovem Adolescente, atende jovens entre 15 e 17 anos, com o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária, além de reforçar o vínculo escolar, sobretudo, para atendimento de beneficiários de programas sociais. Os jovens são orientados nos CRAS dos municípios e, no caso específico, nos CRAS Floresta, com o atendimento de cinquenta jovens; CRAS Brisas da Mata, com 35 jovens atendidos; no CRAS Jardim Curitiba II, com setenta e dois jovens atendidos, conforme tabela 10; e 150 jovens, atendidos na unidade conveniada, Entidade Irmão Áureo, localizada no Jardim Nova Esperança.

Tabela 10: Projovem Adolescente Região Noroeste de Goiânia, 2012.			
Unidades próprias			
Unidades	Número de jovens atendidos	Endereço	Bairro
CRAS Floresta	50	Av. Conquista, Qd. 02, área 04	Bairro Floresta
CRAS Brisas da Mata	35	Rua BM 15 esq. Rua Otávio Lúcio, Qd.09	Brisas da Mata
CRAS Jardim Curitiba II	72	Av. do Povo, Qd. 12-A, Lt. 01/15	Jardim Curitiba II
Projovem Adolescente - Unidades conveniadas - Goiânia			
Unidades	Número de jovens atendidos	Endereço	Bairro
Entidade Irmão Áureo	150	Rua Dom Pedro II, Qd 176, Lt 10	Jardim Nova Esperança
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.			

Também são atendidos nos CRAS e UMAS as crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esse programa reúne diferentes ações, a exemplo do acompanhamento familiar, serviços sociais e assistenciais e monitoramento dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, com o objetivo de enfrentar o trabalho precoce, exceto nos casos de menores aprendizes, e assegurar a manutenção dos estudos. Em um ano foram atendidos cem jovens no CRAS Floresta, setenta jovens no CRAS Curitiba II e sessenta jovens na UMAS Finsocial, nas unidades próprias, quadro 8. Na tabela 11, identificamos as unidades conveniadas que atendem ao PETI. Na Associação Beija Flor, no Bairro da Vitória, foram atendidos 240 jovens, e trezentos foram atendidos no Bairro Jardim Liberdade, na Unidade Obras Sociais, do Centro Espírita Irmão Áureo.

Tabela 11 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Região Noroeste, 2012.			
Unidades próprias			
Unidades	Número de jovens atendidos	Endereço	Bairro
CRAS Floresta	100	Av. Conquista Qd 02, área 04	Bairro Floresta
CRAS Curitiba II	70	Av. do Povo Qd. 12-A Lt 01/15	Jardim Curitiba II
UMAS Finsocial	60	Rua VF 42, Praça 34 S/N	Vila Finsocial

Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.

Na tabela 12, estão detalhados os dados das entidades assistenciais da Região Noroeste registradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo (Osceia) estão localizadas no Jardim Nova Esperança, há mais trinta anos na Região. A Associação Beija Flor atende as crianças e adolescentes na Paróquia Nossa Senhora da Libertação no Bairro da Vitória.

Tabela 12: Entidades Assistenciais Região Noroeste de Goiânia, 2012.		
Entidade	Endereço	Bairro
Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo – Osceia	Rua Dom Pedro II, Qd. 176, Lt. 10	Jardim Nova Esperança
Associação Beija Flor	Rua A-04 Qd. Especial 26-A, Lts. 01 e 02	Bairro da Vitória
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.		

O Programa Segundo Tempo é um programa do governo federal que objetiva oportunizar a prática e a cultura do esporte como forma de melhorar a qualidade de vida, principalmente, nas famílias consideradas em vulnerabilidade social. Em parceria com o município de Goiânia, o Programa Segundo Tempo possui três núcleos no Clube do Povo, no Setor Alto do Vale, quatro unidades no CRAS Curitiba, duas unidades no Jardim Liberdade e uma unidade nos bairros São Domingos, Conjunto Primavera, Vila Mutirão e Vila Finsocial, tabela 13.

Tabela 13- Lista de Núcleos do Programa Segundo Tempo Região Noroeste de Goiânia, 2012.		
Núcleo	Quantidade de Núcleos	Bairro
Núcleo Clube do Povo	3 (I, II e III)	Setor Alto do Vale
Núcleo CRAS Jardim Curitiba	4 (A, B, C e D)	Jardim Curitiba II
Núcleo Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida	1	Bairro São Domingos
Núcleo Escola Municipal São José	1	Conjunto Primavera
Jardim Liberdade	2 (I e II)	Jardim Liberdade
Núcleo UMAS Vila Mutirão	1	Vila Mutirão
Núcleo UMAS Finsocial	1	Vila Finsocial
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.		

Os Centros de Atenção Integrada à Saúde (CAIS) são unidades de atendimento de urgência e emergência 24h vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). As Unidades de Atenção Básica à Saúde da Família (UABSF) são unidades de saúde vinculadas ao Programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde, em que as famílias são atendidas nos bairros onde moram⁵¹. Em Goiânia, estão distribuídas em Distritos Sanitários e um dos maiores é o Noroeste tanto em tamanho quanto em atendimento⁵².

No Distrito Sanitário Noroeste, são três CAIS, localizados nos setores Cândida de Moraes, Finsocial e Jardim Curitiba, e dezesseis UABSF, localizadas Bairro Floresta, Bairro São Carlos, Barravento, Brisas da Mata, Jardim Curitiba I, II e III, Jardim

⁵¹ O Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira, o HUGOL, foi inaugurado em julho de 2015 no Km 05 da GO-070 na saída para o município de Inhumas na entrada da Região Noroeste. Com uma área construída de mais de 71 m² disponibilizará leitos normais, de unidade de terapia intensiva neonatal, pediátrica e para atendimento de queimados, além das enfermarias. Estima-se que o hospital atenda mil pessoas por dia. O hospital proporcionará um atendimento especializado mais facilitado às famílias da Região Noroeste que não contava com especialidades médicas nas proximidades.

⁵² De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e com referência no número de funcionários para o atendimento quanto pela quantidade de população da Região Noroeste.

Primavera, Morada do Sol, Novo Planalto, Parque Tremendão, Estrela D'Álva, Recanto do Bosque, Vila Finsocial e Vila Mutirão, conforme se observa na tabela 14.

Tabela 14 - Unidades de Saúde do Distrito Sanitário Noroeste, 2012.	
Nome	Bairro
Cais Cândida De Moraes	Setor Cândida de Moraes
Cais Do Finsocial	Vila Finsocial
Cais Do Jardim Curitiba	Jardim Curitiba II
Maternidade Nascer Cidadão	Jardim Curitiba III
UABSF- B. Floresta	Bairro Floresta
UABSF- B. Da Vitória	Bairro da Vitória
UABSF- B. São Carlos	Bairro São Carlos
UABSF- Barravento	Setor Barravento
UABSF- Boa Vista	Bairro Boa Vista
UABSF- Brisas Da Mata	Residencial Brisas da Mata
UABSF- Jardim Curitiba II	Jardim Curitiba II
UABSF- Jardim Curitiba III	Jardim Curitiba III
UABSF- Jardim Primavera	Jardim Primavera
UABSF- Morada Do Sol	Setor Morada do Sol
UABSF- Novo Planalto	Setor Novo Planalto
UABSF- Parque Tremendão	Parque Tremendão
UABSF- Setor Estrela Dalva	Setor Estrela Dalva
UABSF- Setor Recanto Do Bosque	Setor Recanto do Bosque
UABSF- Vila Finsocial	Vila Finsocial
UABSF- Vila Mutirão	Vila Mutirão
Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia (2012). Organização da autora desta dissertação.	

Assim completamos o cenário necessário para compreender a dinâmica da Região Noroeste em 2010, que contribuirá para o capítulo a seguir com o diagnóstico das características da população e discussão sobre a nova classe trabalhadora.

Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Reflexões e
diagnóstico da Região Noroeste em 2010

3.1 Nova classe média: descortinando o Conceito

Nos últimos anos, o Brasil passou por intensas mudanças sociais e econômicas, observando-se a migração entre classes sociais, que demandou um estudo específico e nomenclatura própria: a nova classe média. Associada ao crescimento da renda e da redução da extrema pobreza num curto intervalo de tempo, o estudo apontou uma redução na diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres. Contudo, esse fato não indica que a renda dos mais ricos deixou de crescer, mas que houve um aumento mais modesto que em décadas anteriores. Quando observamos a renda das classes C, D e E, sobretudo da classe C, percebemos um alto crescimento que parece não ter precedentes na história brasileira, principalmente entre os anos 2004 e 2008, segundo a FGV (2010). Segundo dados de Brasil (2012, p. 10):

Entre 2003 e 2010 foram criados 14 milhões de empregos formais e o salário médio do trabalhador expandiu-se aproximadamente 20%. Como consequência, mais de 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média. A expansão desse grupo está promovendo uma revolução no padrão de consumo brasileiro e conhecer o perfil e os anseios dessa parte da população é essencial para a definição das políticas públicas e das estratégias das empresas industriais.

Para entender essa nova configuração, não bastou somente descrever as modificações, mas houve a necessidade de definir os limites em números para a compreensão da nova classe e, a partir desse momento, dimensionar o tamanho dela, elementos estes que subsidiarão também a análise das questões sociais. Em geral, a nova classe média caracteriza-se pelo fato de a população deixar de se preocupar com as questões fundamentais da pobreza absoluta, ou seja, aquela caracterizada pelo analfabetismo, o alto índice de mortalidade infantil, a baixa expectativa de vida e, principalmente, os elementos da fome, como a subnutrição, e passa a solicitar ações que garantam a sua permanência no patamar conquistado, conforme estudo da FGV (2010).

Uma categorização da classe para delimitação do novo grupo permitiria unificar a análise, a fim de compreender a renda, o consumo e as características da família da nova classe. Essa categorização se iniciou com a Portaria Ministerial n. 61 de 27, de setembro de 2011, pela qual foi criado um grupo de trabalho organizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), que passou a se reunir semestralmente, a partir de novembro do mesmo ano, objetivando a identificação da nova

classe média a partir de uma conceituação sólida, além de testar essa solidez e aplicabilidade da análise, de acordo com Brasil (2012).

Buscamos compreender a concepção de classe social para melhor analisar os dados apontados no estudo. Com o objetivo de entender as mudanças ocorridas na Europa, Marx elabora a teoria das classes, segundo Giddens (1973). Ainda segundo Giddens (1973) na teoria de Marx "[...] a sociedade de classes é o produto de uma sequência determinada de mudanças históricas" (GIDDENS, 1973, p. 28) e há uma relação dos agrupamentos sociais com os meios de produção, ou seja, "[...] as classes nunca são, no sentido de Marx, grupos de renda". (GIDDENS, 1973, p. 31). Feitos os esclarecimentos, ressaltamos que, nos estudos abordados nesta dissertação, é utilizada a expressão "classes sociais", mas, na verdade, o termo mais adequado seria "classes de rendimento"⁵³, vista a reflexão de Marx.

Para Souza e Lamounier (2010), o conceito de classe está ligado à visão marxista, que se refere a um grupo estruturalmente bem-definido e delimitado, em que há projetos sociais diferentes de outros grupos. Já na interpretação "weberiana", a classe social se atém a características que podem ser mensuradas, como a renda, ocupação, educação. Para os autores Souza e Lamounier (2010), a educação é um dos critérios objetivos de uma classe. Ainda segundo o autor, o processo de mobilidade social está vinculado a três fatores: econômicos, recursos "weberianos" e redes sociais, valores e recursos políticos.

Quanto aos fatores econômicos, há três pontos de dúvidas: um deles ligado à distribuição de renda no país, considerado um dos piores exemplos no mundo; outro ligado à ausência de reformas tributárias e trabalhistas, por exemplo, que dificilmente corroborará com a diminuição das diferenças no país; e a ligação da mobilidade da classe ao fator renda e não aos seus padrões de organização ou desempenho na produção. Os recursos "weberianos" são aqueles relacionados à educação, empreendedorismo e o trabalho. Um problema apontado pelo autor é a vinculação da situação atual à herança histórica, ligação da ação subjetiva e não das políticas públicas aos fatores sociais e, quanto ao empreendedorismo, dois pontos são suscitados: um ligado à política tributária, excessiva desde sua carga de tributos e outro à limitação de conhecimento técnico.

⁵³ Nesta dissertação, não há uma reflexão sobre classes sociais observadas em Goiânia, mas sim sobre como as mudanças socioeconômicas possibilitaram um estudo a nível nacional de uma nova classe média e como esses parâmetros são observados na Região Noroeste. Julgamos necessária uma reflexão conceitual para nos posicionar frente ao debate.

A renda também é um critério usado para definir as classes nos estudos, mas é necessário observar como ela sofre modificações no decorrer do tempo. A definição da classe mediante a renda pode ser controverso, atendo-se ao potencial de consumo e nem sempre aos rendimentos em si. Pode ser classificada pelo acesso aos bens de consumo, número de banheiros nos domicílios, quantidade de empregados domésticos e pelo grau de instrução dos chefes de família. A ocupação também é levada em consideração e auxilia o entendimento das diferenças entre as classes, visto que está relacionada aos demais critérios, como a educação, por exemplo, além de definir a renda da família. No estudo, foi identificado que não haveria possibilidade de avaliar os avanços longitudinais, ou seja, conhecer quem retornou à pobreza ou quem ascendeu à classe alta, mas sim os dados latitudinais, como o comportamento, a expansão e o alargamento do centro da pirâmide social.

A renda foi utilizada como indicador importante na análise, mesmo havendo outros, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que possui evidentes vantagens por levar muitos outros elementos em consideração⁵⁴. O uso da renda foi justificado, pois, a partir dela, é possível compreender o acesso a outros elementos. As questões de bem-estar social, a qualidade de vida e o debate sobre renda total e *per capita* são questionamentos inerentes ao estudo. A renda total não leva em consideração a quantidade de membros da família e a renda *per capita* não permitiria compreender as diferentes necessidades de cada membro da família, dificultando, assim, uma análise mais precisa. Questiona-se também o uso da renda real, sem contabilizar os impostos ou o oposto com a renda bruta. Optou-se pela adoção do critério renda *per capita*, como o adotado no Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Explica-se melhor:

Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças. Ou ser beneficiado pela renda do cônjuge que oferece um seguro social de natureza familiar. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. FGV, 2010, p. 85)

Ademais, há que se destacar que o conceito adotado refere-se ao momento histórico que o país vive. Assim, após definir a classe, o importante é compreender as questões

⁵⁴ O cálculo do IDH leva em consideração dados de saúde, educação e renda. São exemplos de variáveis envolvidas no índice: expectativa de vida, mortalidade infantil, escolarização e Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

ligadas ao bem-estar social. No estudo de Brasil (2012), termo "classe social"⁵⁵ é também considerado um conceito inadequado por diferentes motivos, dentre eles, a incapacidade da utilização do termo devido à multiplicidade de caminhos para que haja a ascensão social, bem como à heterogeneidade do grupo e às diferenças entre os grupos (os pré-existentes e recentes). A análise do estudo se baseou então nas diferenças entre a classe média tradicional e o grupo de emergentes atribuído à nova classe média. Uma unanimidade nas teorias e pesquisas sobre o tema atribuiu a ascensão do grupo de "emergente" aos reajustes do salário mínimo, ao aumento dos postos de trabalho formais e aos programas sociais implantados a partir do ano de 2002, segundo Souza (2010).

3.2 Nova classe média: a fábula e a perversidade⁵⁶

A estimativa percentual do tamanho da nova classe média em 2012 era de 53% do total da população, pouco mais de 104 milhões de pessoas, segundo Brasil (2012). Ao analisarmos o crescimento populacional brasileiro, percebemos que ele foi inferior ao crescimento da nova classe média. Assim, entre 2002 e 2012, quando os estudos foram realizados, a nova classe média cresceu 15%, passando de 38% para 53%, segundo dados de Brasil (2012, p. 12). De acordo com esses dados, parte do crescimento da classe média deve-se ao crescimento natural, mas cerca de 80% do aumento está ligado à renda. O principal critério estabelecido pelo Governo Federal para organizar o estudo foi a vulnerabilidade social ligada à pobreza e, para isso, definiu em números os valores da renda:

Segundo esse critério, foram considerados pertencentes à classe baixa todos aqueles com alta probabilidade de permanecer ou passar a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias

⁵⁵ Ressaltamos que o uso de "classes sociais" nesta pesquisa tem referência às discussões acerca da nova classe média e refere-se, na verdade, a faixas salariais.

⁵⁶ Nos tópicos que se seguem, adotamos termos "fábula" e "perversidade" como referência ao livro *Por uma outra globalização*, de Milton Santos. A expressão "fábula" é apresentada por Santos (2001, p. 18) no subtítulo da introdução do livro em questão e trata-se de uma expressão que retrata a ideologia que após repetidas vezes torna-se uma "verdade", ou uma "meia-verdade" como afirma Souza (2010). No livro o termo se refere à globalização e nesta dissertação refere-se à "nova classe média". Como "perversidade", termo também utilizado no subtítulo da introdução do livro, Santos (2001, p. 19) apresenta as mazelas sociais relacionadas à globalização e nesta pesquisa refere-se a "nova classe trabalhadora".

com renda per capita inferior a R\$291 por mês. Foram considerados pertencentes à classe média todos aqueles com baixa probabilidade de passarem a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias com renda per capita entre R\$291 e R\$1.019 por mês. Por fim, foram considerados pertencentes à classe alta todos aqueles com probabilidade irrisória de passarem a ser pobres no futuro próximo; seriam aqueles em famílias com nível de renda per capita acima de R\$1.019 por mês. (BRASIL, 2012, p.12).

O crescimento da nova classe não implica uma redução da disparidade, explicada pela classe intermediária, entre os pobres e a classe média⁵⁷. Os considerados vulneráveis recebiam R\$ 162 *per capita* bem abaixo do valor de R\$ 291 *per capita* do grupo considerado como nova classe média definido no estudo. Em suma, entre 2002 e 2012, 21% da população ascendeu à classe média, originária da classe baixa, e 6% ascenderam à classe alta, perfazendo 15% no aumento da classe média. Outra reflexão é o valor de R\$ 291 *per capita*. Em números definidos também pelo estudo da FGV (2010), a classe A cresceu 0,18% no ano de 2010, que corresponde a 106,5 mil pessoas; a classe B, com renda familiar entre R\$ 4.854 e R\$ 6.329, cresceu 3,5%; a classe C, com renda familiar entre R\$ 1.126 e R\$ 4.854, aumentou em 35,34%; a classe D, com renda familiar entre de R\$ 705 a R\$ 1.125, reduziu 3% e a classe E, com renda familiar até R\$ 705, reduziu 4,32%.

Quanto ao trabalho formal, 61% da população da classe média é economicamente ativa, acima do percentual da população em geral. A classe média possui 36% da renda do país e 38% do consumo das famílias. Além disso, a renda desse grupo aumentou cerca de 3,5%, enquanto a renda média brasileira aumentou 2,4%, segundo Brasil (2012). A maioria é moradora da área urbana e está lotada, principalmente, nos setores da indústria e comércio. Há, ainda, o debate da transferência pública de recursos às famílias brasileiras, além do Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a previdência rural. São determinantes para o crescimento da classe segundo Brasil (2012, p. 52):

1. Redução na razão de dependência: significa a diminuição no número de nascimentos e, conseqüentemente, o aumento na quantidade de adultos no grupo familiar. Leva em consideração o percentual crescente da população economicamente ativa, a conseqüência é o aumento da renda familiar.

⁵⁷ Apesar dessa afirmação as fábulas estatísticas afirmam que há uma redução na desigualdade da renda das famílias. “A desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79% por ano” (FGV, 2010, p. 10).

2. Aumento das transferências públicas: significa a crescente quantidade de recursos destinados aos programas de redistribuição de renda, acesso ao benefício e consequente melhoria na renda e nas condições de vida da família brasileira.
3. Expansão do acesso ao trabalho: o número de desempregados no país demonstra uma tendência de decréscimo, principalmente, devido ao aumento da escolaridade e consequente acesso à educação pública.
4. Crescimento na produtividade do trabalho, que é mensurada pela remuneração do pessoal ocupado.

Pochmann (2012) apresenta, de forma mais sistematizada, o cenário do país e das modificações sociais em três dimensões. A primeira ocorreu entre 1960 e 1980 com o aumento da renda *per capita*, o crescimento do país em torno de 4,6% ao ano, aumento dos postos de trabalho formal e redução da pobreza, principalmente. O segundo momento aconteceu entre 1981 e 2003, com as mudanças percebidas após a Ditadura Militar, em que houve uma retração no crescimento, aumento das desigualdades na renda percebida pelos trabalhadores. O terceiro momento abordado pelo autor refere-se ao intervalo de 2004 e 2010, em que houve intensas mudanças:

Desde o ano de 2004 verifica-se a manifestação de uma terceira dimensão nas mudanças sociais. De maneira geral, constata-se que, entre 2004 e 2010, a renda per capita dos brasileiros cresceu a uma média anual de 3,3%, ao passo que o índice da situação geral do trabalho cresceu em média 5,5% ao ano. Além disso, observa-se que a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8%, e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho reduziu-se em 10,7%. Com isso, a prevalência do regime democrático tem sido contemporânea da maior expansão do crescimento econômico com melhoras sociais significativas, o que ressalta a singularidade da transformação social atual (POCHMANN, 2012, p. 13).

Para compreender o período de surgimento do termo “nova classe média”, Ricci (2010) afirma ser necessária a discussão dos programas sociais de distribuição de renda. O Programa Fome Zero⁵⁸ foi um desses programas composto por diferentes benefícios sociais para a alimentação, cestas básicas, restaurantes populares, criação de postos artesanais e distribuição de leite. Inicialmente, o projeto possuía três dimensões: políticas estruturais de geração de emprego e renda, políticas específicas de combate à fome e políticas destinadas a pequenas e médias cidades, às metrópoles e ao campo. Houve a fusão do Ministério da Segurança Alimentar com o Ministério de Assistência Social, assim como

⁵⁸ O Programa Fome Zero é um programa do governo federal criado em 2003 com o objetivo de propor ações para erradicar a pobreza e a fome no país.

a fusão das diferentes bolsas (o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás) em um único benefício: o Bolsa- Família⁵⁹.

De acordo com dados da FGV (2010), a classe C possuía renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, as classes B e A superiores a esse valor, a classe D entre R\$ 768 e R\$ 1.064 e a classe E abaixo de R\$ 768 em 2010, ano da publicação do livro. São destaques quando se referem às condições de ascensão e de consumo: a redução da fecundidade, os casamentos tardios, o aquecimento do mercado imobiliário, o aquecimento do mercado de bens de consumo, o aumento da esperança de vida, a valorização dos estudos, redução nas taxas de analfabetismo e o aumento da renda.

No início da implantação dos programas de distribuição de renda, almejava-se intensificar o crescimento do país com esforço para reduzir a quantidade de pessoas que viviam na pobreza. Atualmente, de acordo com Brasil (2012), as demandas mudaram e os investimentos precisam acompanhar essa lógica. De acordo com estudos de Ventura (2010) um número cada vez maior de pessoas das classes C, D e E entram no mercado de consumo e as explicações atribuídas a esse processo são:

A aceleração do crescimento econômico, o controle da inflação, a ampliação do crédito, a elevação da renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de renda estão reproduzindo no Brasil um fenômeno típico de sociedades avançadas: a criação de um mercado consumidor de massa, forte e cada vez mais complexo. Com isso, milhões de brasileiros têm aproveitado este bom momento da economia para ingressar na economia de mercado e experimentar, pela primeira vez, os benefícios do consumo (VENTURA, 2010, p. 4).

O acesso à casa própria e ao trabalho mais bem- remunerado também deve ser analisado. Algumas explicações para o comportamento da nova classe média estão em uma maior disponibilidade de recursos financeiros e o aumento na exigência da qualidade dos serviços que lhes são oferecidos frente à ineficácia do serviço público disponibilizado para os mais pobres. Podemos destacar também o aumento de planos direcionados à população da nova classe média. Esse fenômeno pode ser observado no aumento do consumo de serviços de telefonia fixa, móvel e televisão a cabo, como percebido nos estudos da FGV (2010). Nos estudos de Pomar (2013), houve um esforço em definir a nova classe, as expectativas e seu peculiar aumento no padrão de compra:

⁵⁹ O Bolsa-Família tem ligação com o Ministério do Desenvolvimento Social e constitui-se como uma ação de transferência de renda a famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Foi criado mediante a Lei n. 10.836 de 2004 e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 2004.

Essa classe C seria bastante heterogênea, formada por pessoas que subiram na vida e que esperam continuar subindo. Seria uma classe positiva com relação ao seu futuro, mais até do que o futuro do próprio país, com capacidade de exportar gente para a classe AB. Por suas estimativas, em 2014, mais de 74% da população brasileira, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deverão estar nas classes ABC. Tendo como grande símbolo o emprego com carteira assinada, essa nova classe média teria triplicado o consumo de produtos e turismo, diárias de hotéis e passagens aéreas. E, desde 2003, seus produtos de maior consumo teriam sido os materiais de escritório e artigos de comunicação e informática, mostrando que sua grande demanda seriam os serviços produtivos que permitam a seus membros continuarem subindo na vida (POMAR, 2013, p. 6).

Quanto à moradia, o número de famílias que tiveram acesso a esse direito é crescente no país, principalmente, a partir de um programa chamado Minha Casa Minha Vida, como dissemos. A principal diferença entre as moradias de alta e baixa renda pode ser mensurada pela localização dos imóveis, número de cômodos, quantidade de pessoas por cômodos e as características do entorno dos domicílios. Quanto maior a renda da família, melhores as condições das residências e menor a quantidade de pessoas/cômodo e, na outra extremidade, quanto menor a renda, mais precárias são as condições do entorno dos domicílios e maior a quantidade de pessoas/cômodo.

Em suma, a qualidade da construção, do acesso aos serviços públicos e as condições de moradia podem ser entendidas em relação à renda. Após a aquisição da casa própria, o próximo passo, além do pagamento das parcelas do financiamento, é a ampliação ou reformas para adequar a moradia às necessidades da família. Quando essas parecem não atender às exigências da família e a renda é favorável ao financiamento e às novas oportunidades e disponibilidades de empreendimentos imobiliários, o passo seguinte é a busca de uma moradia melhor. O melhor, nesse caso, pode ser entendido como uma outra localização, que propicie mais acesso a serviços públicos e particulares, questões ambientais favoráveis, proximidade a parques, bosques e praças estruturadas e constantemente reformadas, moradias com uma qualidade e/ou quantidade de cômodo adequada às novas prioridades da família.

Em meio a tantos números que dão conta de um país onde as desigualdades mostram-se cada vez menores, há autores que nos auxiliam na compreensão da perversidade do fenômeno. No mesmo estudo do Governo Federal, há duas explicações pertinentes em relação à redução da pobreza e ao aumento de famílias ascendentes à classe média:

Em primeiro lugar, existe uma classe intermediária entre os pobres e a classe média. Trata-se do grupo que denominamos vulneráveis. São aqueles que vivem em famílias com renda acima da linha oficial de pobreza (R\$162 per capita),

porém abaixo do limite inferior para ingressar na classe média (R\$291 per capita). Dessa forma, reduções na pobreza que se limitem a expandir o grupo de vulneráveis não terão impacto algum sobre o tamanho da classe média. Em segundo lugar, deve-se lembrar que o tamanho da classe média também é influenciado pela desejável ascensão de parte de seus membros à classe alta. Assim, deve-se reconhecer que a evolução do tamanho da classe média é o resultado líquido da diferença entre o número de pessoas que ascenderam da classe baixa (pobres e vulneráveis) para a média e o número de pessoas que ascenderam da classe média para a alta (BRASIL, 2012, p. 14).

Para Souza (2010), há duas análises atuais pertinentes: uma diz que cerca de 30 milhões de pessoas que adentraram no mercado de consumo teriam transformado o país num local menos desigual; e a segunda é pautada numa pesquisa teórica e empírica que, para o autor, não passa de questões ideológicas e trata-se de "meias verdades". O autor discorre sobre o fato de que a imprensa brasileira frequentemente trata do assunto:

Quem é essa nova classe de emergentes? São, pelo menos, 30 milhões de brasileiros que adentraram o mercado de consumo por esforço próprio, os quais são o melhor exemplo da nova 'autoconfiança' brasileira dentro e fora do Brasil. Mas não apenas isso. Eles seriam uma nova 'classe média', que está transformando o Brasil no país moderno e de 'primeiro mundo' que foi e é o maior sonho coletivo de seu povo desde a independência política em 1822. (SOUZA, 2010, p. 20)

O autor esclarece que a ascensão dos grupos de baixa renda não reduziu as desigualdades e contradições sociais e, pior, não se trata de mudanças reais. Ao se legitimar esse cenário, pautando no poder de compra ou na renda e excluindo as desigualdades, contradições e as análises transversais da vida em relação às classes sociais, ocorre, para ele, uma violência simbólica⁶⁰ principalmente com fábulas dos números e matérias dos jornais:

Nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é mentira. Mas as 'mentiras' da ideologia e da violência simbólica dominante não são simples mentiras e sim 'meias-verdades'. Elas são também verdade porque de algum modo se referem a mudanças reais. São mentira, por outro lado, porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições. Sua função não é esclarecer o que acontece, mas reforçar o domínio do novo tipo de capitalismo que tomou o Brasil, e o corpo e a alma de toda a população (SOUZA, 2010, p. 21).

⁶⁰ O termo foi elaborado por Pierre Bourdieu, referindo-se à dominação de uma classe em relação a outra onde a classe "dominante" é considerada "cega". Na leitura de Vale (2007), "Bourdieu nomeia não apenas os responsáveis pela eficiência dos mecanismos de reprodução social, mas também os que considera como cegos: primeiramente os homens políticos, que não sabem intervir na sociedade e contribuem para transformá-la no pior; em seguida, a mídia, que acaba por descrever ou colocar em cena menos a realidade social do que seu olhar miserável sobre ela. Os políticos não estão preparados para discutir os problemas sociais e quando o fazem é tarde demais: tudo se decide nos bastidores das comissões e dos comitês, longe dos cidadãos. A mídia, assim como o fazem outros grupos dominantes, tenta impor sua representação subjetiva como representação coletiva." (VALLE, 2007, p. 128)

A cegueira social⁶¹, que antes invisibilizava os sujeitos e suas mazelas, agora oculta as contradições, desigualdades e distanciamentos. O autor defende que, quando se diz que boa parte do jovem brasileiro entre catorze e vinte e cinco anos morre violentamente, na realidade, quer-se dizer que sua totalidade é de uma única classe, que ele chama de "ralé" estrutural⁶²:

É essa classe social que designamos neste livro de 'ralé' estrutural, não para 'ofender' essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, 'consentido por toda a sociedade', de toda uma classe de indivíduos 'precarizados' que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de 'indivíduos' carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como 'violência', 'segurança pública', 'problema da escola pública', 'carência da saúde pública', 'combate à fome' etc (SOUZA, 2009, p. 25).

O autor explica ainda que há atualmente uma ascensão da mulher no mercado de trabalho e ela tem seu espaço conquistado a cada dia, mas não deixa claro que quase a maioria delas são da classe média ou alta, e não da base da pirâmide. Mesmo invisível e, por vezes, não reflexiva, a identificação de classe refere-se aos mais ou menos favoráveis na sociedade. Mas como lidar com o crescimento da renda atribuída à nova classe média nas últimas décadas?

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração; embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros, ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período. (POCHMANN, 2012, p. 20-21).

Para Souza (2010), a classe de emergentes teria uma herança desfavorável⁶³ e sua ascensão é, na verdade, um mérito individual, já que qualquer propriedade ou bem necessita ser adquirido, e não herdado. Essa afirmação é corroborada por Pochmann

⁶¹ A cegueira social aqui abordada refere-se ao termo "violência simbólica" e implica a negação das desigualdades ou mesmo a não visualização das mazelas sociais.

⁶² Souza (2010) justifica que o nome "ralé estrutural" não denota uma discriminação, mas é provocativo e caracteriza o grupo cujo abandono social e político gerou uma precarização histórica.

⁶³ Por herança desfavorável o autor afirma que os descendentes das classes mais altas recebem apoio, sobretudo financeiro, para iniciar a vida quando são maiores de idade, fato não observado nas classes populares ou, pelo menos, pouco percebido nos estudos do autor.

(2012), quando afirma que a superação da pobreza deu-se pelos próprios trabalhadores e sobretudo pelo aumento dos postos de trabalho formal ligados ao setor terciário. Para Souza (2010), o capital cultural é um dos fatores a se destacar quando falamos em apropriação diferencial, pois as classes mais vulneráveis têm menos acesso às atividades culturais da cidade em comparação às famílias de classes de rendimento maiores. O autor questiona a escolha do critério renda e do padrão de consumo para definir o grupo em questão que, para ele, na verdade, trata-se de um grupo que está entre a ralé e a classe média e alta, preferindo chamar os emergentes de "nova classe trabalhadora brasileira" ou "classe trabalhadora renovada". Concordando com essa reflexão, Pochmann (2012, p. 11) explica:

O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média. Talvez não seja bem um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil. Ou seja, o fortalecimento dos planos privados de saúde, educação, assistência e previdência, entre outros. Nesse sentido, não se apresentaria isolada a simultânea ação propagandista desvalorizadora dos serviços públicos (Sistema Único de Saúde, a educação e a previdência social).

Reacende-se, assim, o debate lançado sobre a demanda das classes sociais. O aumento de pessoas pertencentes a uma possível classe média não justificaria mais um crescente investimento em setores públicos, como saúde e educação, com a explicação de que o cenário mudou e que essa população direcionou seus olhares para os setores privados. Assim, o termo "nova classe média" expressa uma ideia confiança absoluta e pretende esconder contradições e dualidades importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um sistema financeiro apenas positivo, sem defeitos. Pochmann (2012) esclarece que o fato de se caracterizar uma nova classe, principalmente, a classe média ocorre em outros lugares do globo, sobretudo em países periféricos como forma de atender a uma política internacional e afirma:

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, 2012, p.10).

O crescimento econômico observado no período de surgimento do termo da nova classe é justificado por Pochmann (2012):

Essa importante alteração na relação entre rendas do trabalho e da propriedade durante a primeira década de 2000 encontra-se diretamente influenciada pelo impacto na estrutura produtiva provocado pelo retorno do crescimento econômico, após quase duas décadas de regressão neoliberal. O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2012, p. 11).

Para Souza (2010), a ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira a caminho do Primeiro Mundo, já que ela, assim como a Alemanha, os Estados Unidos ou a França, passa a ter uma classe média ampla. É ainda perceptível a relevância dos agrupamentos religiosos na classe C, em razão inversa à faixa de renda, ou seja, quanto maior a renda, maior a participação política, profissional, ecológica e, quanto menor a renda, maior a participação religiosa, estudantil, esportiva e nas associações de bairros, como asseguram Souza e Lamounier (2010, p. 113-114):

Se é certo que o capital social aumenta em função do número de organizações em que as pessoas participam, pode-se indagar se a participação intensa em uma única organização - igreja e templos, no caso - produz idêntico resultado. A questão é particularmente importante no que diz respeito aos segmentos mais pobres e menos escolarizados da população, os quais encontram na religião a principal - e, na maior parte dos casos, a única - esfera de sociabilidade fora da família e da vizinhança imediata (SOUZA E LAMOUNIER, 2010, p. 113-114).

Essa reflexão sobre o capital social e o capital cultural é uma das críticas fundamentais nos estudos sobre a nova classe média. O intenso vínculo da nova classe média com as instituições religiosas e a quase total ausência com vínculos políticos, com organizações de classe e com organizações não governamentais corroboram com as tentativas de descaracterizar o grupo como ascendente. Além disso, o capital cultural demonstrado número de concluintes da educação superior, pela participação em eventos, como o teatro, por exemplo, questiona o termo nova classe média e a classe média tradicional, de acordo com Souza e Lamounier (2010). Longe de esgotar a temática, neste trabalho, buscamos compreender que classe ascendente é essa e como a Região Noroeste deixa de ser a localidade mais segregada da cidade e demonstra intensas mudanças, sendo uma representação da nova classe trabalhadora de Goiânia.

CAPÍTULO 4

Região Noroeste: uma representação da nova classe trabalhadora de
Goiânia

4.1 As condições dos domicílios da Região Noroeste em 2010

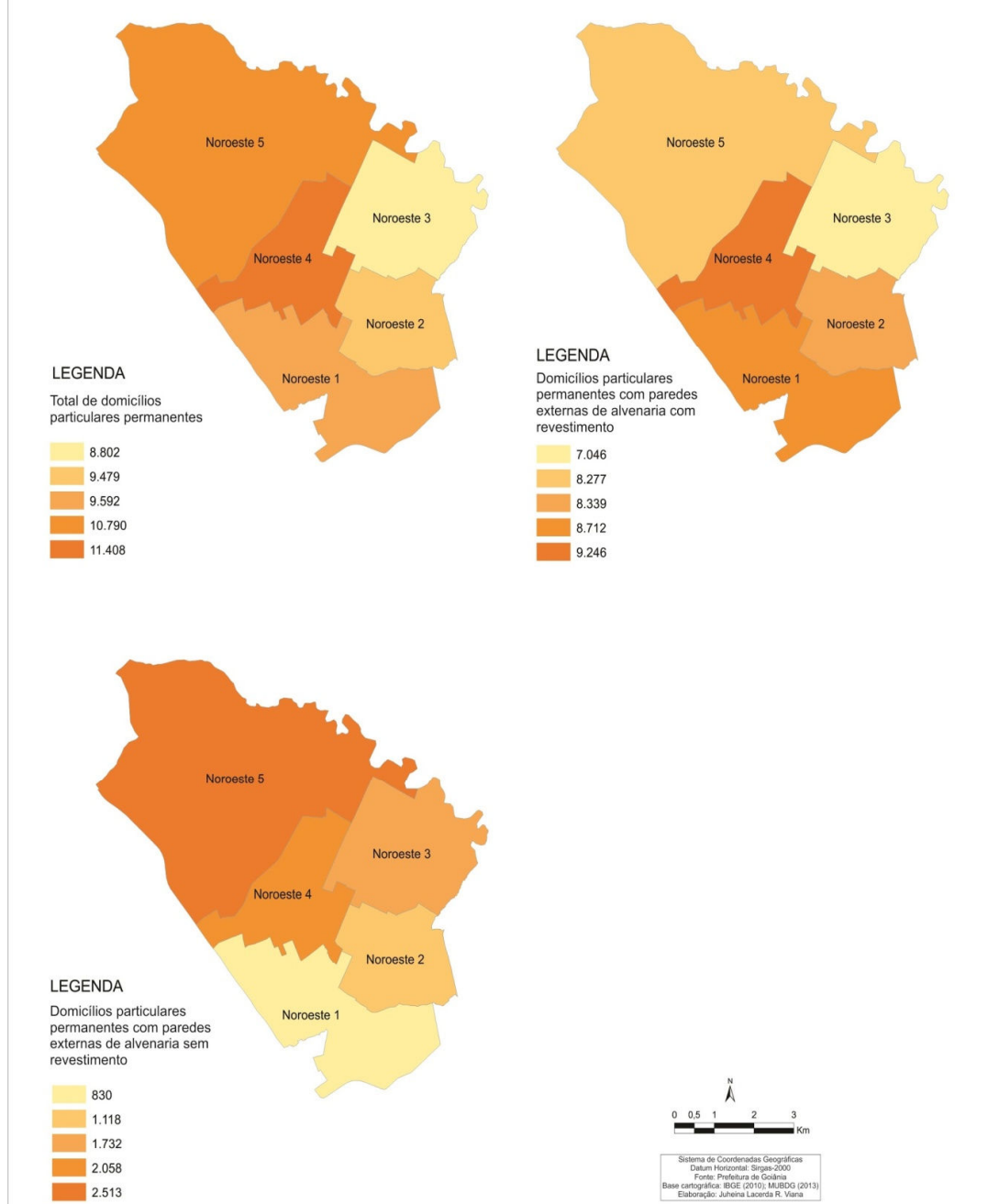
Nesta etapa da pesquisa, discutiremos as modificações socioeconômicas percebidas na Região Noroeste na década de 2010 que fizeram inferir que se trata de uma representação da nova classe trabalhadora. Na análise, destacaremos aspectos relacionados à educação, emprego, deslocamento para o trabalho, renda e consumo de bens duráveis. Para o IBGE (2010), os domicílios são locais que servem para moradia de uma ou mais pessoas e que necessitam ser separados, ou seja, delimitados por paredes, muros, cobertos por um teto e que têm um acesso independente, sem a necessidade de passar por outras moradias.

Em 2010, na Região Noroeste, a grande maioria dos 50.071 domicílios, equivalente a 83,13% do total, era de alvenaria, ou seja, de tijolo com reboco, chapisco ou emboço, de pedra, concreto pré-moldado ou similar, mesmo que 16,48% das moradias, também de tijolo, fossem sem revestimento externo. Há, ainda, domicílios de madeira apropriada para construção em 0,05% dos domicílios; taipa não revestida em outros 0,05% dos domicílios, ou seja, com paredes de barro, cal, areia ou de pau-a-pique sem revestimento; e, ainda, em 0,15% dos domicílios, o material principal era feito de madeira aproveitada de embalagens ou material similar. Não foram encontradas moradias de palha e, em 0,1% dos domicílios, o material não permitiu definição.

A maior concentração dos domicílios particulares permanentes localiza-se na área Noroeste 4, seguida pelas áreas Noroeste 1 e 5. As menores quantidades de domicílios são observadas nas áreas Noroeste 2 e 3. Quanto ao tipo de revestimento externo nos domicílios, nas habitações da área Noroeste 4 foram encontradas mais moradias com revestimento externo seguidas pelas áreas Noroeste 1 e 2, mapa 11. A importância do revestimento externo vai além de uma questão estética. Possibilita o isolamento térmico e acústico, o aumento da impermeabilização interna, resistência na entrada de insetos e pequenos roedores nas moradias, por exemplo⁶⁴.

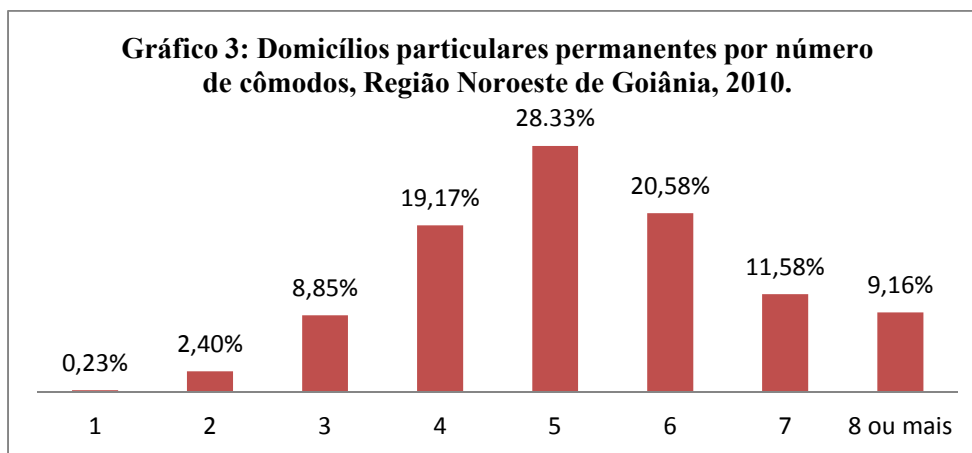
⁶⁴ O revestimento externo das moradias é também um indicativo de maior ou menor renda, ou seja, a presença do revestimento é percebido nos domicílios das famílias com as maiores rendas. Em contrapartida, as moradias sem revestimento externo ou mesmo com material impróprio para construção são encontrados em domicílios com menores rendimentos familiares.

MAPA 11: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR TIPO DE PAREDES EXTERNAS DE ALVENARIA - 2010



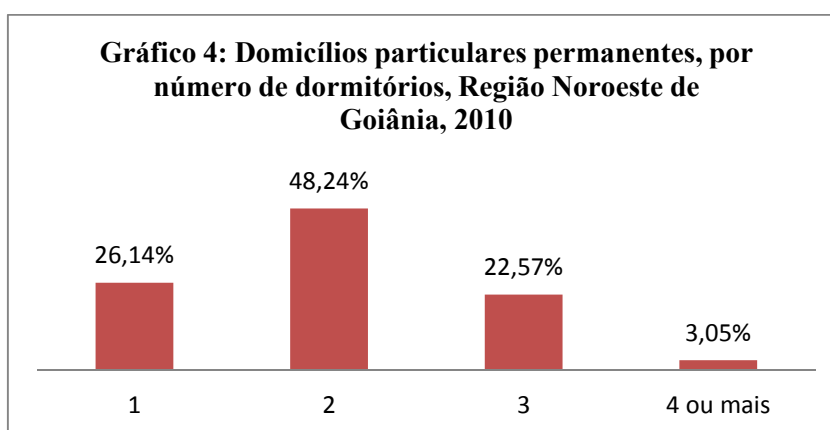
No estudo dos domicílios particulares permanentes, foi identificado o quantitativo de cômodos, que se refere às divisões da moradia feitas por paredes e com teto. São considerados também o banheiro e a cozinha. Não são considerados cômodos: garagem, corredor, varanda aberta ou demais sem finalidades residenciais. A maioria das moradias da Região Noroeste possuía cinco cômodos na configuração de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, bastante comuns inclusive nas habitações populares de programas sociais,

chegando a 68,08% das moradias, entre quatro e seis cômodos, mesmo havendo domicílios com oito ou mais cômodos, 9,16% do total com um ou dois cômodos, 0,23% e 2,40% respectivamente, gráfico 3.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

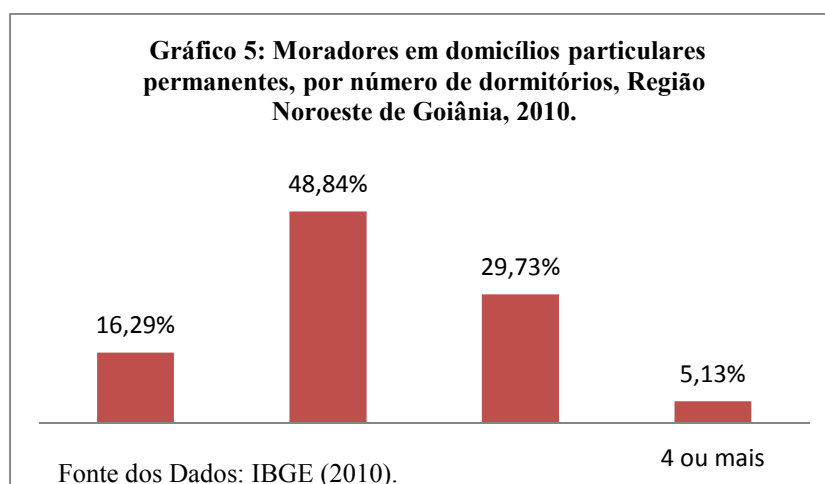
Outra característica das moradias da Região Noroeste é a quantidade de dormitórios. A maioria delas, 48,24%, possuem dois dormitórios, reafirmando a tendência do gráfico 3, seguidos por aquelas com um dormitório (26,14%) e três dormitórios (22,57%) e há um número bem reduzido de domicílios com quatro dormitórios ou mais (3,05%), gráfico 4.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Em consonância com esses dados quase equivalentes, está a quantidade de moradores por dormitórios, sendo maioria com dois moradores, 48,84%, seguido por 29,73% dos domicílios com três moradores por dormitório, apenas um morador por dormitório em 16,29% dos domicílios e 5,13%, com quatro ou mais pessoas por quarto,

gráfico 5. De acordo com Souza e Lamounier (2010), a existência de mais de três pessoas por dormitório indica que há um déficit habitacional que chamaram de adensamento excessivo. Essa condição é observada em mais de trinta por cento de moradias na Região Noroeste.



Quanto ao abastecimento de água, o serviço atendia 99% dos domicílios, e 94,54% deles com água canalizada em pelo menos um cômodo e, na maioria dos casos atendidos pela rede geral de distribuição, 97,70% das moradias com água canalizada em pelo menos um cômodo, e 5,46% dos domicílios com o atendimento em algum ponto do terreno ou propriedade, também atendidos por rede geral de distribuição. Apenas 1% dos domicílios ainda não era atendido por nenhum serviço de água canalizada⁶⁵.

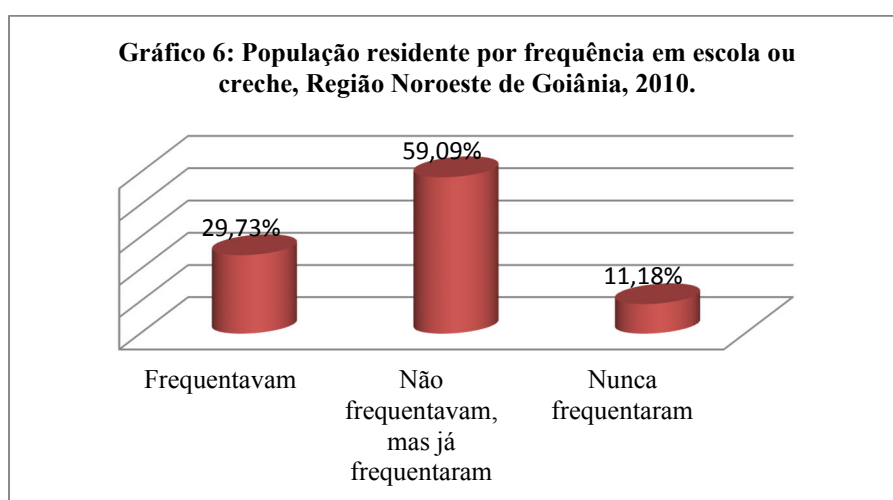
4.2 Aspectos demográficos e de escolaridade da população da Região Noroeste em 2010

Uma das questões importantes a analisar é a escolaridade da população da Região Noroeste, pois de acordo com Souza e Lamounier (2010, p. 14-15):

⁶⁵ Os dados do IBGE (2010) por áreas de ponderação não nos permitiram discutir em números as condições do esgotamento sanitário da Região Noroeste. Mas, levando em consideração dados de CRUZ (2006), somente 1% dos bairros contavam com o serviço. Com investimentos do PAC, BNDES e do Governo do Estado de Goiás a previsão é que nos próximos anos todos os bairros da Região será atendida por rede de esgoto.

A importância da educação decorre, pois, desde logo de sua estreita associação com o leque de ocupações existentes, constituindo fator determinante tanto da ocupação exercida pelos indivíduos no presente como das chances de mobilidade ocupacional de que eles desfrutarão no futuro. No entanto, à maior escolaridade corresponde também maior participação em redes sociais e organizações de todos os tipos e, não menos importante, um nível mais alto de informação [...].

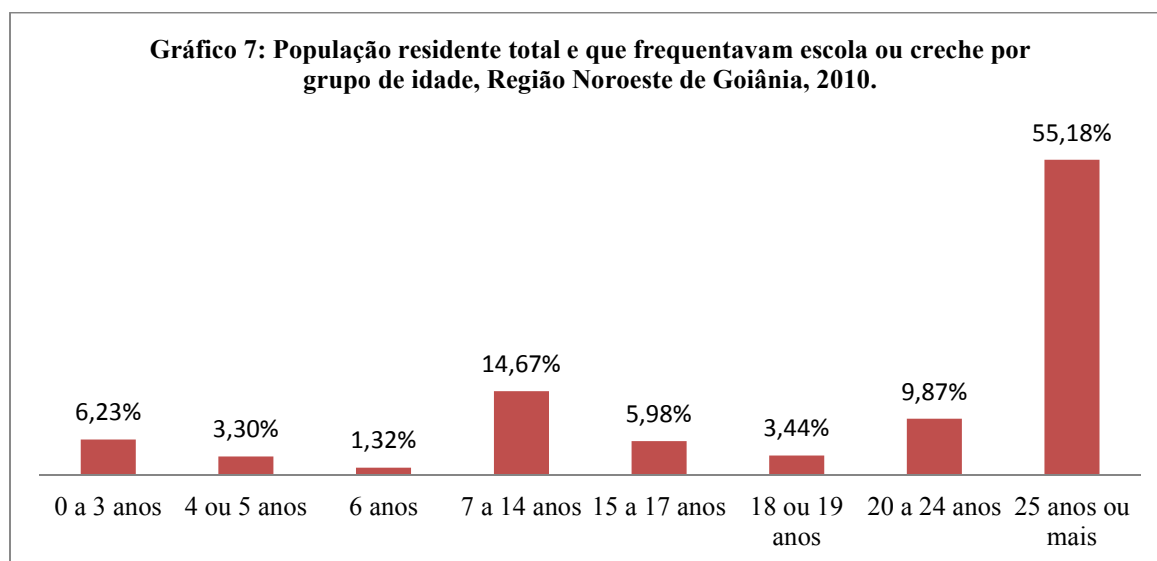
Somente 29,73% da população residente na Região Noroeste em 2010 frequentava a escola ou creche. Nos dados do IBGE (2010), considera-se que, na escola, estão incluídas a pré-escola, as salas de alfabetização, a educação de jovens e adultos, o ensino fundamental, o ensino médio, a graduação, a especialização, mestrado e doutorado. Não foram considerados pertencentes ao grupo escola os cursos profissionalizantes, extensão, superior sequencial, aperfeiçoamento, cursos ministrados via rádio ou televisão, a exemplo de programas como Telecurso 2000 e cursos pré-vestibulares. Nesse sentido, o percentual de alunos que frequentam a escola é destacável frente aos 59,09% daqueles que já frequentaram escola ou creche, além dos 11,18% que nunca frequentaram nenhum curso até 2010, gráfico 6. Esse dado necessita ser observado pelo poder público para que sejam estudadas ações em relação à demanda por educação escolar na Região.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Quando analisamos a população residente pela frequência à creche ou à escola, percebemos um dado importante: a maioria da população da Região Noroeste que frequentava a escola possuía 25 anos ou mais, sendo 55,18% da população. As crianças em idade de frequência nas creches municipais (CMEI's), entre zero e cinco anos, não somam dez por cento do total, pouco mais de quinze mil crianças. Na faixa etária de 6 a 14 anos, idade referente à educação fundamental, que é uma prioridade dos municípios, totalizam-se

15,99%, ou seja, 26.291 crianças e adolescentes. Ademais, 74,47% dos frequentes nas escolas estão acima de quinze anos, gráfico 7.

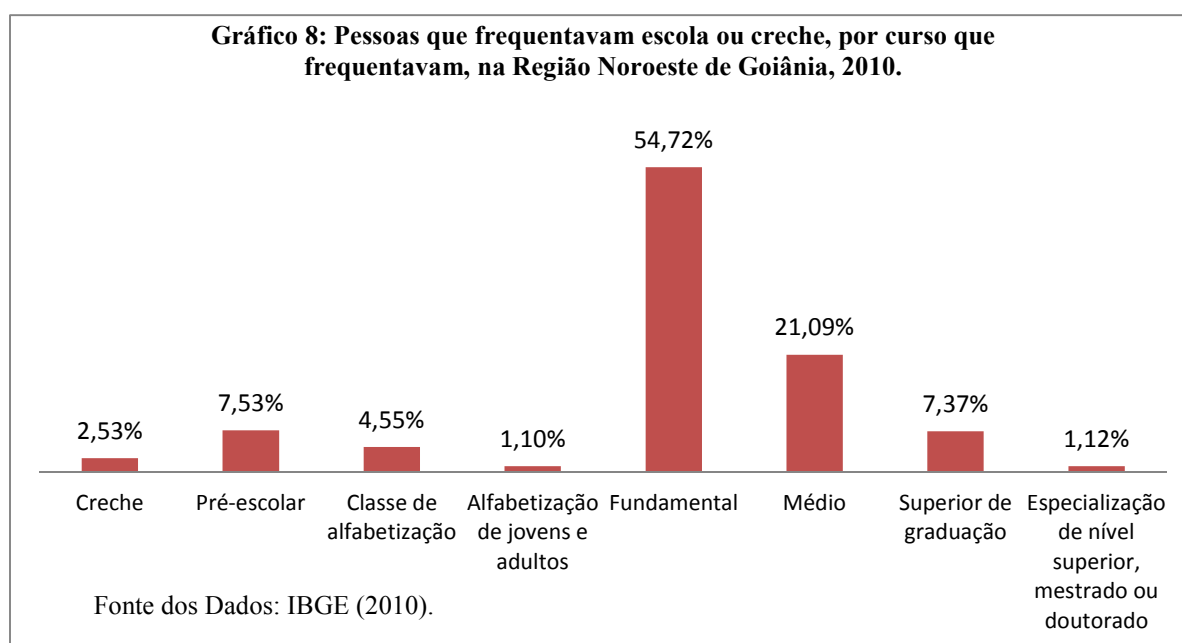


Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Das 29,73% das pessoas que frequentavam creche ou escola, 54,72% cursavam o ensino fundamental e 21,09% o ensino médio. A frequência em creche e pré-escola ainda possui baixos índices, 2,53% e 7,53% respectivamente, fruto da baixa disponibilidade de instituições públicas que atendem à demanda da região, como dissemos. Também ínfimos são os números das classes de alfabetização, 4,55%, e de alfabetização de jovens e adultos, 1,10%, gráfico 8, que tem sido um entrave na capital, tendo em vista a baixa frequência e evasão escolar, ocasionando o fechamento de escolas destinadas a esse público. O número de pessoas frequentes em cursos superiores, 7,37%, ainda é muito distante do observado em outras classes de renda mais alta, mas, com as atuais configurações educacionais, sobretudo, frente à ampliação de vagas nas universidades públicas, o aumento de bolsas e o financiamento dos cursos podem impulsionar o crescimento desse índice, que certamente é maior que em contextos anteriores. Somam-se a esse universo os 3,39% de pessoas que já haviam concluído o ensino superior em 2010 e equivalem aos 10,47% observados na pesquisa da FGV (2010) atribuídos à classe trabalhadora em nível nacional com formação superior concluída ou em andamento. Aqui percebemos a tendência da Região Noroeste, que, na atualidade, apresenta uma média de anos de estudo superior ao percebido por Oliveira (1999) e Moysés (2004) com referência às décadas anteriores.

No mapa 12, percebemos melhor a disposição espacial da população da Região Noroeste por grau de instrução. A maior parcela populacional com baixa ou nenhuma

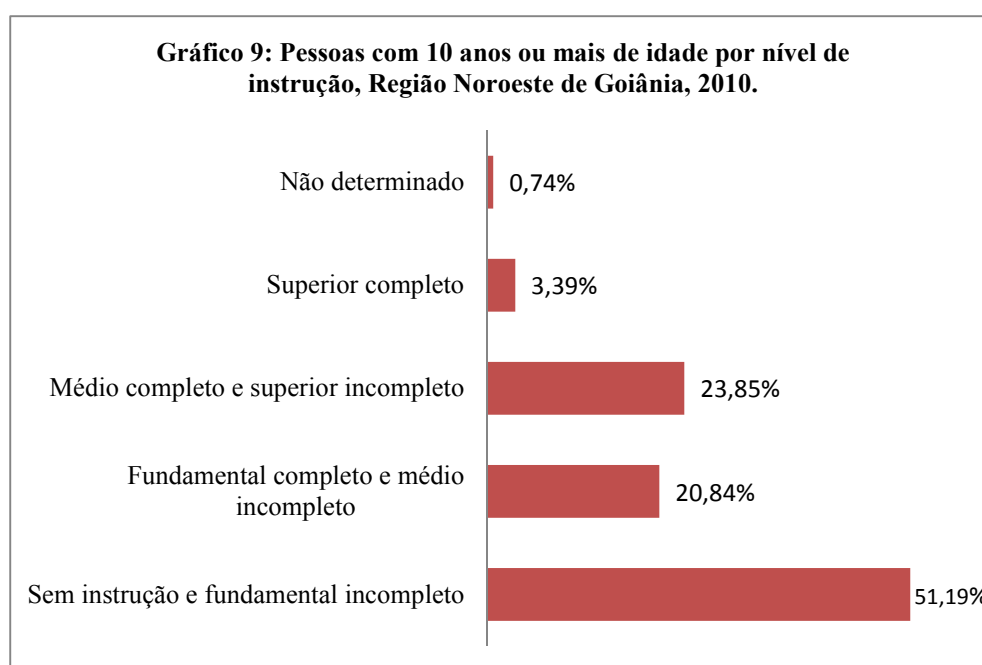
escolaridade é observada na extremidade da Região, na conurbação entre os municípios de Goiânia e Goianira, as áreas Noroeste 5 e 4. Quando analisamos os concluintes do ensino médio e ingressantes nos cursos superiores, a maioria foi encontrada nas áreas Noroeste 4 e 3, respectivamente. Há um crescente número de pessoas que concluíram o ensino superior nas áreas Noroeste 2, 1 e 3, respectivamente. Com esses dados, podemos concluir que as áreas de ocupação mais recentes na Região Noroeste possuem também o maior contingente de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e, no outro polo, há as áreas de origem da ocupação da Região Noroeste, onde percebemos um maior número de pessoas com escolaridade média ou superior, ou seja, que haviam concluído o ensino médio e ingressado no ensino superior.



Outro dado relacionado à população é o estado civil das pessoas com dez anos ou mais de idade. A área Noroeste 4 possuía o maior contingente de pessoas casadas, a área Noroeste 5 possuía a maior quantidade de pessoas separadas. A maioria de divorciados foram percebidos na área Noroeste 4 e de viúvos na Noroeste 1. A Região apresenta um grande quantitativo de pessoas solteiras, principalmente nas áreas Noroeste 4 e 5, mapa 13. Esse dado é importante para discutirmos futuramente a composição da renda familiar. Mesmo não havendo dados detalhados acerca do tipo de renda da família, o estado civil nos permite inferir que, em alguns lares da Região Noroeste, pode haver um complemento

na renda principal com as pensões pagas aos grupos de pessoas viúvas, ou mesmo discutir a renda nos domicílios onde há um grande contingente de pessoas solteiras ou separadas.

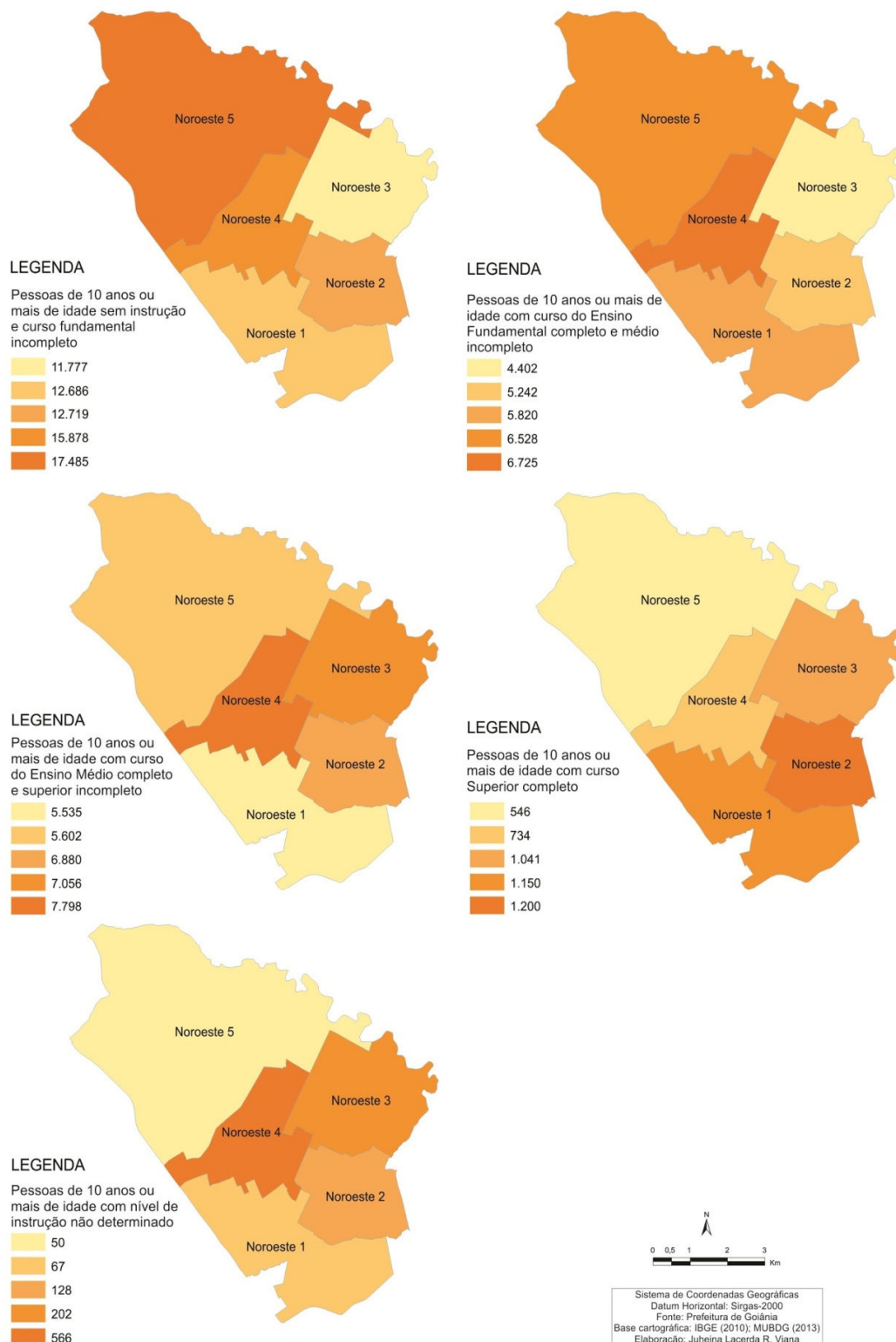
Em relação à escolaridade da população, podemos perceber que 51,19% dos moradores da Região Noroeste não tinham instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto, num total de 70.545 pessoas. Quanto àqueles que concluíram o ensino fundamental, mas não o ensino médio, eram 20,84% do universo estudado. Com o ensino médio completo e superior incompleto, totalizavam-se 23,85% e com superior completo chegavam a 3,39% e ainda havia um grupo do qual as informações prestadas não permitiam a definição da escolaridade, equivalente a 0,74%, gráfico 9.



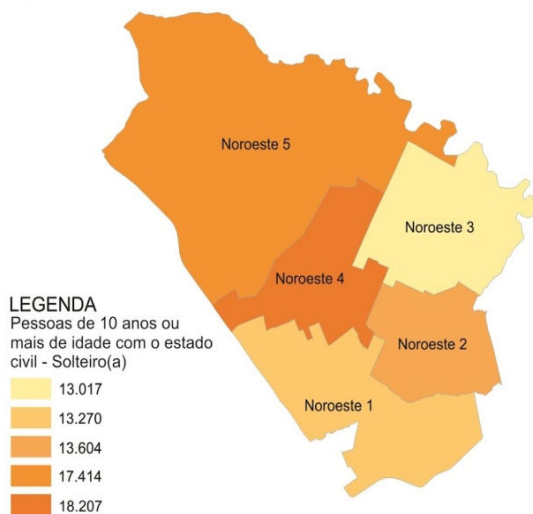
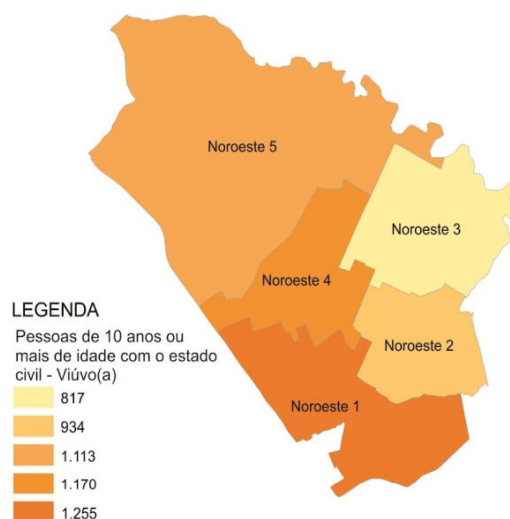
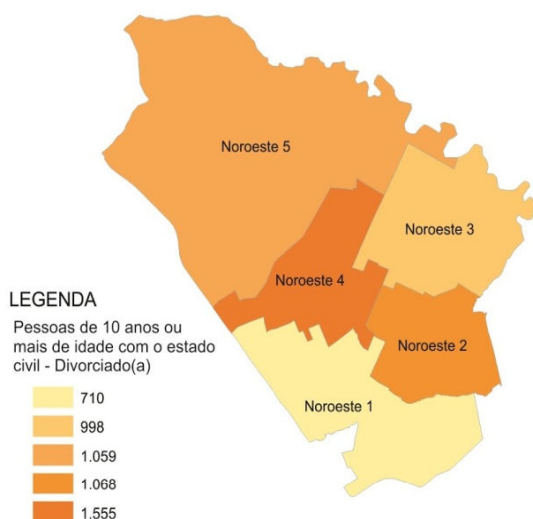
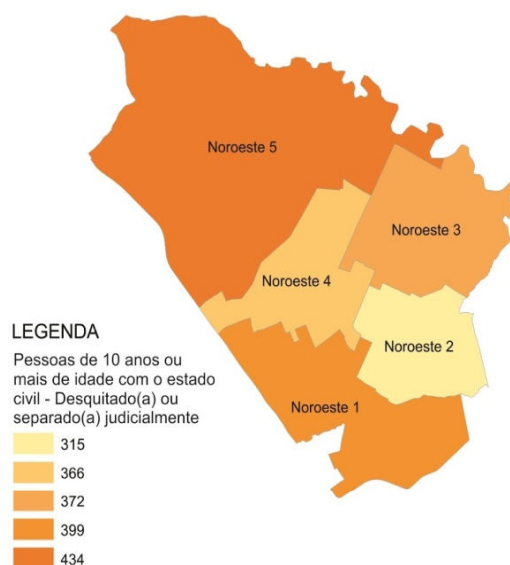
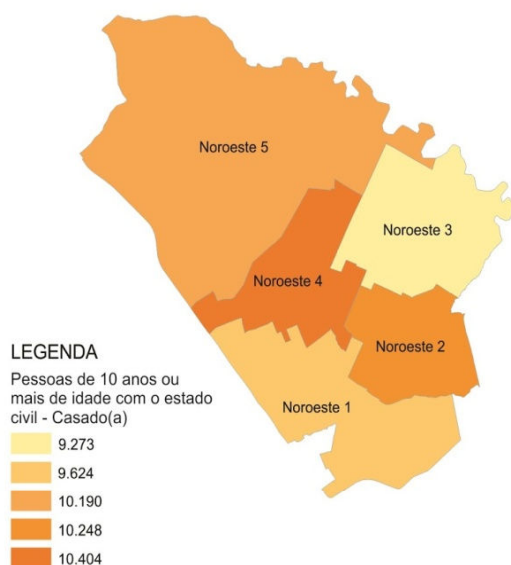
Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Um grande contingente com baixa escolaridade implica também em baixa renda ou mesmo um expressivo quantitativo de pessoas com longas jornadas de trabalho, visto que se observa no país uma relação quase intrínseca entre a média de anos de estudo com o potencial de recebimento de proventos, fato que também é percebido na Região Noroeste.

MAPA 12: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: GRAU DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS 10 ANOS OU MAIS ANOS DE IDADE POR ÁREA DE PONDERAÇÃO - 2010

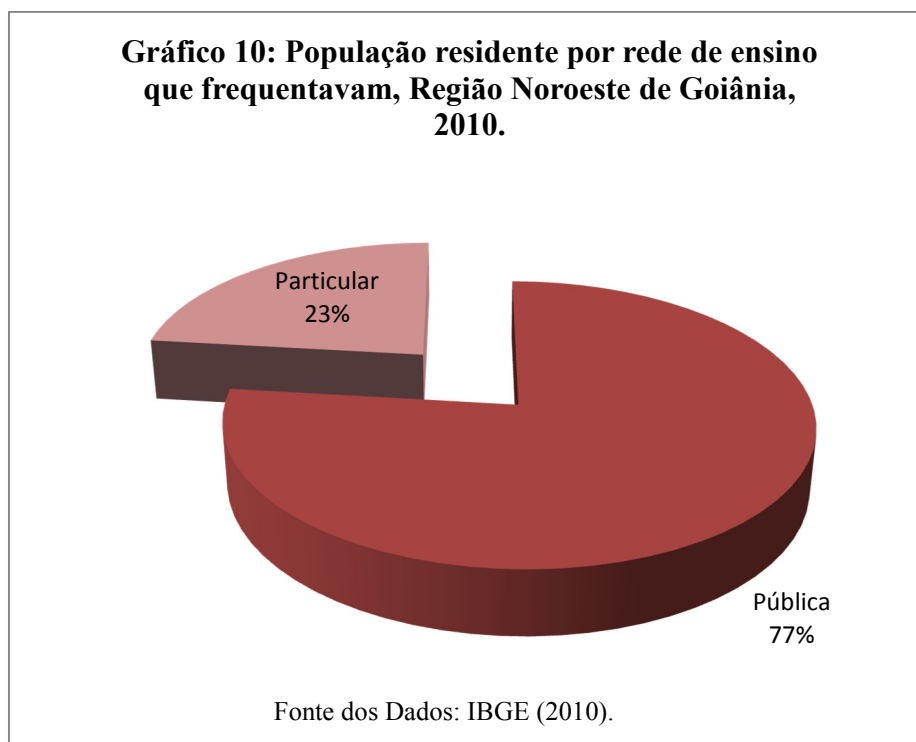


MAPA 13: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: ESTADO CIVIL DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR ÁREAS DE PONDERAÇÃO - 2010



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal: Sirgas-2000
Fonte: Prefeitura de Goiânia
Base cartográfica: IBGE (2010); MUBDG (2013)
Elaboração: Juheina Lacerda R. Viana

A maioria dos frequentes em cursos estavam matriculados na rede pública de ensino municipal, estadual ou federal, perfazendo 75% do total. Os demais 25% estavam matriculados na rede particular de ensino, que incluem as instituições mantidas por fundações ou doações, gráfico 10. Esse percentual mostra a importância da escola pública na composição da escolaridade da classe trabalhadora.



Das 70.256 mulheres com dez anos ou mais de idade, 64,24% tiveram filhos até 2010, num total de 126.650 pessoas, perfazendo uma fecundidade de 1,80 filhos/mulher. A taxa de fecundidade da população da Região Noroeste acompanhou a tendência do país que, de acordo com o IBGE (2010), era de 1,86 filho por mulher, fato relacionado com diferentes indicadores, dentre eles, a renda e a escolaridade. Em doze meses, nasceram pouco mais de dois mil e oitocentas crianças. Desse total, 4,36% nasceram mortos, um número destacável, uma vez que ainda não podemos dizer que se refere ao índice de mortalidade infantil, pois diz respeito apenas ao momento do nascimento. O total de filhos que estavam vivos, na data de referência⁶⁶, equivale a 90,41% dos nascimentos.

⁶⁶ A data de referência do Censo do IBGE em 2010 é entre 31 de julho e 01 de agosto.

4.3 A questão do trabalho na Região Noroeste de Goiânia

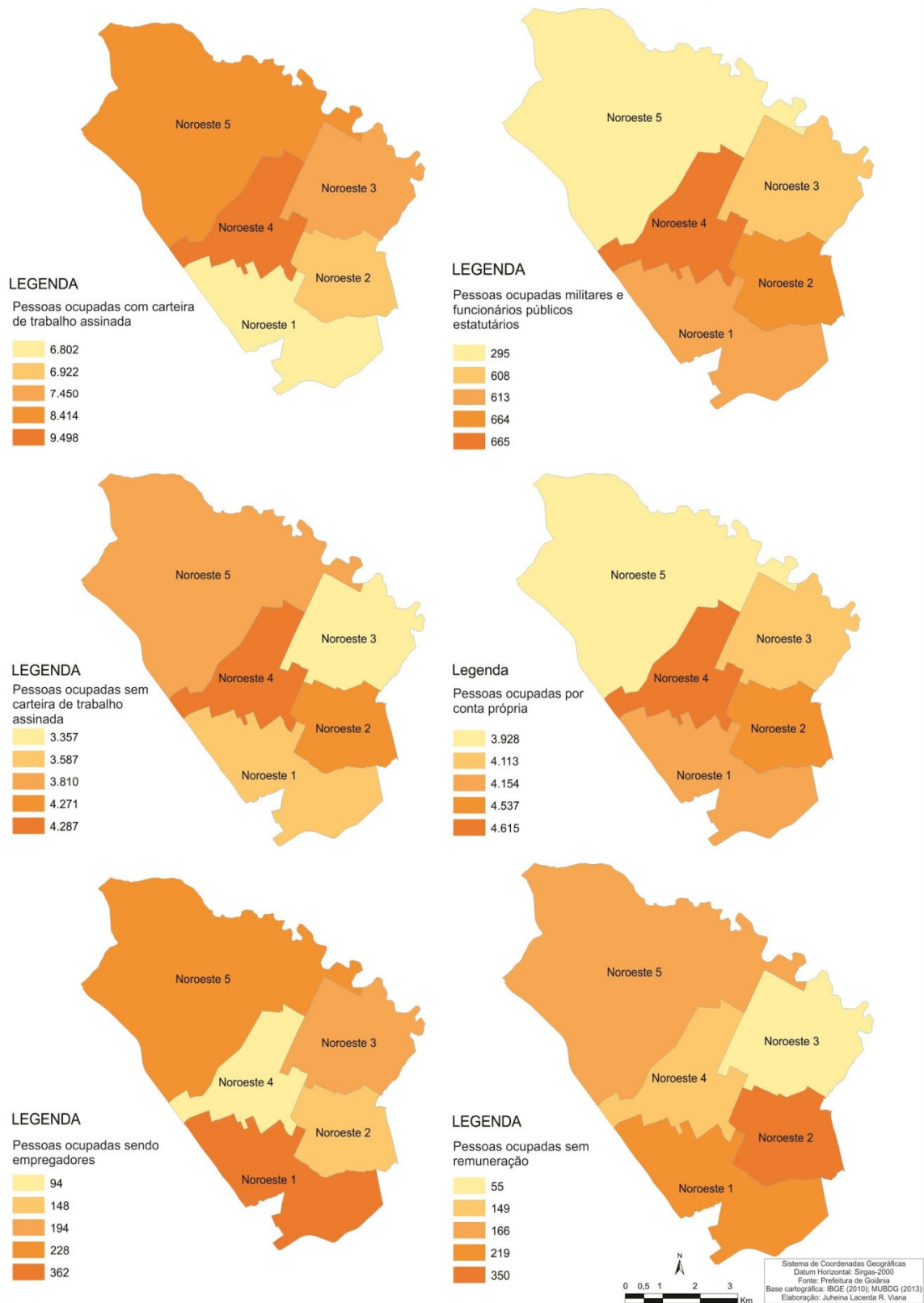
As relações de trabalho são imprescindíveis para a análise da Região Noroeste, pois o vínculo com o empregador é um indicativo relacionado a renda além de permitir compreender a segurança na manutenção do emprego e da previdência social da classe trabalhadora. Quanto ao trabalho, Pochmann (2010, p. 46) discute que houve, nas últimas décadas, um aumento nos postos de trabalho nos setores de serviços e indústria, principalmente nas ocupações que recebiam um "salário de base" e que esse fato possibilitou uma mudança no país:

Em síntese, constata-se que os trabalhadores de salário de base durante o período recente ampliaram sua dimensão e tornaram-se protagonistas de um importante movimento de mobilização da estrutura social brasileira. A alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada da elevação real das remunerações, capaz de potencializar a mobilidade social e a inclusão no mercado de bens e consumo.

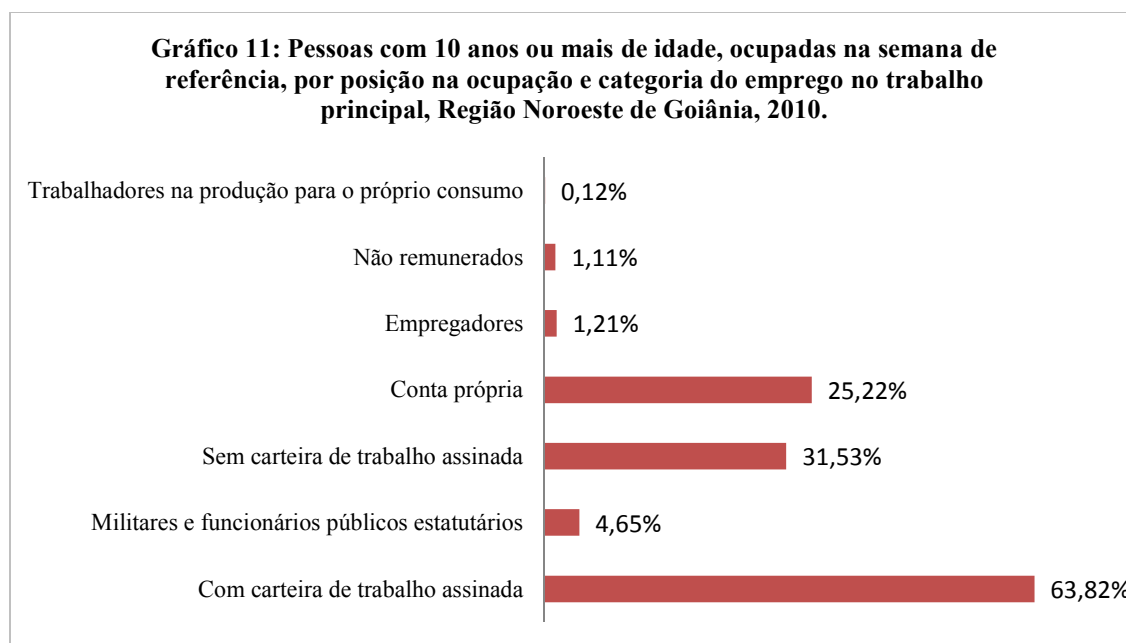
Os mais expressivos números de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinadas, funcionários públicos, militares e trabalhadores por conta própria foram percebidos na área Noroeste 4. Em contrapartida é também nessa área que se encontram mais pessoas ocupadas sem carteira assinada em 2010 e menos pessoas sendo empregadoras. Das quase quarenta mil pessoas ocupadas com carteira assinada, os menores números foram encontrados nas áreas Noroeste 1, 2 e 3, justamente onde há significativos números de funcionários públicos e militares. Mais de dezenove mil pessoas estavam ocupadas sem carteira assinada na Região Noroeste e mais de 21.000 pessoas trabalhavam por conta própria, principalmente nas áreas próximas da Avenida Perimetral. O maior número de empregadores foi observado nas áreas extremas, Noroeste 1 e 5. O número de pessoas sem remuneração ultrapassava novecentas pessoas, principalmente, nas áreas Noroeste 2, 1 e 5, conforme mapa 14.

O número de pessoas com carteira assinada é maior que dos trabalhadores sem carteira. O quantitativo de pessoas que estavam ocupadas por conta própria ou sendo empregadoras é considerável, porém não nos permite problematizar a questão da seguridade do trabalhador nem mesmo discutir a relação com a aposentadoria. Esse quantitativo, contudo, subsidia a percepção da distância das relações de trabalho observadas nas pesquisas de Oliveira (1999) e Moysés (2004), em que uma grande parcela dos trabalhadores declararam não ter vínculo empregatício registrado.

MAPA 14: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: PESSOAS OCUPADAS NO TRABALHO PRINCIPAL POR CATEGORIA DE EMPREGO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - 2010



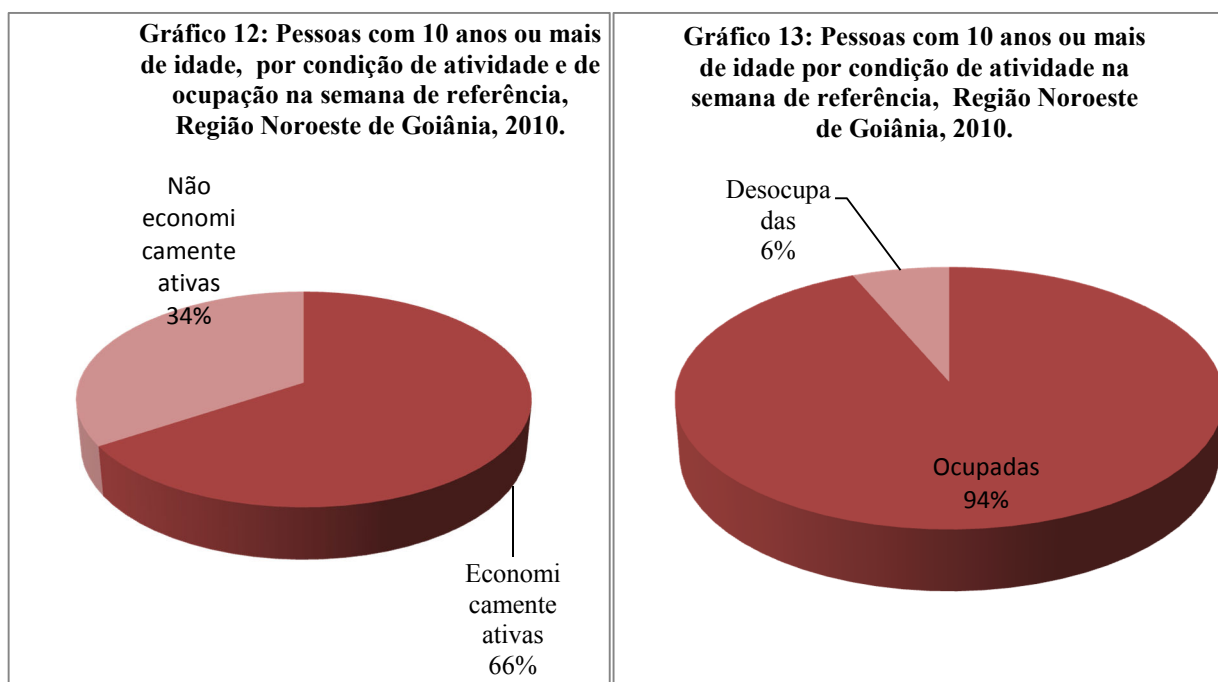
Quanto à posição na ocupação e à categoria do emprego, 63,82% possuíam carteira assinada, seguidos por aqueles sem carteira, sendo 31,53%, além de 25,22% dos trabalhadores por conta própria, ou seja, aqueles que trabalhavam em seu próprio empreendimento com ou sem sócio, mas sem ajuda de funcionário remunerado. Na pesquisa do IBGE (2010), não fica definido se os trabalhadores por conta própria possuem regularização do trabalho, mas caracterizam a tendência empreendedora da Região. Seguem os funcionários públicos estatutários e militares (4,65%) e os empregadores (1,21%), aqueles não remunerados (1,11%) e os trabalhadores na produção para o próprio consumo (0,12%), ou seja, aquele que trabalhou, ao menos, uma hora na agricultura, pecuária, caça, pesca ou similar para garantir a alimentação própria, gráfico 11. Em um rápido comparativo com o estudo da FGV (2010), foi observado que, no mesmo ano, na Região Noroeste, havia um menor número de pessoas não remuneradas e de funcionários públicos. Já os trabalhadores por conta própria, sem e com carteira assinada, apresentaram maior número na Região Noroeste em comparação com o cenário nacional, esse último com expressiva diferença.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Como se trata de uma população bastante jovem, percebemos, no gráfico 12, que a maioria é economicamente ativa, perfazendo 66% do total. Desse universo, 94% estavam ocupados em 2010, conforme gráfico 13. Na pesquisa da FGV (2010), o número de pessoas com dez ou mais anos de idade da "classe C" que estava ocupada no cenário

nacional chegava a 61,29%, número semelhante ao percentual de pessoas economicamente ativas da Região Noroeste, mas abaixo do percentual de ocupados em 2010.



Quanto aos grandes grupos de ocupação no trabalho principal, as ocupações foram classificadas mediante o procedimento utilizado para as Pesquisas Domiciliares (COD) do IBGE, tendo como base uma referência internacional regulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em números gerais, a maioria das pessoas ocupadas eram trabalhadoras ligadas aos serviços, vendedoras do comércio e mercado, seguidas por operadores de instalações de máquinas e montadores e pelos trabalhadores elementares. O percentual de pessoas em ocupações como diretores, gerentes e profissionais das ciências variam de 2% a 4%, além de 7,66%, que não puderam ter suas ocupações definidas, conforme tabela 15.

Deriva desses dados a classificação de trabalhadores ocupados na semana de referência, por seção de atividade no trabalho principal e definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar 2.0), que tem como referência uma classificação das Nações Unidas. Em síntese, quase metade da população ativa na semana de referência, 46,5%, tinha como atividade principal empresas ligadas à indústrias de transformação ou comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. Os demais tinham atividades diferenciadas e com destaque para a construção civil (8,28%) e os serviços domésticos (6,58%), além de não haver trabalhadores em organismos internacionais e em outras instituições extraterritoriais, tabela 16.

Tabela 15: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por grandes grupos no trabalho principal, Região Noroeste, 2010.		
Total	84654	100%
Diretores e gerentes	2379	2,81%
Profissionais das ciências e intelectuais	3917	4,63%
Técnicos e profissionais de nível médio	4222	4,99%
Trabalhadores de apoio administrativo	5911	6,98%
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	15833	18,70%
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	231	0,27%
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	14880	17,58%
Operadores de instalações e máquinas e montadores	15557	18,38%
Ocupações elementares	14940	17,65%
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	305	0,36%
Ocupações mal definidas	6481	7,66%

Fonte: IBGE (2010). Organização da autora desta dissertação.

Tabela 16: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por seção de atividade do trabalho principal, Região Noroeste, 2010		
Tipo de ocupação	Total	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	736	0,87%
Indústrias extrativas	46	0,05%
Indústrias de transformação	19756	23,34%
Eleticidade e gás	161	0,19%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	964	1,14%
Construção	7010	8,28%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	19604	23,16%
Transporte, armazenagem e correio	4434	5,24%
Alojamento e alimentação	3455	4,08%
Informação e comunicação	353	0,42%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	352	0,42%
Atividades imobiliárias	169	0,20%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1544	1,82%
Atividades administrativas e serviços complementares	4042	4,77%
Administração pública, defesa e seguridade social	3092	3,65%
Educação	3197	3,78%
Saúde humana e serviços sociais	2223	2,63%
Artes, cultura, esporte e recreação	656	0,77%
Outras atividades de serviços	3103	3,67%
Serviços domésticos	5568	6,58%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00%
Atividades mal definidas	3849	4,55%

Fonte: IBGE (2010). Organização da autora dessa dissertação.

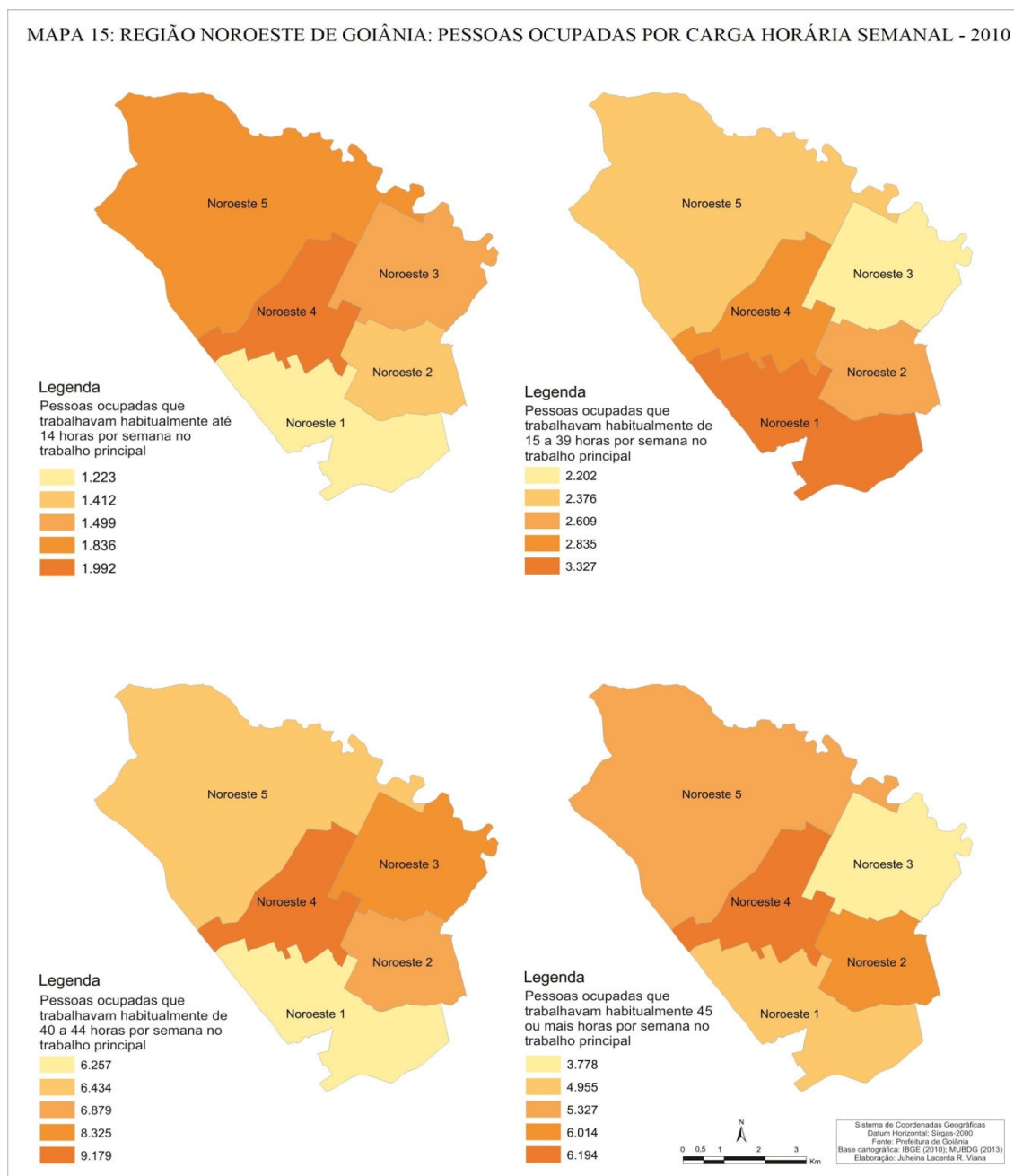
Quanto ao tempo de trabalho, são consideradas as horas de efetivo exercício local de trabalho ou fora dele em atividades relacionadas à função e mesmo nos momentos em que o trabalhador fica à disposição do empregador. Não são incluídas nessas horas as pausas no trabalho e o traslado casa-trabalho. Verificamos que, na Região Noroeste, a maioria dos trabalhadores tem jornada entre 40 e 44 horas semanais, 43,79%, que equivalem ao horário de funcionamento dos setores com maior quantidade de empregados, serviços e indústria.

Ainda no que se refere ao grupo de horas de trabalho, a maioria das pessoas ocupadas que trabalhavam 14 horas apresentou-se nas áreas Noroeste 4 e 5. Os trabalhadores com jornada entre 15h e 39h semanais foram encontrados na área Noroeste 5. Com jornadas de trabalho semanal entre 40h e 44h semanais, a maioria dos trabalhadores residiam na área Noroeste 4 seguida por Noroeste 3 e 2. Os menores números foram observados nas áreas Noroeste 5 e 1. Com jornadas de trabalho acima de 45h semanais, além do previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também é observado na Região, fato que nos faz repensar a questão da renda. No estudo de Brasil (2012, p. 36), relacionamos:

Ter acesso a um bom emprego e trabalhar mais horas por semana muitas vezes se tornam sinônimo de maior renda e acesso à classe média. Não chega, portanto, a ser surpreendente que a taxa de ocupação (porcentagem da população em idade ativa que trabalha) e a jornada de trabalho sejam maiores entre os trabalhadores na classe média que na classe baixa. Surpreendente, talvez, seja a magnitude das diferenças. Enquanto na classe baixa 67% da população em idade ativa trabalha, na classe média essa porcentagem é de 78%, não muito distinta dos 80% na classe alta. É com relação à jornada de trabalho que a estreita relação entre classe média e trabalho mais se manifesta. Nesse caso, a situação da classe média é superior tanto à da classe baixa quanto à da classe alta. De fato, enquanto 50% dos ocupados na classe média trabalham mais de 40 horas por semana, nas classes baixa e alta as porcentagens correspondentes são de apenas 41% e 45%.

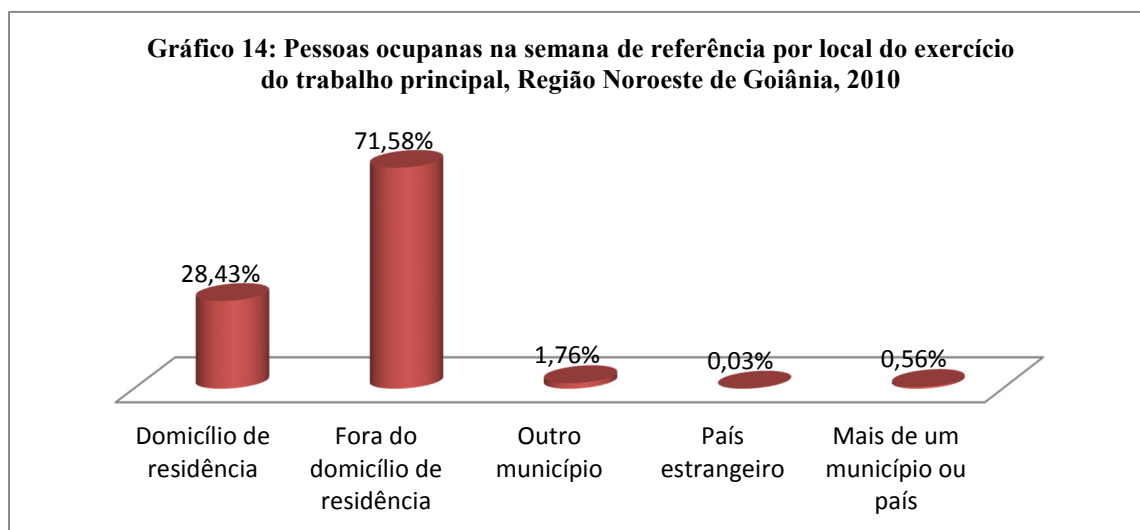
Conclui-se que as longas jornadas da classe trabalhadora são uma realidade no país e reforçam nossa justificativa em adoção do termo nova classe trabalhadora. Como descrito no estudo de Brasil (2012), o grupo considerado como classe média é aquele que percentualmente possui mais horas de trabalho semanal, maiores que nos grupos de maior ou menor renda. Em suma, 9% da população da Região Noroeste trabalhava, em 2010, até 14h por semana, 16% trabalhavam entre 15h e 39h e 44% trabalhavam entre 40h e 44h semanais. Há ainda um grupo expressivo de pessoas, 31%, que exercia suas atividades laborais por mais de 45h semanais. Então, três quartos da população ocupada trabalhava acima de quarenta horas por semana no trabalho principal. Ainda destacamos que os dados

do IBGE não nos permitem saber se essa população tinha outras atividades empregatícias, mas o termo "trabalho principal" deixa margem para inferir que alguns desses trabalhadores poder ter outros empregos ou atividades para complementar a renda familiar.



Quanto ao local de exercício do trabalho principal, verificamos que 97,64% estavam empregados em Goiânia; desses, 71,58% exerciam o trabalho principal em outros domicílios. Menos de 2% das pessoas ocupadas trabalhavam em outro município e em mais de um município, 0,56% e 0,03% exercia alguma atividade em outro país, gráfico 14. Esse dado é importante quando o relacionamos com o tempo de deslocamento casa-

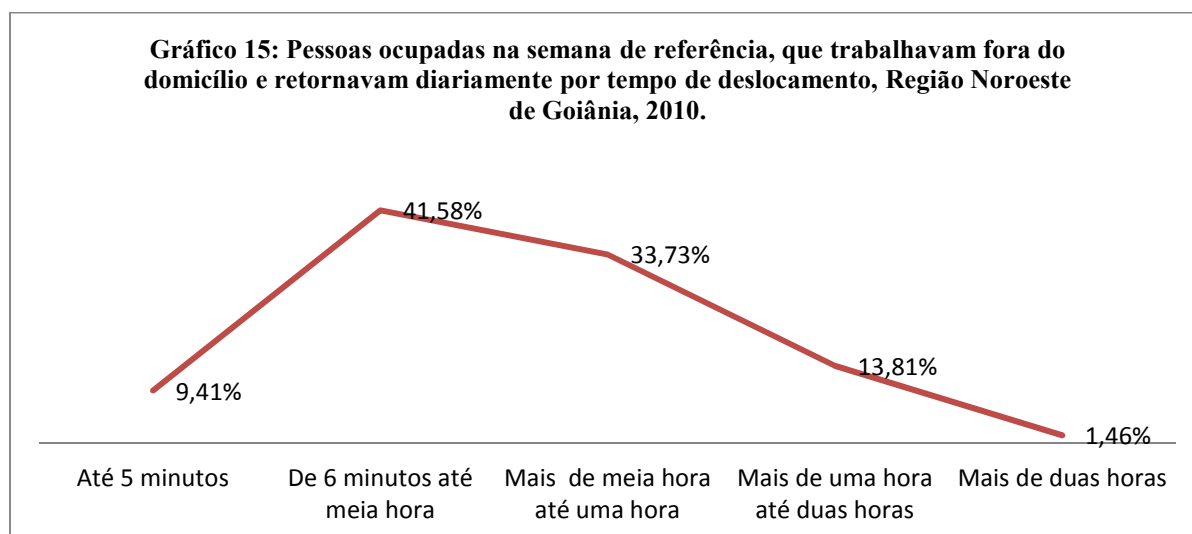
trabalho, pois a maioria da população ocupada da Região Noroeste trabalhava no município, ou seja, as longas distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho não extrapolam os limites de Goiânia. Esse fato tem relação com a mobilidade urbana e sobretudo da precariedade do transporte público goianiense, pois grande parte desse universo se serve desse tipo de transporte.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

Um grande percentual, 41,58%, destinava entre seis minutos e uma hora para chegar ao trabalho. Por mais de uma até duas horas, eram 13,81% dos trabalhadores. Há ainda pessoas, num total de 1,46%, que necessitavam até duas horas, além de 9,41% dos trabalhadores, que devem trabalhar na região, já que o tempo de deslocamento não excedia cinco minutos, gráfico 15. O tempo de deslocamento da casa ao trabalho, ou do deslocamento do local de estudo para o trabalho, destacado na pesquisa do IBGE (2010), não levou em consideração o tempo de retorno. Como se trata do tempo de ida, 51% da população da Região Noroeste destinava até uma hora por dia para deslocar-se ao trabalho, cerca de seis horas semanais. Os demais, 49% da população, destinavam acima de uma hora diária no deslocamento para o trabalho. Mas há que considerar que uma pessoa que vive nas imediações da área Noroeste 5 destina quatro horas diárias para deslocamento ao trabalho, e equivale a um sexto do dia. Essa pessoa destina em média quatro horas por dia durante seis dias por semana, se levarmos em consideração que a maior parte desses

trabalhadores tem jornada acima de 40 horas semanais. Assim, perfazendo 24h semanais num total de 44 dias por ano, mais de 1.050 horas, para deslocar-se ao local de trabalho⁶⁷.



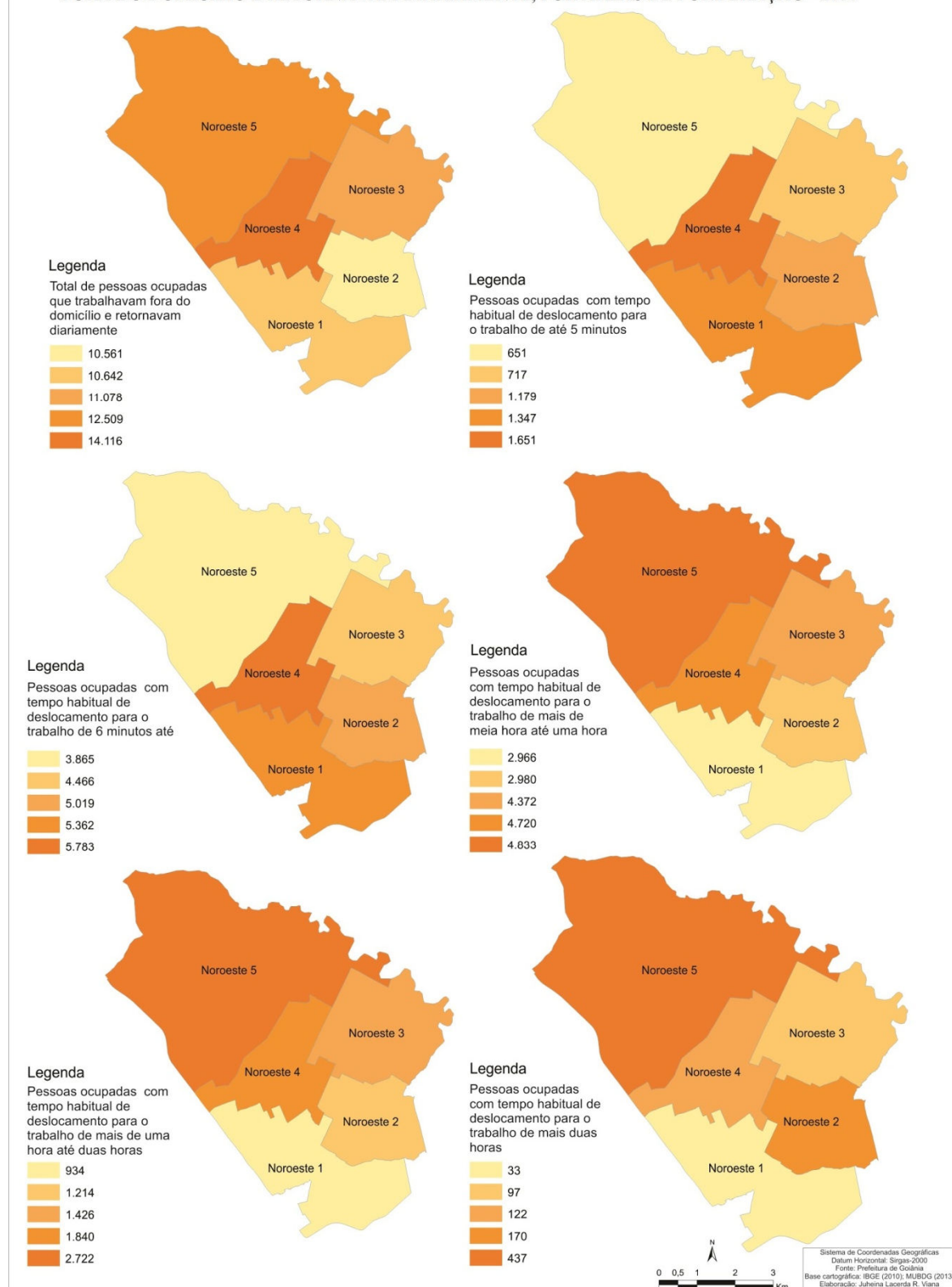
Fonte dos Dados: IBGE (2010).

As áreas Noroeste 1, 2 e 4 são aquelas com menor quantidade de pessoas que trabalhavam fora do domicílio e com retorno diário. Noroeste 4 e 1 são as áreas com maior quantidade de pessoas trabalhando nas proximidades dos domicílios, mostrando a consolidação do comércio e dos serviços da Região. O fato se repete no quantitativo de pessoas que se deslocam até trinta minutos. O quadro muda bastante quando o tempo de deslocamento aumenta. Há que se destacar que a área Noroeste 5 é a que apresenta mais pessoas com grande tempo de deslocamento. Essa análise nos permite fazer uma outra: quanto maior a distância dos bairros onde oferecem as oportunidades de trabalho maior é o tempo de deslocamento, mapa 16. No gráfico anterior podemos perceber que 49,01% da população trabalhadora destina mais de uma hora por dia para deslocar-se ao trabalho e em alguns casos chega quatro horas por dias no trajeto de ida e volta da casa para o trabalho. Essa reflexão justifica um maior investimento em um transporte público mais eficiente que atenda a essa grande demanda da classe trabalhadora⁶⁸.

⁶⁷ Ribeiro (2008) problematizou acerca da mobilidade urbana e a classe trabalhadora da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul onde identificou mediante pesquisa que as longas distâncias percorridas das áreas residenciais até os locais de trabalho impactam na qualidade de vida dos trabalhadores tanto pelo desgaste relacionado à quantidade de horas envolvidas no trajeto casa-trabalho, quanto no impacto negativo na saúde devido ao intenso contato dos trabalhadores com a poluição e os ruídos urbanos por exemplo, além do desconforto das viagens superlotadas.

⁶⁸ Essa demanda deve ser atendida pelo Corredor Goiás Norte-Sul que tem por objetivo integrar os terminais Cruzeiro, Correios, Isidória, Rodoviária, Perimetral e Recanto do Bosque e proporcionar o aumento na

MAPA 16: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: PESSOAS OCUPADAS QUE TRABALHAVAM FORA DO DOMICÍLIO E RETORNAVAM DIARIAMENTE, POR ÁREAS DE PONDERAÇÃO - 2010



mobilidade urbana de Goiânia nesse eixo. Estima-se um investimento de mais de 545 milhões do PAC com extensão de 21,7 km, proporcionando maior eficiência no transporte de cerca de 20 mil pessoas por dia, segundo dados do SETRANSP (2014).

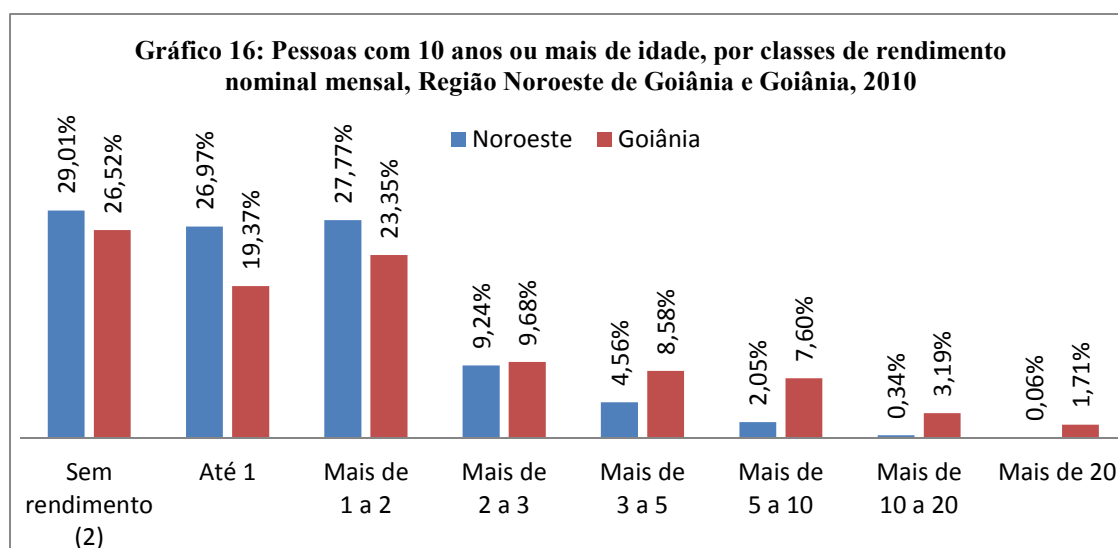
Essas considerações reafirmam as críticas em considerar o referido grupo como classe média e não como uma renovação da classe trabalhadora. No próximo tópico, abordaremos elementos importantes que estimularam a confusão no uso de ambas terminologias.

4.4 A renda e o consumo: catalisadores da discussão

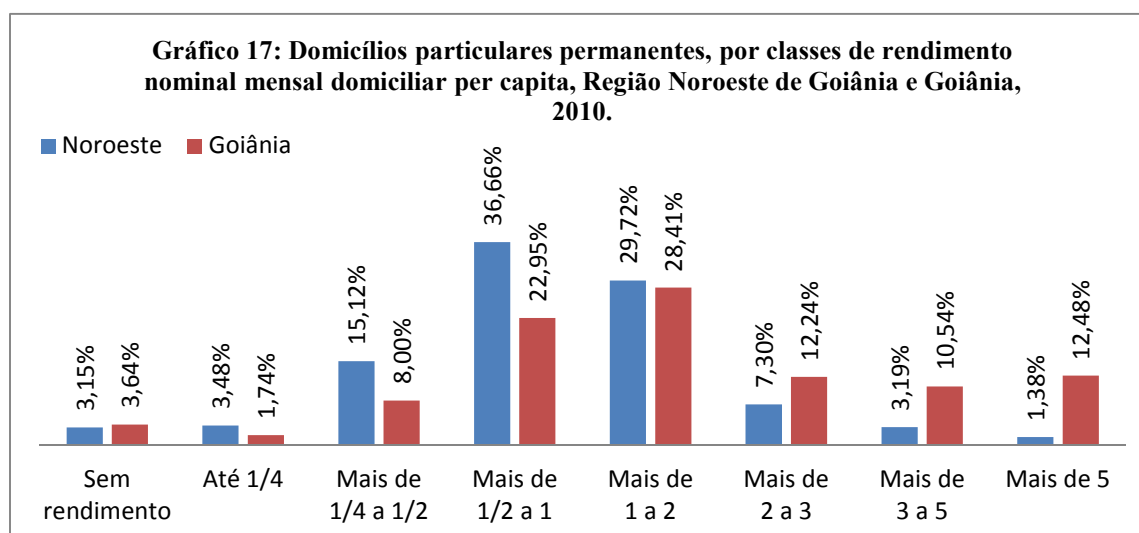
Como dissemos, houve um aumento considerável na renda das famílias da Região Noroeste. Ao analisarmos o gráfico de classes de rendimento nominal mensal entre a Região Noroeste e o município Goiânia, podemos perceber um marco divisório: a classe de renda entre dois e três salários mínimos. Nessa faixa, tanto a Região Noroeste e Goiânia têm comportamentos semelhantes. À esquerda está a população sem renda e aqueles com renda até dois salários mínimos, parte em que a Região Noroeste possui maior representatividade, com maiores percentuais de população sem rendimento e de até dois salários mínimos. Em contrapartida, à direita, onde há as classes de renda maiores, a Região Noroeste apresenta-se com menores índices em relação à Goiânia. Mas, analisando a fundo os dados, podemos perceber que a Região Noroeste não tem números tão diferenciados em relação à Goiânia. O percentual de pessoas sem rendimento é proporcional quando comparamos a Região e o todo da cidade, por exemplo, gráfico 16.

Quando analisamos a renda mensal domiciliar *per capita*, a situação se esclarece ainda mais. O percentual de domicílios sem renda apresenta um índice mais reduzido e quase equivalente entre a Região Noroeste e Goiânia. Podemos perceber que, na maioria dos domicílios da Região Noroeste, a renda das famílias está entre meio e dois salários mínimos, 66,38%, realidade próxima à de Goiânia, em que essa renda corresponde a 51,36%. Na outra extremidade, 4,57% da população da Região Noroeste recebiam mais de três salários mínimos, enquanto a totalidade de Goiânia apresenta um percentual cinco vezes maior, 23,02%. Nesses parâmetros, a população da Região Noroeste pode ser considerada como um grupo de emergentes, com R\$ 291 a R\$ 1.024 *per capita*, visto que 78,25% dos domicílios recebiam mais de meio salário mínimo *per capita* em 2010, bem próximo dos R\$ 255 reais equivalentes a meio salário⁶⁹, gráfico 17.

⁶⁹ Ressalto que o salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.



Fonte dos Dados: IBGE (2010).

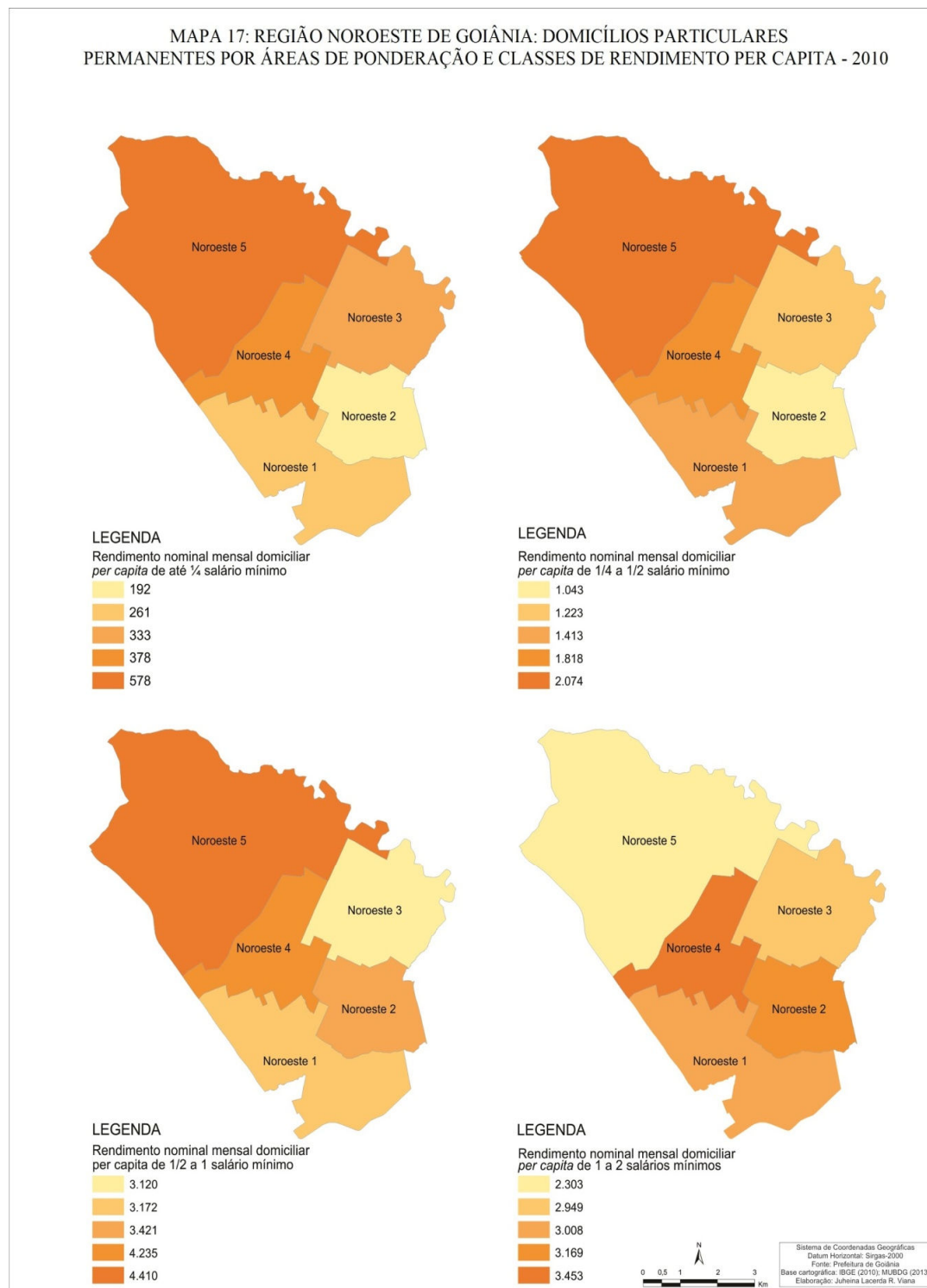


Fonte dos Dados: IBGE (2010).

No que se refere à renda, percebemos que a maioria das famílias da área Noroeste 5 possui renda mais baixa, até um salário mínimo *per capita*. Uma renda entre um e três salários mínimos *per capita* é percebida em mais domicílios da Região, exceto na área Noroeste 5. Entre três e cinco salários, o destaque é maior na área Noroeste 1. Mas para diagnosticar as discrepâncias da Região, elaboramos dois mapas: renda *per capita* acima de cinco salários mínimos e sem rendimento⁷⁰. As áreas Noroeste 1 e Noroeste 2 possuem

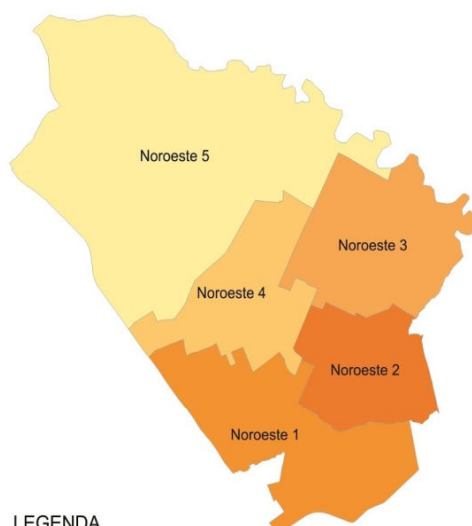
⁷⁰ No estudo do IPEA (2013) que trata sobre as duas últimas décadas do mercado de trabalho no país identificou-se que houve um decréscimo do desemprego no país a partir dos anos 2000, ou seja, houve um aumento dos postos de trabalho formais, principalmente naqueles que solicitam uma mão-de-obra mais

em 2010 mais domicílios que percebem a mais alta renda da Região, acima de cinco salários mínimos *per capita*, e a área Noroeste 5 possui a maioria de domicílios com famílias sem rendimento no mesmo período, mapas 17 e 18.



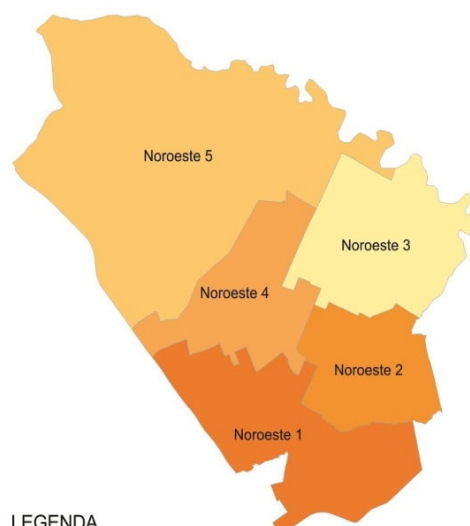
qualificada. No que se refere à escolaridade está diretamente relacionada, dentre outros fatores, ao aumento da renda, mas também vincula-se a redução da desigualdade dos rendimentos das diferentes classes.

MAPA 18: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
POR ÁREA DE PONDERAÇÃO E CLASSES DE RENDIMENTO PER CAPITA (CONTINUAÇÃO)- 2010



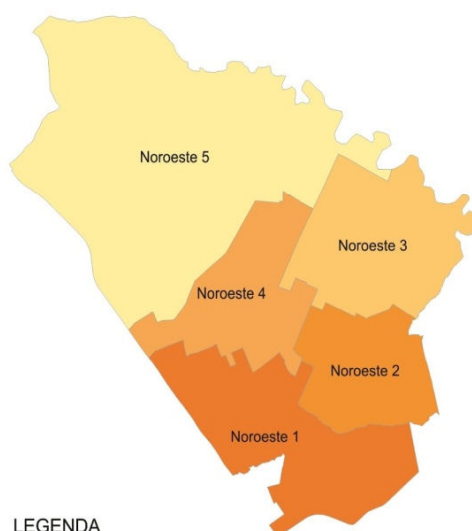
LEGENDA
Rendimento nominal mensal domiciliar
per capita de 2 a 3 salários mínimos

325
747
759
832
994



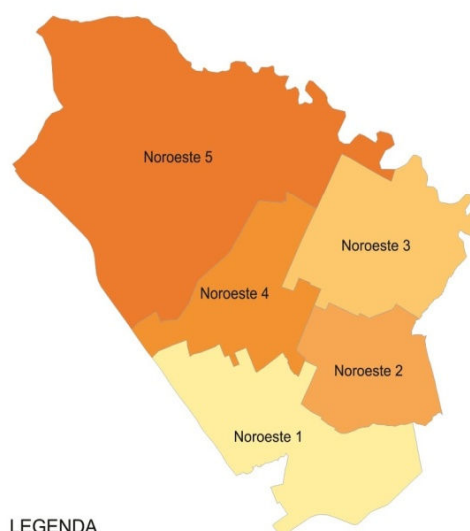
LEGENDA
Rendimento nominal mensal domiciliar
per capita de 3 a 4 salários mínimos

218
221
281
314
565



LEGENDA
Rendimento nominal mensal domiciliar
per capita mais de 5 salários mínimos

64
83
118
191
233



LEGENDA
Sem rendimento nominal mensal domiciliar

108
117
155
379
816



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal: Sirgas-2000
Fonte: Prefeitura de Goiânia
Base cartográfica: IBGE (2010); MUBDG (2013)
Elaboração: Juheine Lacerda R. Viana

O aumento da renda das famílias permite uma mudança nas despesas familiares, conforme assegura Souza e Lamounier (2010, p. 32):

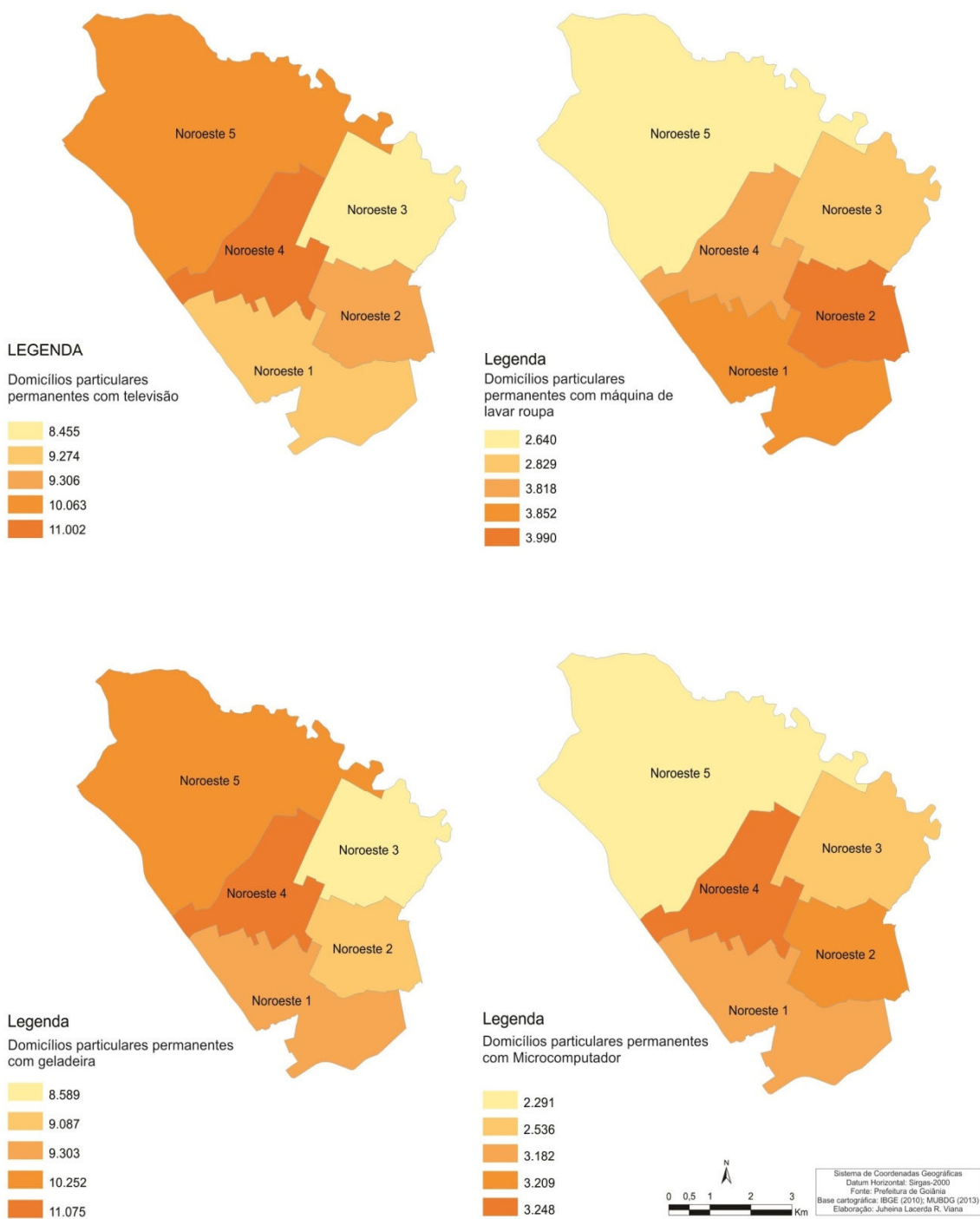
À medida que a renda cresce, o perfil de consumo das famílias muda significativamente. Sobem por vezes de maneira acentuada, os gastos discricionários (educação, saúde, recreação e lazer, comunicações, higiene e cuidados pessoais para o domicílio), ao passo que os gastos com necessidades básicas (alimentação, vestuário, transporte, habitação e serviços urbanos) tendem a se estabilizar em níveis relativamente baixos na distribuição da despesa familiar.

Ainda segundo os autores Souza e Lamounier (2010), o consumo de alguns bens, televisão e geladeira, por exemplo, é encontrado na maioria dos lares com o mesmo perfil dos moradores da Região Noroeste. Dos domicílios particulares permanentes da Região Noroeste, a grande maioria possuía televisão, 96,06%, e geladeira, 96,46%, esse último equivale a assegurar que o índice de segurança alimentar é alto, segundo o estudo do PNAD. O rádio também é um bem comum na Região Noroeste presente em 76,25% das moradias. Os automóveis e motocicletas para uso particular, as máquinas de lavar e os computadores aparecem próximo de um terço dos domicílios da Região Noroeste. Desses domicílios com computador, a maioria possuía acesso à internet (61,31%). Quanto ao acesso ao telefone, percebemos que 94,88% dos domicílios possuíam algum tipo de serviço telefônico, de modo que 51,99% somente possuíam telefone celular, 38,88% possuíam tanto telefone fixo quanto aparelho celular e 4,01% somente possuíam telefone fixo.

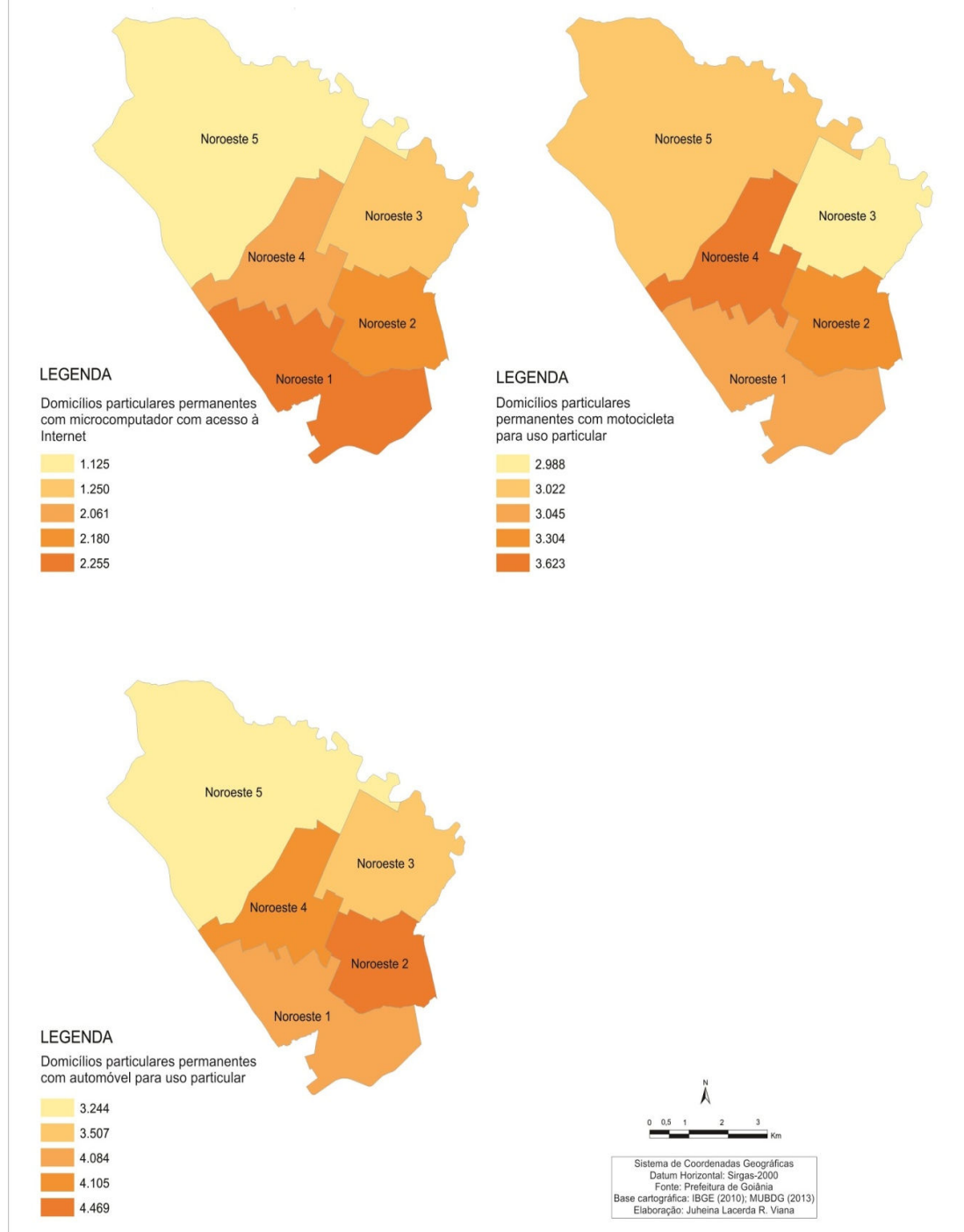
Ao analisar o acesso a bens de consumo disponibilizados por domicílios, percebemos uma tendência que mostra o amadurecimento das áreas de ocupação mais antiga. Nas áreas onde há mais domicílios com geladeira e televisão, por exemplo, são aqueles onde as famílias residem a mais tempo. Podemos inferir que são áreas onde as famílias tiveram acesso à casa própria há mais tempo o que lhe permitiram uma certa estabilidade e puderam ter acesso a bens de consumo que atendam às necessidades da família.

As áreas mais próximas da Avenida Perimetral, áreas Noroeste 4 e 5, possuem mais domicílios com máquina de lavar. Em menor proporção, estão também os domicílios com microcomputador e com acesso à internet. As áreas Noroeste 1, 2 e 4 também possuem mais domicílios com motocicletas e automóveis particulares, mapas 19 e 20.

MAPA 19: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: BENS DURÁVEIS EXISTENTES NOS DOMICÍLIOS POR ÁREA DE PONDERAÇÃO - 2010



MAPA 20: REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: BENS DURÁVEIS EXISTENTES NOS DOMICÍLIOS, POR ÁREA DE PONDERAÇÃO (CONTINUAÇÃO) - 2010



Assim, podemos afirmar que a Região Noroeste apresenta, em 2010, uma dinâmica muito diferenciada daquela de sua ocupação iniciada em 1979. É inegável que houve uma ascensão social, sobretudo quando percebemos o critério renda nas discussões acerca da Região Noroeste, mas, como afirma Pochmann (2010), distante de uma relação que não

seja da classe trabalhadora. A escolaridade da população, o aumento dos postos de trabalho formal e o aumento considerável do consumo não conseguiram diminuir as desigualdades sociais na cidade, mas, sem dúvida, permitiram descortinar um novo universo de mudanças socioeconômicas.

Considerações Finais

Em síntese, a Região Noroeste é, em 2010, a quarta mais populosa região de Goiânia, atrás apenas das regiões Sudoeste, Sul e Central. Possui uma população bastante jovem e, como consequência, um grande percentual de pessoas economicamente ativas. Quanto mais próximo de Goianira, há um maior contingente de pessoas não naturais no município de Goiânia. A Região é atendida por centros de apoio e assistência social, postos de saúde, Centros Integrados de Assistência Municipal de Saúde (CIAMS), creches e escolas. A maior parcela de pessoas que frequentavam escolas ou creches encontravam-se acima de vinte e cinco anos, a maioria matriculados da escola pública. A grande parcela da Região não possuía nenhuma instrução ou não haviam completado o ensino fundamental até 2010. Estão lotados em atividades do comércio e serviços, principalmente, a maioria com carteira assinada.

De acordo com Brasil (2010, p. 24) "[...] mais da metade da classe trabalhadora brasileira, hoje, está na classe média". A afirmação é esclarecedora. Há sim um novo perfil a ser estudado. A melhoria na renda permite o acesso a diferentes bens e serviços na cidade, mas a análise necessita ir além da renda e do padrão de consumo. A relação entre a renda, o trabalho e a escolaridade permite uma análise um pouco mais ampla. Os dados do IBGE (2010) não nos permitiram discutir o endividamento das famílias como forma de problematizar o peso do consumo nas famílias da Região Noroeste, por exemplo. Outra análise que os dados não nos permitiram realizar foi o percentual de pessoas com mais de um emprego, ou mesmo outras formas de complementação da renda familiar, como o recebimento de pensões ou de programas sociais.

Frente ao novo perfil da população da Região Noroeste, podemos afirmar que o *marketing* da nova classe média ofusca, na verdade, uma nova classe trabalhadora, como assegura Pochmann (2010), pois a renda melhorou principalmente pelo aumento dos postos de trabalho formais, aumento do salário mínimo, mas sobretudo devido às longas jornadas de trabalho. Isso justifica a afirmação de Souza (2010), quando menciona que esses grupos têm sua ascensão por mérito individual. Como exposto por Oliveira (1999), Oliveira (2002), Moysés (2004) e Silva (2014), verificamos que a questão da renda é destacável se

compararmos com as primeiras décadas da Região. De uma média de meio salário mínimo e com a ausência de representantes acima de cinco salários fato que mostravam uma discrepância com as demais regiões de Goiânia. Entendemos que os números apresentados nessa dissertação vão além de uma categorização como nova classe média. Os parâmetros definidores do conceito se aplicam à Região Noroeste, mas, ao analisar a fundo os dados, temos a clareza de que uma classe é realmente nova, mas não a tradicional classe média, mas uma classe trabalhadora renovada.

Esta pesquisa tinha por objetivo entender a dinâmica socioespacial da Região Noroeste de Goiânia, no ano de 2010, para identificar se os elementos definidores da nova classe média se aplicavam nela, além de justificar a adoção do termo “nova classe média”. De fato, fizemos um percurso histórico da Região, desde a ocupação iniciada no fim da década de 1980, até o ano de 2010, período no qual elencamos elementos importantes para compreender a dinâmica atual para cada etapa da ocupação. Cada fase recebeu a nomenclatura de um bairro da Região, que teve um destaque no período: **Esperança, Finsocial, Vitória, Triunfo e Tremendão**. Com os dados do IBGE (2010), pudemos traçar um panorama atual da Região Noroeste, no que tange aos aspectos sociais e econômicos, os quais nos permitiram iniciar uma discussão acerca dos elementos definidores da chamada nova classe média. Com a ampliação das análises, permitidas pelos estudos da nova classe realizada por autores como Pochmann (2010) e Souza (2010), fomos além da reflexão proposta inicialmente, na qual problematizamos e justificamos o uso do termo “nova classe trabalhadora”, tendo como referência a Região Noroeste.

Os resultados obtidos a partir dos dados do IBGE (2010) foram importantes para ampliar as discussões acerca da Região Noroeste. Mas, cabe destacar as dificuldades encontradas durante a elaboração desta dissertação. Como dissemos, algumas análises que consideramos fundamentais para a ampliação do debate sobre a nova classe trabalhadora, tendo por base nosso recorte espacial e temporal, foram limitadas pelo exíguo tempo para a análise e pela limitação dos dados. O fato é que a Região Noroeste deixou de ser a Região mais pobre de Goiânia, mas a ampliação desta discussão só será permitida com o uso dos microdados do Censo do IBGE, em cruzamento com os dados do PNAD, bem como o uso de análises qualitativas.

Durante o período de elaboração desta dissertação, solicitamos o apoio de professores do IME – UFG para conseguirmos decodificar os microdados, para então

elencar os dados importantes para nossas discussões. Fomos orientados pelo professor Marley Saraiva a seguir outro caminho, pois o tempo para elaboração da dissertação não permitiria o tratamento dos dados, já que seria necessário um curso de estatística para compreender as suas nuances. Esses dados seriam fundamentais ao aprofundamento de nossas considerações e, principalmente, de reflexões acerca dos gráficos e mapas apresentados nesta dissertação.

Algumas perguntas ainda não puderam ser esclarecidas e algumas reflexões foram apenas aqui iniciadas, tais como: “Por que a renda das famílias de algumas áreas da Região Noroeste são maiores que as demais?” “Como o longo tempo de deslocamento da casa para o trabalho influencia na qualidade de vida das famílias da classe trabalhadora?” “Como a renda das famílias da Região Noroeste é composta?” “As famílias possuem complementos de renda, com alugueis, pensões, programas sociais ou empregos secundários?” Como a maioria da população da Região Noroeste trabalhava acima de 40 horas semanais, qual a relação entre a escolaridade, o trabalho e a qualidade de vida das famílias? Como é o dia-a-dia do trabalhador da Região Noroeste, que possui uma longa jornada no emprego e de deslocamento da casa para o trabalho ou mesmo para aquele que retorna à escola para completar seus estudos? Como é a dinâmica da Região, durante os dias comerciais e os fins de semana? Como as famílias convivem com a ausência de centros culturais na Região? Quais são as atividades de lazer realizadas pelas famílias? Com o aumento do consumo de bens duráveis houve também um endividamento das famílias? Um número considerável de domicílios possuía carro ou moto, estes meios são utilizados para ir ao trabalho ou somente para atender às necessidades da família aos fins de semana?

Sentimos a necessidade de aprofundar as reflexões iniciadas nesta pesquisa. Alguns desses questionamentos podem ser respondidos como o uso dos dados disponibilizados pelos órgãos de pesquisa, outros por meio da entrevista com os moradores. Nesse sentido, propomos a busca por essas e outras reflexões na próxima etapa de nossa pesquisa, a ser realizada no doutorado, quando poderemos ampliar as considerações e resultados acerca da Região Noroeste de Goiânia.

Referências Bibliográficas

A VOZ DOS TRABALHADORES. Goiânia, outubro de 1979, Ano I, n. 01. Disponível em www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. A luta cresce em Goiás. N. 05. Goiânia, janeiro de 1981. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Invasões: a situação do nosso povo que não tem onde morar. Abril e Maio de 1980. N. 3. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2014.

ALVES, Maria de Lurdes. *Goiânia: cidade de migrantes*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), Universidade Federal de Goiás (UFG), 2002.

AMMA. Lista de bosques e parques por regiões de Goiânia, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/parquesebosques.shtml>. Acesso em: 01 maio 2015.

ANJOS, Antônio Fernandes dos. *A dinâmica intraurbana de Goianira no contexto da Região Metropolitana de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Estudos Socio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização de Goiânia*. Goiânia: Gráfica da UFG, 2013.

BEDIN, Maylin Vassoler; NASCIMENTO, Ederson. Segregação socioespacial: apontamentos sobre a dinâmica recente na cidade de Chapecó/SC (1991 a 2010). *Anais*, CBG, 2014. Disponível em: www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404672977_ARQUIVO_ArtigoSegregacaoCBG-MaylingeEderson-final.pdf. Acesso em 15 de maio de 2015.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR, João. O desenvolvimento agrícola da Região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. *Revista Caminhos da Geografia* 2, Cidade de publicação, volume, página, 2004.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema. IN: MARICATO, Ermínia (Org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2a edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

BOLETIM CUSTO DE VIDA. 1978-1970. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2014.

BOLETIM INFORMATIVO DA INVASÃO, A História do Jardim Nova Esperança. Dezembro de 1979. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2014.

BORGES LANDEIRO. *Borges Landeiro Tropicale*: conheça o bairro. 2013. Fonte: <http://www.borgeslandeiro.com.br/imoveis/lancamento/borges-landeiro-tropicale/1>. Acesso em 27/06/2015.

BRASIL. Constituição, 1988.

_____. Lei n. 6.766 de 19 de Dezembro de 1979.

_____. Medida Provisória n. 2.220 de 04 de setembro de 2001.

_____. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001.

_____. Vozes da Classe Média. Brasília, 2012.

CALAÇA, Manuel. Ocupação Agrícola do Cerrado e Transformações Sócio Espaciais Decorrentes. Simpósio sobre Ocupação Agrícola do Cerrado durante a 54 Reunião anual da SBPC, Goiânia, 2002.

CARLOS. Ana Fani. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1997.

CASSINI, Lucas Arcanjo. Concepção de pobreza subjacente ao programa Bolsa Família nos governos Lula: rumo à construção da cidadania? *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, Vol. 7, p. 69-86, 2011. Disponível em: www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/697/621. Acesso em: 07/02/2015.

CAU. *Relatório 1*: Parque Areião. CAU/GO: Goiás, 2009.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf-UFG, 1988.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: GOMES, Horieste (org.). *O espaço goiano*. Abordagens geográficas. Goiânia; Gráfica da UFG, 2004; p. 93-144.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel; REZENDE, Mônica Cristina da Silva. *A dinâmica demográfica de Goiás*. Goiânia: Ed. Ellos, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CRECI/GO. Valor por metro quadrado em Goiânia. Depami Creci-Go. Goiânia, Fevereiro, 2010. Disponível em: <http://www.crecigo.gov.br/>. Acesso em: 24/05/2015.

CRUZ, Renatha Cândida da. *Região Noroeste de Goiânia: um resgate do lugar*. Monografia. IESA-UFG, Goiânia, 2006.

_____. *Segregação Socioespacial e Impactos Ambientais na Região Noroeste de Goiânia - Goiás*. Artigo Disciplina Cerrado. Mestrado. IESA-UFG, 2013.

DIÁRIO DA MANHÃ. As invasões de Goiânia. Goiânia, 1982..

FGV. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro. FGV/CPS, 2010.

FILHO, José Daltro. SALES, Ângela Tereza Costa. Condições de salubridade de habitações em uma comunidade do semi-árido de Sergipe. Departamento de Engenharia Civil, UFS, Sergipe, 2010. Disponível em: . Acesso em: 07/02/2015.

FREITAS, Sílvio Antônio. *Habitação popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2007.

GIDDENS, Antony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Tradução: Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: SAHAR, 1975.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOIÂNIA, Lei n. 8.623, de 26 de março de 2008.

_____. Lei 5.735 de 19 de Dezembro de 1980.

_____. Lei n. 131 de 19 de Janeiro de 2004.

_____. Lei n. 177 de 09 de Janeiro de 2008.

_____. Lei n. 6.806 de 31 de Outubro de 1989.

_____. Lei n. 6.890 de 31 de Outubro de 1989.

_____. Anuário Estatístico de Goiânia. Seplam, Goiânia, 2012.

_____. Diário Oficial n. 6.149 de 10 de setembro de 1984.

_____. Lei Complementar n. 10 de 30 de dezembro de 1991.

_____. Lei Complementar n. 31 de 29 de dezembro de 1994.

_____. Lei de Parcelamento do Solo Urbano n. 7.222 de 1993.

_____. Lei Orgânica de Goiânia n. 41 de 19 de junho de 2009.

_____. Lei Orgânica do Município de Goiânia. Texto revisado e atualizado até a Emenda à Lei Orgânica n.º 059, de 27 de novembro de 2014 (DOM Nº 5.972, de 27-11-2014).

Disponível em:
http://www.camaragyn.go.gov.br/arquivos/LEI_ORGANICA_2014_59.pdf. Acesso em 01 de Janeiro de 2015.

_____. Plano Diretor do Município de Goiânia. Goiânia: SEPLAN, 2006.

GOIÁS. Lei Complementar n. 78 de 25 de Março de 2010. Disponível em:
http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/2010/lei_complementar_n78.htm. Acesso em: 27/09/2015

GUERRA, Alexandre. POCHMANN, Marcio. AMORIM, Ricardo. SILVA, Ronnie. (ORG.) Classe média: Desenvolvimento e crise. Atlas da nova estratificação social no Brasil. São Paulo, Cortez, 2006.

IBGE. Dados por áreas de ponderação de Goiânia, 2010. Disponível em:
http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm. Acesso em: 12/01/2014.

_____. Notas metodológicas. Censo Demográfico 2010. Disponível em:
http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm. Acesso em: 02 abr. 2014.

INFORMATIVO DA INVASÃO. *Órgão de divulgação dos moradores do Jardim Nova Esperança*. Setembro de 1980. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2014.

INSTITUTO MAURO BORGES. *Regiões de Planejamento do Estado de Goiás*. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5100&id_not=1. Acesso em 26/06/2015.

IPEA. *Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad*. Brasília, 2013.

JÚNIOR, Ricardo Sousa de Jesus. *Espaço e criminalidade na Região Noroeste de Goiânia - GO: a visão dos sujeitos sociais* (2004). Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

LEFEVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARICATO, Hermínia. O Estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos. ROSSBACH, Anaclaudia. *O Estatuto da Cidade: comentado*. Ministério das Cidades: São Paulo, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. JÚNIOR, Antônio Tomaz. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, 55, 2004, MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrantes nordestinos na construção de Goiânia*. Goiânia, Kelps, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. CRAS Institucional. Brasília, 2014. Disponível em: Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>. Acesso em: 01/12/2014.

MORETO, Cleide Fátima. SCHONS, Marcos Antônio. Pobreza e meio ambiente: evidências da relação entre indicadores sociais e indicadores ambientais nos estados brasileiros. *Anais do VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007. Disponível em: www.ecoeco.org.br/conteudo/.../vii.../pobreza_e_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 27/06/2015.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia, metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

O POPULAR. *Fluxo migratório se mantém*. Goiânia, 29 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do Pântano ao Jardim: uma Nova Esperança*. Dissertação, FCHF, UFG, 2002.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; PEIXOTO, Elane Ribeiro. Jardim Goiás, o bairro de um dono. *ANPVH - Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Aristeu Geovani de. A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana: um estudo de caso em assentamentos urbanos na Região Noroeste de Goiânia (1980-1998). Dissertação, IESA, UFG, 1999.

PELÁ, Márcia. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia. CASTILHO, Denis. Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, ANO. p. 51-69.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). Revista Brasileira, vol.19 n.37, São Paulo, Sept. 1999. Disponível em: . Acesso em: 01 jan. 2015.

POCHMANN. Márcio. *Nova Classe Média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMAR, Wladimir. Debatendo classes e luta de classes no Brasil. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Classes sociais no Brasil de Hoje. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/ed01-fpa-discute.pdf>. Acesso em 06 abr. 2015.

PORTAL G1. Mães reclamam da falta de vagas para os filhos nos Cmeis de Goiânia, Goiânia, Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://br.noticias.voxquo.com/noticia-detalle-media.asp?id=1063999&t=M%E3es-reclamam-da-falta-de-vagas-para-os-filhos-nos-CMEIs-de-Goi%E2nia>. Acesso em: 28 dez. 2014.

PROGRAMA GOIÁS DE NORTE A SUL. *Fotos do Jardim Nova Esperança em Goiânia, Goiânia*, 1980. Disponível em: . Acesso em: 25/02/2015.

QUATRO DE OUTUBRO. *A luta pela terra*. Goiânia, Editora, 2014. Disponível em: . Acesso em: 15/03/2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Carlos Jorge. *Mobilidade Urbana: transporte público coletivo e classe trabalhadora*. Dissertação, Universidade Católica/Pelotas- RS, 2008.

RICCI, Rudá. Lulismo: da era dos movimentos sociais. Brasília/Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés, Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Luciano Xavier dos. *O Bairro Popular de Goiânia: A manifestação da dualidade do “velho x novo” na paisagem metropolitana*. Monografia, IESA/UFG, 2006.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____; SILVEIRA, Maria Laura. *Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA. Nascer Cidadão é pioneira em atendimento humanizado em Goiânia. Goiânia, Março de 2013. Disponível em: . Acesso em 01/01/2015.

SETRANSP. Corredor Norte/Sul. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.brtbrasil.org.br/index.php/brt-brasil/cidades-com-sistema-brt/goiania/89-corredor-goiania#.VdMPDSvF9j>. Acesso em: 18/08/2015.

SILVA, Anderson Ferreira da. *Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOARES, Glades Maria de Jesus da Silva. BARBOSA, Ycarim Melgaço. A regularização fundiária de parcelamentos ilegais em Goiânia. Enciclopédia Biosfera, *Centro Científico Conhecer*, Goiânia, v.8, n.15, 2012. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/multidisciplinar/a%20regularizacao.pdf>. Acesso em: 29/05/2015.

SOUZA, Amaury de, LAMOUNIER, Bolivar. *A Classe Média Brasileira*. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Brasília, DF, 2010.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: como é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2001.

UNIÃO DAS INVASÕES. Queremos a doação. Goiânia, junho de 1982. Disponível em: Acesso em: 15/03/2014.

UNIÃO DOS BAIRROS. Goiânia, janeiro de 1980, Ano I, n. 02. Disponível em: Acesso em: 15/03/2014.

VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo, Atual, 1996.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007. Disponível em: Acesso em: 23/06/2015.

VALIATI, Claudia Maria de Almeida. Escola de periferia: um olhar em construção. ANANPED, 1995. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1315t.PDF>. Acesso em: 27/09/2015.

VENTURA, Rodrigo. Mudanças no perfil do consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 anos. Brasília: Macroplan, 2010. Disponível em: <http://macroplan.com.br/documentos/artigomacroplan2010817182941.pdf>. Acesso em: 18/03/2015.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; 2001.

WACQUANT. Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Paris: La Découverte, 2006. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>. Acesso em: 27/09/2015.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 2000.